

**DANIELLY CHRISTINA DE SOUZA MEZZARI**

**Cassandra Rios e as fissuras (im)possíveis: corpos, escritas e  
lesbianidades**

**ASSIS/SP  
2022**

**DANIELLY CHRISTINA DE SOUZA MEZZARI**

**Cassandra Rios e as fissuras (im)possíveis: corpos, escritas e  
lesbianidades**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e  
Letras de Assis – UNESP – Universidade  
Estadual Paulista para a obtenção do título de  
Doutora em Psicologia (Área de  
Conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientador: Fernando Silva Teixeira-Filho.

Bolsista: Fundação de Amparo à Pesquisa do  
Estado de São Paulo (FAPESP, Processo nº  
2017/26305-3).

**ASSIS/SP  
2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Ana Cláudia Inocente Garcia - CRB 8/6887

M617c Mezzari, Danielly Christina de Souza  
Cassandra Rios e as fissuras (im)possíveis: corpos,  
escritas e lesbianidades / Danielly Christina de Souza  
Mezzari. Assis, 2022.  
137 p.

Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista  
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis  
Orientador: Prof. Dr. Fernando Silva Teixeira Filho

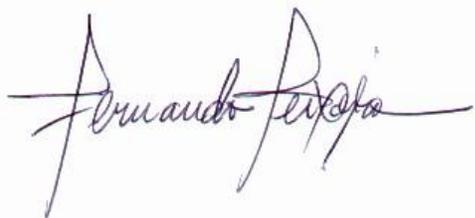
1. Lesbianidade. 2. Literatura. 3. Psicologia. 4. Rios,  
Cassandra, 1932-2002. I. Título.

CDD 306.766



**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE DANIELLY CHRISTINA DE SOUZA MEZZARI, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.**

Aos 06 dias do mês de dezembro do ano de 2021, às 08:30 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de DANIELLY CHRISTINA DE SOUZA MEZZARI, intitulada **Cassandra Rios e as fissuras (im)possíveis: corpos, escritas e lesbianidades**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. FERNANDO SILVA TEIXEIRA FILHO (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Psicologia Clínica / UNESP/FCL-Assis, Profa. Dra. AMARA MOIRA (NOME SOCIAL) / AMARA RODOVALHO FERNANDES MOREIRA (NOME CIVIL) (Participação Virtual) do(a) Instituto de Estudos da Linguagem / IEL/UNICAMP/Campinas, Profa. Dra. SANDRA ELENA SPOSITO (Participação Virtual) do(a) Fundação Educacional de Penápolis / FUNEPE/Penápolis, Prof. Dr. RAFAEL SIQUEIRA DE GUIMARÃES (Participação Virtual) do(a) Programa de Pós-Graduação em Psicologia / UNESP/FCL Assis, Profa. Dra. DANIELLE JARDIM BARRETO (Participação Virtual) do(a) Grupo de Pesquisa PsiCUqueer / UNESP/FCL-Assis. Após a exposição pela doutoranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADA . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Prof. Dr. FERNANDO SILVA TEIXEIRA FILHO

## **Agradecimentos**

A meu orientador Fernando Silva Teixeira-Filho por apostar no processo que envolveu a produção desta pesquisa. Pelas trocas, sugestões, supervisões fora de hora. Pela leitura atenta ao longo destes anos. Por possibilitar a criação do nosso grupo de orientação por meio do qual pude conhecer e amar pessoas incríveis que o compunham: Ertz Clarck Melindre, Yasmin Cassetari, Ronaldo Adriano Alves dos Santos, Gilson Gomes, Gabriel Catto e Beatriz de Mattos Porto. Amigas e amigos que me acompanharam ao longo de todo esse processo. Agradeço a vocês pelas trocas, leituras compartilhadas, sofrimentos e angústias divididos.

A banca de defesa desta tese composta pelas pessoas titulares: Amara Moira, Danielle Barreto, Rafael Siqueira de Guimarães e Sandra Sposito, e também pelas pessoas suplentes: Angela Donini, Flávia Carvalhaes e Leonardo Lemos de Souza profissionais que admiro e que participaram da composição deste texto. Agradeço a disponibilidade, a gentileza, a leitura densa e minuciosa, as ponderações, críticas e a troca de ideias e de afetos em tantos outros espaços.

A Gracia Trujillo Barbadillo por me receber e orientar ao longo da minha estadia em Madri para desenvolver o projeto previsto da Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior, por meio do processo FAPESP de n. 2019/10702-09.

A Marli Machado de Lima por me acompanhar em boa parte desse processo. Pelas leituras atentas e generosas de esboços e rascunhos, pelas risadas, sugestões e ponderações ao longo desse processo.

A Carolina Villanova Heguedusch e Talita Machado Vieira, amigas preciosas que me acompanham deste o ingresso no mestrado e com quem aprendo tanto sobre a vida, sobre a escrita, sobre o amor.

A Juliana Bessa, Ruth Tainá Piveta e Bruno Pereira pela parceria, acolhida, pelo afeto compartilhado ao longo destes anos. Por fazerem deste trajeto um percurso prazeroso e potente.

A minha mãe Vilma Aparecida de Souza Mezzari, ao meu pai, Darci Mezzari e à minha irmã Diana Priscilla de Souza Mezzari, pelo amor, amparo e cuidado ao longo de toda a vida e durante a escrita desta tese.

A Luara Paula Vieira Baia pelas trocas e pela parceria nos últimos meses. Por se fazer presente nos dias bons e nos ruins também.

Aos funcionários da pós-graduação no nome de Marcio José Gusmão Carvalho, pelo apoio e cuidado nas orientações.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) por financiar esta pesquisa por meio do processo de número 2017-26305-3 e por possibilitar sua existência.

## **Resumo**

A presente tese tem como objetivo analisar as configurações de lesbianidades produzidas pelas obras “Eu sou uma lésbica”, “Uma mulher diferente” e “As traças”, de Cassandra Rios e seus efeitos em termos de produção e de inteligibilidade de corpos lésbicos. Entendemos que a literatura produzida pela autora se organiza em torno de forças que ora alicerçam e ora desestabilizam a existência de uma identidade lésbica estável. O primeiro capítulo se propõe a oferecer um panorama acerca da trajetória de Cassandra Rios e também das oposições, críticas e perseguições que acompanharam sua carreira literária. O segundo capítulo apresenta os pressupostos ético-políticos que fundamentam a pesquisa. Partirmos do entendimento de que as normas que organizam sistemas de opressão tais como: racismo, sexismo, LGBTfobia, sustentam também as políticas de escrita acadêmica vigentes nos nossos contextos. O terceiro capítulo intenta dar corpo ao questionamento acerca das potências que as dissidências sexuais podem promover no que se refere à desestabilização de saberes produzidos pela psicologia. Propõe-se pensar as lesbianidades como um lugar possível desde onde questionar os dispositivos de gênero. Por fim, o último capítulo se debruça sobre a maquinaria construída e acionada por Cassandra Rios com relação às configurações de lesbianidades produzidas nos romances selecionados e os efeitos produzidos tanto em termos de deslocamentos de lugares já consolidados quanto de sustentação de lugares de hegemonia.

**Palavras-chave:** Lesbianidade, Literatura, Psicologia, Cassandra Rios.

## **Resumen**

Esta tesis tiene como objetivo analizar las configuraciones de lesbianidades producidas por las obras “Eu sou uma lésbica”, “Uma mulher diferente” y “As traças”, de Cassandra Ríos y sus efectos en términos de producción e inteligibilidad de los cuerpos lésbicos. Entendemos que la literatura producida por la autora se organiza en torno a fuerzas que a veces apuntalan y otras veces desestabilizan la existencia de una identidad lésbica estable. El primer capítulo propone ofrecer un panorama de la trayectoria de Cassandra Ríos y también las oposiciones, críticas y persecuciones que acompañaron su carrera literaria. El segundo capítulo presenta los supuestos ético-políticos que subyacen a la investigación. Partimos del entendimiento de que las normas que organizan los sistemas de opresión como: racismo, sexismo, LGBTfobia, también apoyan las políticas de escritura académica vigentes en nuestros contextos. El tercer capítulo pretende dar sustento al cuestionamiento sobre las potencias que pueden promover las disidencias sexuales frente a la desestabilización del saber que produce la psicología. Se propone pensar en las lesbianidades como un lugar posible desde el que cuestionar los dispositivos del género. Finalmente, el último capítulo se centra en la maquinaria construida y operada por Cassandra Ríos en relación a las configuraciones de lesbianidades producidas en las novelas seleccionadas y los efectos producidos tanto en términos de desplazamientos de lugares ya consolidados como de apoyo de lugares de hegemonía.

**Palabras-clave:** Lesbianidades, Literatura, Psicología, Cassandra Rios.

## **Abstract**

This thesis aims to analyze the configurations of lesbianities produced by the works “Eu sou uma lésbica”, “Uma mulher diferente” and “As traças”, by Cassandra Rios and their effects in terms of production and intelligibility of lesbian bodies. We understand that the literature produced by the author is organized around forces that sometimes underpin and sometimes destabilize the existence of a stable lesbian identity. The first chapter proposes to offer an overview of the trajectory of Cassandra Rios and also the oppositions, criticisms and persecutions that accompanied her literary career. The second chapter presents the ethical-political assumptions that underlie the research. We start from the understanding that the norms that organize systems of oppression such as: racism, sexism, LGBTphobia, also support the academic writing policies in force in our contexts. The third chapter intends to give substance to the questioning about the potencies that sexual dissidences can promote in relation to the destabilization of knowledge produced by psychology. It proposes to think of lesbianities as a possible place from which to question gender norms. Finally, the last chapter focuses on the machinery built and operated by Cassandra Rios in relation to the configurations of lesbianities produced in the selected novels and the effects produced both in terms of displacements of already consolidated places and of the support of places of hegemony.

**Keywords:** Lesbianities, Literature, Psychology, Cassandra Rios.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
Para sustentar a fragilidade da autoria .....	17
<b>CAPÍTULO 1. “Por isso pergunto: Permitem-me senhores?”</b> .....	24
<b>CAPÍTULO 2. Das escritas (im)possíveis.</b> .....	41
2.1 Relação de poder, relação de forças.....	44
2.2 Dispositivo .....	47
2.3 Maquinarias .....	50
2.4 Im-pressões .....	57
2.4.1 Movimento 1 ou da Moquecagem .....	57
2.4.2 Movimento 2. O avesso da estante .....	61
<b>CAPÍTULO 3. Interrogar a psicologia</b> .....	70
<b>CAPÍTULO 4. Sobre fissuras (im)possíveis</b> .....	82
4.1 Do que é feito um corpo lésbico? .....	83
4.2 Práticas sexuais .....	106
<b>PARA SEGUIR ADIANTE</b> .....	122
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	129

## Introdução

Escrever uma tese tem a ver com inventar trajetórias. Temos sempre um horizonte que nos guia, um tema, um campo em que nos interessa mergulhar. Mas ainda assim, escrever uma tese tem a ver com percorrer caminhos que nem sempre se conectam tão explicitamente com aquilo que, a princípio, entendemos como mais relevante. Estes caminhos podem surgir desde experiências que vivemos no nosso cotidiano, discussões teóricas que não se debruçam especificamente sobre o nosso suposto objeto, encontros animados em bares, casa de amigas, cafeterias. Nem sempre damos conta de explicitar os atravessamentos de tantos lugares que inventam, concretizam as nossas pesquisas. O próprio vocabulário que elegemos, as palavras que nos utilizamos, dizem também desse nosso caminhar. Como nos explica Jacques Gauthier “A maneira de entrar no saber define um tipo de saber específico.” (1999, pg. 20). É que as nossas trajetórias têm tudo a ver com o que será produzido pelas nossas pesquisas que, por sua vez, estão sempre impregnadas do nosso lugar no mundo.

Sara Ahmed (2015) nos apresenta uma conceituação do termo “impressão” que me parece bastante útil e interessante. Para a autora “hay que recordar la "presión" de una impresión, que nos permite asociar la experiencia de tener una emoción con el efecto mismo de una superficie sobre otra, un efecto que deja su marca o rastro.” (AHMED, 2015, p. 28). Impressão, desde esta perspectiva, não alude a uma sensação simplesmente, ou a um pensamento, noção sobre algo. Impressão encarnada, que diz da história de um corpo, de um contexto que produz esse corpo, que produz as relações nas quais este corpo está inserido. Não apenas temos uma impressão sobre os outros, como também somos impressionadas e deixamos uma im-pressão<sup>1</sup>. Conceituada desta maneira, a ideia de impressão ajuda a evitar, tal como assevera a autora, distinções analíticas entre sensação física, emoção e pensamento como se essas dimensões pudessem ser experimentadas de modo independente.

Uma outra dimensão desse conceito tal qual proposto por Sara Ahmed implica pensar que o que nos separa umas das outras, uns dos outros, é também, paradoxalmente, aquilo que nos conecta. Paradoxo que se explica quando pensamos na nossa própria pele. Para a autora a pele é, ao mesmo tempo, aquilo que nos contém, que nos singulariza enquanto um corpo no mundo, e o lugar em que outras pessoas deixam uma impressão em nós. Esta aparente contradição da função da pele passa a fazer sentido quando questionamos o pressuposto de

---

1 A autora faz alusão tanto ao termo “impressão” quanto ao termo “pressão” como uma forma de explicitar a dimensão experimentada, pressionada, nos contatos entre os corpos.

que a pele existe simplesmente, desde sempre, enquanto tal, e começamos a pensá-la “como uma superfície que se siente solo cuando está siendo "impresionada", en los encuentros que tenemos con otros.” (AHMED, 2015, p. 54).

Trago essa discussão para cá com o intuito de marcar, no corpo do texto, que a produção desta pesquisa também é feita de im-pressões que não dizem respeito a ideias talhadas no interior de uma mente e transpostas em formato de texto. Tal qual a pele, que se sente apenas na medida em que é im-pressionada no contato com outros, uma pesquisa é fruto também desses rastros e marcas que se produzem nos nossos encontros cotidianos com autoras, colegas, discussões, leituras, experiências das mais diversas. E ganha corpo apenas na medida em que é tensionada, friccionada, lapidada nesses roçamentos. Talvez se possa dizer, inclusive, que não apenas a produção de uma pesquisa é fruto desses rastros e marcas como aquilo que advém dela, seu “resultado”, também o é “porque não é possível enxergar a monstra ela mesma, apenas uns efeitos de sua passagem (seus rastros)” (MOMBAÇA, 2016, p. 342).

Tomando como ponto de partida esse pressuposto, interessa-me menos pensar resultados da pesquisa entendendo-os enquanto descrição de fatos coletados ao longo do percurso, descrição de dados, defesa de um destino já previsto, desejado. Interessa-me, talvez, um pouco mais hackear “os tímpanos da escuta científica para fazer passar, por eles, ruídos até então ignorados” (MOMBAÇA, 2016, p 345). Ainda assim, não sou indiferente à maquinaria que produz a minha própria voz, os meus tímpanos, também interligados, alimentando, alimentados por essa mesma maquinaria que pretendo ver ruir, que desejo fissurar. Se evoco a dimensão de uma escuta científica fissurada é também porque aposto na escuta enquanto um instrumento de alteridade, “uma escuta que seja convergente a esse estado que nos desestabiliza em nossos modos de viver e pensar.” (GORJON; MEZZARI; BASOLI, 2019, p. 08).

Caracelli Scherma (2013) aposta no campo das ciências humanas enquanto um lugar de encontro de vozes e vai além. Conceitua o campo mesmo das ciências humanas como um espaço de escuta. Para a autora, é preciso pensar também o lugar da pesquisa não simplesmente como um espaço de voz, que se proponha sempre a dizer, mas também e fundamentalmente um lugar que se coloque à espreita, à escuta das mais variadas possibilidades de produção de si e do mundo. A monstra a que alude Jota Mombaça e que não podemos nunca enxergar senão apenas seus efeitos e rastros me parece convergir com a

proposição das im-pressões que se produzem nos nossos encontros dos mais diversos e também com a necessidade de nos colocarmos à espreita.

Entendendo que a pesquisa, Cassandra Rios, seus livros, sua vida e também a minha própria trajetória são não mais (tão mais) que efeitos dessas maquinarias todas que nos subjetivam, acredito ser relevante fazer um esforço para colocar em palavras um pouco das im-pressões que produziram em mim os encontros com as obras de Cassandra. Se parto das afetações que se produziram em mim como um caminho possível para as discussões que pretendo fazer não é por desejar trazer à tona uma história pessoal, como se ao fazê-lo eu pudesse encontrar algum nível de conforto por partir de um chão sólido, de um fundamento incontestável, como muitas vezes parecemos lidar com discussões que partem de experiências pessoais. Relembrando as advertências de Joan Scott (1999), quando isso acontece se deixa de lado questionamentos necessários com relação à própria produção da experiência e de como os sujeitos mesmos são construídos de modos diversos. Se a experiência pode ser pensada como uma interpretação ela é também, como conclui Scott, algo que precisa ser interpretado.

Tendo isso em vista, gostaria de trazer para a discussão algumas afetações que ainda me inquietam quando penso na produção dessa pesquisa porque elas me parecem relevantes para explicitar um pouco dos caminhos percorridos nesse meu trajeto com Cassandra. A primeira delas tem a ver com a minha dificuldade em nomear as sensações que me tomaram ao ler os livros de Cassandra Rios pela primeira vez. Antes do início do doutorado, conhecia Cassandra Rios apenas de nome. Escritora lésbica, extremamente censurada durante a ditadura e que escrevia romances com personagens lésbicas, que construía cenas amorosas e sexuais entre mulheres e as descrevia desde a perspectiva das próprias personagens. Já havia visto algumas fotos suas com roupas consideradas mais masculinas, com uma flor. Mulher branca, cabelo claro e um estilo que me pareceu bastante transgressor para os contextos em que ela vivia. Essas eram basicamente minhas interações e contatos com a escritora.

Depois do início do processo da pesquisa comprei alguns livros que encontrei por preços razoáveis e levei um tempo para conseguir lê-los. Uma espécie de desconforto e de expectativas sobre a leitura me sondavam e me faziam hesitar. Até hoje ainda não sei colocar palavras nessas afetações que me tomaram especialmente nos primeiros meses de contato com as obras e com a vida de Cassandra. As primeiras leituras de seus livros me levaram a revisitar a minha adolescência e a imaginar como teria sido me deparar naquele momento da minha vida com personagens como Flávia, Berenice, Desireè... Como teria sido ler imagens tão

vívidas de amor, de tesão, de intrigas nos relacionamentos entre mulheres que eu, até aquele momento, mal conseguia imaginar. Lembro de mim mesma por volta dos 14 anos olhando no espelho sem coragem de pronunciar em voz alta a palavra lésbica, mas já pressentindo que ela seria um signo que me acompanharia ao longo dos anos. Como teria sido, naquele momento, ter em mãos “Eu sou uma lésbica” de Cassandra e poder acompanhar a trajetória de Flávia nas suas descobertas, certezas, receios?

Também fiquei encantada com a possibilidade de ler tantos livros escritos já há algumas décadas que apresentam histórias vividas por mulheres desde suas próprias perspectivas, olhares, enquadramentos. Não eram histórias que simplesmente tangenciavam os romances ou que apareciam descritas por outros personagens que davam o seu próprio direcionamento para o desenrolar daquela trama. Eram meninas, mulheres que falavam de seus apaixonamentos, de seus receios, de suas transgressões àquilo que se esperava delas. Adolescentes tentando entender o que estavam sentindo, aproximando-se de grupos de lésbicas, estranhando-os, desejando-os. Mulheres lésbicas tentando criar uma estética de si que pudesse ser mais condizente com seus desejos, com suas próprias percepções de si. Inevitável não me identificar com tudo o que eu também vivi, experimentei, ainda que em um outro tempo, contexto, ainda que de outras formas.

As leituras, no entanto, provocaram em mim mais do que nostalgias, conexões, identificações. Foi também com receios, incômodos e desconfortos que segui por muitas dessas páginas. Estereótipias, violências, rechaço a uma série de corpos e configurações de lesbianidades possíveis que, ainda que aparecessem ao longo das histórias, me pareciam principalmente cumprir a função de legitimar um modelo específico. Um modelo, inclusive, no qual meu corpo cabe confortavelmente. Lésbicas brancas, cisgêneras, classe média, magras, que sentem atração por mulheres desde muito novinhas. “Lésbicas genuínas”, tal como aparece explicitamente em “Eu sou uma lésbica”. Perceber-me conectada às personagens principais dos romances não apenas em termos de sexualidade, de processos de violências e de prazeres desde esse lugar, mas também em termos de branquitude, de classe, de corporeidade, de lugares de hegemonia, fez-me hesitar na leitura e também na escrita.

Comecei a sentir receios, medos. Receio de me atrever a situar questões que me surgiam, desde a minha leitura, sobre as obras com as quais escolhi trabalhar. De decidir não escrever simplesmente com o desejo de visibilizar o nome de Cassandra e suas obras, mas também de tomá-las enquanto ponto de partida, propulsoras de questionamentos que faço

também a mim mesma, às minhas experiências, práticas. Receio de trabalhar com obras de Cassandra, escritora foda da nossa literatura, mulher corajosa, persistente e não dar conta de fazer um bom trabalho. Um medo de ser inconsistente, frágil, incoerente.

Receios e medos que me paralisaram em vários momentos. Fazer pesquisa, a partir da perspectiva que venho tentando construir (e me inserir), tem a ver também com olhar a si mesma, encarar sua própria trajetória e assumir as potências e as fragilidades que a sua história produz no seu fazer profissional. Sendo eu quem sou, o que posso fazer? É claro que quem eu sou não é um lugar já dado, ou um lugar em que se é possível chegar e estacionar. O ponto é que a minha trajetória é determinante na produção do meu olhar. Como não ser tomada pelo medo de fracassar, de errar, principalmente quando sei que qualquer crítica que posso vir a fazer será também, inevitavelmente, uma crítica a mim mesma? Eu fruto, também, de tantos lugares de hegemonia.

Importante demarcar que a crítica, aqui, tem a ver com problematizar os limites dos modos de conhecimento (BUTLER, 2013). Conforme discute Butler, fazer a pergunta acerca dos enquadramentos, dos limites de um determinado modo de conhecer, de um determinado objeto, não tem a ver com o desejo pela transgressão, pelo perigo, pela emoção, mas sim com afirmar um reconhecimento de que as categorias que organizam a vida social produzem determinados domínios de inteligibilidade. Nesse sentido, o objetivo de uma crítica não seria nunca dizer se um objeto, um discurso, um fenômeno, é bom ou ruim, mas sim fazer aparecer a estrutura de conformação desse objeto.

Se as categorias que organizam a vida social produzem determinados domínios de inteligibilidade, isso quer dizer que nossas trajetórias, nossos corpos (sendo organizados, marcados, alocados em lugares sociais específicos, ainda que não totalmente determinados de uma vez para sempre) são frutos também desses domínios de inteligibilidade. Nesse sentido, pensar sobre as nossas trajetórias, a maneira pela qual somos lidas enquanto sujeitos existindo de maneiras específicas no mundo, tem a ver com pensar também sobre os domínios de inteligibilidade que conformam o nosso próprio pensamento, as teorias que acionamos e as que ignoramos, os questionamentos que sempre nos surgem e os que apenas com muito esforço somos capazes de enxergar, de endossar.

Sentir-me envolta por todas essas questões, pelas identificações, estranhamentos, desconfortos e receios me faz ter que lidar também com o desejo por coerência. Diana Torres (2017) aponta para a coerência e para o desejo de tê-la como uma das armadilhas mais

efetivas que somos levadas a cair. Para a ativista, “coerentes são os nossos inimigos”. Se, de algum modo, em algum nível, desejamos nos opor às normas que nos constituem isso vai significar, inevitavelmente, termos que nos ocupar do funcionamento delas no nosso próprio corpo. Isso vai significar, então, cair em incoerências.

Penso em Cassandra e em sua escrita provocativa de tantas formas. Escrita considerada inábil demais, pornográfica demais, de leitura fácil demais. “Imoral é aquilo que não aceitamos porque vai contra o nosso foro íntimo. Eu aceito o que escrevo.” Isso disse Cassandra em uma entrevista para a Revista Manchete. Aceitar o que se escreve... Leio uma e várias vezes este trecho da entrevista e me parece ser uma possível luz iluminando minhas angústias. Aceitar o que se escreve. É preciso ter coragem para aceitar o que se escreve. Para sustentar o que se escreve. Para se deixar fal(h)ar no que se escreve.

As próximas páginas estão organizadas em quatro capítulos. No primeiro capítulo apresento um pouco da trajetória de Cassandra Rios e também das oposições, críticas e perseguições que acompanharam a sua carreira literária. Escritora considerada “a mais proibida do Brasil”, Cassandra foi deslegitimada tanto por alegações de promover um trabalho pornográfico quanto também por ter uma escrita considerada de pouca complexidade. Para além disso, em muitos momentos também desde a esquerda e movimentos militantes a literatura de Cassandra foi criticada e deslegitimada. Também procuro apresentar a literatura como uma potencialidade de produzir lugar minoritários desde onde se torna possível fissurar modelos hegemônicos de escrita, de vida, de corpos. As obras de Cassandra podem ser consideradas desestabilizadoras dos cânones literários.

O segundo capítulo apresenta os pressupostos ético-políticos que fundamentam a pesquisa. Partimos do entendimento de que as normas que organizam sistemas de opressão tais como: racismo, sexismo, LGBTfobia, sustentam também as políticas de escrita acadêmica vigentes nos nossos contextos. Neste momento do texto também apresento conceitos que serão fundamentais para me posicionar teoricamente e sustentar o direcionamento da pesquisa.

O terceiro capítulo intenta dar corpo ao questionamento acerca das potências que as dissidências sexuais podem promover no que se refere à desestabilização de saberes produzidos pela psicologia. Para promover essa discussão, faço um diálogo crítico com o conceito de dispositivo amoroso proposto por Valeska Zanello para situá-lo tomando as lesbianidades como um lugar possível desde onde questionar os dispositivos de gênero.

Apresento nesta parte da discussão algumas problematizações referentes ao conceito de sujeito, à dimensão relacional das normas que nos subjetivam e seus efeitos em termos da sustentação das nossas práticas profissionais desde a psicologia.

Por fim, o último capítulo se debruça sobre a maquinaria construída e acionada por Cassandra Rios com relação às configurações de lesbianidades produzidas nos romances selecionados e os efeitos produzidos tanto em termos de deslocamentos de lugares já consolidados quanto de sustentação de lugares de hegemonia. Procuro traçar alguns dos possíveis efeitos em termos de deslocamentos de lugares já consolidados a partir das configurações de lesbianidades criadas pela autora. Sem deixar, no entanto, de compreender que esses deslocamentos nem sempre significam deixar de se apoiar em outros pontos bastante alicerçados em lugares de hegemonia.

### **Para sustentar a fragilidade de autoria<sup>2</sup>**

O que nos une é, paradoxalmente, o que nos distancia de encontrar um lugar apaziguador para chamar de nosso dentro do campo da Psicologia. Falamos com os espaços urbanos, com a literatura, com o esporte. Talvez seja a experiência deste não-lugar com o qual nos deparamos que tenha nos mobilizado a este projeto coletivo, na tentativa de produzir um lugar-meio, de consistência movediça para que possa acolher as transições necessárias ao processo de produção do conhecimento. Afinal, o que é, estritamente, a Psicologia ou o psicológico? Caminhamos para este final provisório da formação acadêmica talvez sem condições de responder tal questão da maneira como se poderia esperar. Definir a Psicologia a partir de uma autorreferência é, no mínimo, uma tarefa complicada. Se fosse para extrair uma definição a partir de uma zona de sentido mais ou menos estável, parece-nos que a melhor aposta seria atribuir-lhe um lugar de fronteiras. É no tensionamento característico das regiões fronteiriças que temos buscado produzir uma Psicologia e um entendimento possível acerca do dito psicológico. Trata-se, portanto, de uma produção a partir das tensões provocadas ao travarmos nossos diálogos com os espaços urbanos, com a literatura e com o esporte. Tal como se diz do povo de Minas, temos sido pesquisadoras a comer pelas beiradas.

Em partes, o mal-estar provocado decorre da concepção de Ciência forjada na modernidade e que alimenta uma política cognitiva que se expressa, principalmente, em dois pólos: a suposta existência de um sujeito do conhecimento e a divisão do conhecimento em disciplinas bem demarcadas. É sobretudo em relação ao primeiro que se inscreve a problematização da ideia de autoria.

O termo política cognitiva nos ajuda a colocar em evidência o pressuposto de que os modos de conhecer e pensar são forjados sempre por meio de uma posição com relação a si e ao mundo (Kastrup, 1997). Posição que diz do nosso lugar no seio das relações sociais, dos nossos posicionamentos, perspectivas, desejos. Kastrup nos apresenta e defende uma dimensão inventiva inerente à cognição. A invenção não se caracteriza por criar novas soluções para problemas existentes, mas sim por inventar novos problemas. E inventar novos problemas implica necessariamente em uma prática com a matéria (Kastrup, 1997), em uma

---

2 Texto escrito a três: Carolina Villanova Heguedusch, Danielly Christina de Souza Mezzari e Talita Machado Vieira. Três amigas. Três trajetórias que se atravessam e se encontram no mundo da pesquisa e que apostam que uma autoria é sempre coletiva, nunca individual. Se a tese, necessariamente, sustenta a ficção do autor (no masculino, como afirmam as políticas vigentes sobre o que é fazer ciência) apostamos na possibilidade de uma fissura mínima desde a amizade para escancarar que uma ideia, um pensamento, é forjada sempre coletivamente.

produção de novos mundos e, por meio daí, em uma produção de novas formas de conhecer. A política inventiva opera por meio de um tensionamento constante entre ação e problematização. Inventa problemas sem abandonar a experimentação.

Sem perder de vista esses tensionamentos apostamos nas escritas coletivas como potencialidades na direção de promover algumas fissuras no que apregoa a Ciência, em maiúsculo. A ideia de escrever “a duas”, “a três” não é nova nem mesmo nos textos acadêmicos. Fazemos isso o tempo todo. Nos artigos. Junto de colegas de pesquisa. Junto a orientadoras/es. Não estamos com isso querendo dizer que quando se escreve “a uma” se escreve sozinha. Muito pelo contrário. Aliás é justamente sobre isso que tentamos refletir quando nos propomos a produzir juntas uma introdução para as (três) teses. Teses que são, obviamente, produzidas em três textos diferentes, seguindo com suas problemáticas e prolongamentos particulares. Mas que compartilham deste texto. Pensamos que, justamente no ato de três teses compartilharem de um mesmo texto, nossa proposta poderia caminhar na direção de um tensionamento nas discussões em torno da autoria.

Escrever este texto em conjunto é um dos efeitos provocados por algo caro a nós e que, constantemente, renegamos no processo de produção da pesquisa. Lugar, aparentemente, tão solitário que carrega todos esses imperativos de produtividade, rapidez, eficiência e competitividade. Este algo que nos é precioso é a amizade e o prazer que ela resgata. É tão interessante poder falar de amizade e de prazer na produção de uma pesquisa quanto é pensarmos na razão de nunca falarmos sobre isso. O trabalho parece que, em um plano comum, sempre vem associado a “trabalheira”, “empreitada”, “esforço”. Não é trabalho se não for árduo, monótono, desgastante.

Nós nos conhecemos há seis anos, quando ingressamos no programa do mestrado na Unesp em Assis. E, desde então, nos aliamos nesse percurso da vida que passa também por esse lugar de “estar em pesquisa”. Este texto é um entre os bons efeitos dessa nossa amizade. A amizade e o prazer expandem as possibilidades dos modos de se relacionar com o outro para além dos definidos pelos funcionamentos individualistas. Bem para além! A amizade é política. Ela diz sobre o cuidado e o compromisso com o outro. O cuidar de si se faz junto com o cuidar do outro. Implica em algo de cooperatividade, coexistência e em modos de viver mais criativos e resistentes à normalização e à passividade. A amizade aciona a atividade crítica.

Em nossas conversas da vida sempre localizamos ansiedades em comum - também - sobre o fazer pesquisa, afinal “São muitos os enunciados coletivos que atravessam um texto e muitas vozes que falam sem se submeterem a um autor, o qual é apenas um ponto de agenciamento das forças e não uma consciência que cria a partir do vazio” (LEMOS. et. al, 2015, p. 286-287). Pouco a pouco, vai ficando tão perceptível a mútua presença de cada uma em nosso pesquisar, tendo neste texto a máxima expressão dessa amizade na escrita. E ficamos animadas com o acontecido.

Parece-nos necessário, também, refletir ainda que brevemente sobre esse espaço privilegiado que é o da academia, da Universidade. Enquanto pesquisadoras situadas dentro de um programa de pós-graduação de uma Universidade pública temos a oportunidade de trabalhar e escrever uma história, uma pesquisa, por caminhos colhidos, minimamente, na particularidade de escolhas pessoais e coletivas e de trocas localizadas. Não que isso implique em desdenhar de qualquer luta em reivindicações críticas pela valorização do papel da pesquisadora, do pesquisador, na área de ciências humanas e sociais. (Ainda mais nesse cenário quase medieval em que temos que fazer o papel de advogado do diabo e defender o óbvio). Longe disso. Pelo contrário, o desejo é, fundamentalmente, pela reflexão e questionamento dos funcionamentos e estruturas que formalizam e mantêm esses lugares de privilégio, relações de poder na feitura do saber. Mas o contexto é tão aterrorizantemente caótico que às vezes, ao fazer críticas válidas a esses espaços, não podemos deixar de atentar para os privilégios envolvidos para que hoje ocupemos esse lugar.

Antes mesmo de escrever a primeira palavra de seu texto, o pesquisador acadêmico já está em uma posição de autoridade. Ele ocupa um lugar privilegiado na partilha do sensível: lê, interroga, seleciona, teoriza e fala sobre e “em nome” daqueles que estuda. Ele ocupa um lugar de legitimidade para falar, descrever e registrar o que os sujeitos pesquisados vivenciam (MARQUES; OLIVEIRA; MORICEAU, 2018, p. 93).

Procuramos não perder de vista os exercícios de poder que estão em jogo ao simplesmente escrevermos essas frases. Entendemos também que essa nossa tentativa não resolve nem elimina as estruturas sociais que mantêm e legitimam modos específicos de produção de conhecimento científico. No entanto, coletivizar a autoria de uma tese, ainda que momentaneamente e apenas de soslaio, pode ser uma alternativa possível para fissurar esses lugares de saber tão bem orquestrados e hierarquizados.

Uma assinatura é uma ficção

A autoria de uma ideia, de um percurso, nos leva muito facilmente a afirmar o pressuposto de que o processo de criação tem a ver com uma noção de genialidade, de individualidade. Se é um “eu” que escreve palavras, que organiza pensamentos, então como poderia ser diferente? Quem, além de um “eu”, poderia reivindicar essas frases? Seguindo esse raciocínio, uma tese serviria para fazer aparecer genialidades. Para que indivíduos pudessem, por meio de um processo solitário e introspectivo, chegar ao clímax de suas pesquisas e proporem algo novo ao mundo acadêmico e científico. Mas a genialidade, é claro, não é para todas as pessoas.

Seguimos por um tempo falando sobre isso, rindo de nós mesmas na nossa busca por, ao mesmo tempo, caber neste mundo da pesquisa e transgredir em alguma medida as normas que o sustentam. Rimos de nós mesmas pela necessidade que sentimos de sempre validar o que escrevemos convocando nomes já consolidados e depois rimos também da falácia que é o tal “falar em nome próprio”. Conhecemo-nos durante o mestrado e seguimos, desde então, perspectivas teóricas que nos convidam a problematizar o conceito de sujeito como uma entidade unívoca, homogênea, coerente, que nos convidam a olhar com mais cuidado para os processos de individualização de problemáticas sociais, de práticas coletivas, de práticas também de pesquisa... E nos vimos reproduzindo esses pressupostos no cotidiano dos nossos trabalhos enquanto pesquisadoras. Como não sermos devoradas pela lógica produtivista, individualista, meritocrática que está impregnada também nas práticas acadêmicas? Como não nos sentirmos incompetentes, incapazes ao não correspondermos aos critérios de ritmo de produção, de brilhantismo, de coerência?

Nos nossos encontros dentro e fora da academia pensávamos em como escrever uma tese que fizesse sentido para nós mesmas. Como fazer aparecer na dimensão estética dos nossos trabalhos os incômodos que, na maior parte das vezes, conseguimos no máximo teorizar sobre? Como não deixar de fora do texto as nossas inseguranças, receios, erros, lugares comuns? Como falar sobre o fato de que quase sempre não fazemos ideia de onde estamos pisando e que fazer pesquisa envolve, em grande medida, não fazer ideia de para onde ir?

Cursamos uma disciplina que teve como proposta discutir, entre outras coisas, a produção daquilo que se considera monstruoso, abjeto socialmente. Discutimos ao longo das aulas o quanto é necessário criar um outro abjeto para sustentar aquilo que é a norma, que é “normal”. Mas ainda assim, uma das inquietações que nos surgiu tem a ver com a nossa

dificuldade, coletiva, de falar sobre os monstros que habitam nossos próprios corpos. Pareceu-nos bastante possível falar das “figuras monstruosas” que são construídas para sustentar lugares de privilégios e de normalidade, fazer críticas pesadas a isso, mas sempre desde um lugar de quem parece não perceber que está também infectada por toda essa maquinaria que cria outros abjetos. Sempre de um lugar de quem não se reconhece como agente (re)produtora, em grande medida, destas normas que criam margens o tempo todo. E ficamos nos questionando sobre até que ponto não criamos narrativas de brilhantismo, de coerência, de “limpeza” sobre nós mesmas, sobre as relações que estabelecemos com os espaços da academia, sobre nossas pesquisas, e deixamos os monstros que nos habitam (e que habitam nossos textos) sempre debaixo do tapete, atrás das palavras, fazendo poeira mas nunca aparecendo.

Não podemos deixar de dizer que uma autoria é sempre uma ficção. Dizer isso não é negar a existência de um processo singular, único, que existe em cada produção com a qual possamos nos implicar. É explicitar que processos criativos são frutos dos encontros que temos, das conversas, dos espaços pelos quais circulamos, dos conceitos e teorias das quais nos aproximamos, dos afetos que atravessam nossos corpos no nosso dia-a-dia. E tudo isso tem a ver com processos coletivos, que não são fruto da genialidade de uma pessoa ou de um grupo. Pareceu-nos importante encontrar um modo de, nos nossos textos, expor em alguma medida a falácia dos nossos nomes, das nossas assinaturas. Estamos o tempo todo, dentro dos nossos grupos de pesquisa, das nossas conversas em bares, dos nossos encontros, intervindo nas pesquisas uma das outras, sugerindo maneiras de se aproximar do campo, apresentando novas perspectivas, trocando ideias sobre como escrever nossos trabalhos, etc.

Mari Luz Esteban, durante uma conferência ministrada em Madri em 2019, afirma que uma ideia individual é uma ilusão na medida em que ideias são sempre forjadas coletivamente. Ela nos provoca a acompanhar o surgimento de uma temática, de um problema colocado em forma de escrita, e suas transformações ao longo dos espaços pelos quais percorreu durante o processo da escritura e do quanto este problema foi afetado pelos encontros coletivos. Para a autora, falamos pouco das criações coletivas, do quanto uma ideia dita em um grupo sempre se reinventa com as intervenções de várias pessoas de modo que se transforma, por fim, em algo que não pertence a ninguém. É curioso perceber que falamos da ilusão que o pressuposto da autoria implica sem deixar, no entanto, de assinar os nossos

textos. Paradoxos sobre os quais podemos apenas fazer alusão, apenas roçar de leve, nunca solucionar.

Se a autoria é uma ficção, disso não decorre que não seja uma ficção necessária. Se nos parece relevante diluir a força das fronteiras que delimitam um “eu” que escreve, é necessário também reafirmá-la em alguns momentos. Escrever desde lugares dissidentes do modelo de humanidade, cisheteropatriarcal branco masculino, implica muitas vezes em uma necessidade de fazer ressoar uma voz que não encontra o mesmo aparato de inteligibilidade que sustenta as vozes hegemônicas:

Escribo para grabar lo que otros borran cuando hablo, para escribir nuevamente los cuentos malescritos acerca de mí, de ti. Para ser más íntima conmigo misma y contigo. Para descubrirme, preservarme, construirme, para lograr la autonomía. Para dispersar los mitos que soy una profeta loca o una pobre alma sufriente (ANZALDÚA, 1988, p. 223).

Anzaldúa aponta para a relação existente entre sua necessidade de escrever e de, ao mesmo tempo, conectar-se com outras “mujeres tercermundistas”, outras “mujeres de color”. Escrever, desde essa perspectiva, alude a uma produção que é sempre coletiva, que diz de processos que não se constroem isoladamente. E tem como efeito, também, desestabilizar um projeto científico já extremamente consolidado que institui como norma uma escrita que é sempre masculina, sempre branca, sempre hetero.

Este é o sujeito que também organiza o modo como aprendemos a pesquisar, a pensar e escrever. Mesmo estando dele distantes. Um modelo que aprendemos a investir em nossas escolhas teóricas pelo caminho. Desde minúcias aos quais não nos damos conta até os autores aos quais nos referenciamos e citamos em nossos textos, em uma tentativa desesperada de fazer-nos consistentes e legítimas. “Todas nós sabemos que mulheres leem como homens e mulheres escrevem como homens, porque é assim que nos ensinam. Nós somos treinadas para ler como homens” (ANZALDÚA, 2009, p.7). E nos vemos assim, sustentando um jogo cruel de epistemicídios. Negando nossos pares em nossas escritas.

A noção de autoria pressupõe um regime de escrita que está ancorado nas normas vigentes. No entanto, fazê-la ruir totalmente em nome de um coletivo pode também apagar lugares de contraponto que, como propõe Anzaldúa, são importantes para escrever novamente histórias que foram mal escritas. A questão é justamente contrapor essa autoria sempre propriedade desse lugar específico. Essa é nossa aposta: sustentar a fragilidade da autoria. Sustentar um compromisso, um exercício contínuo, em fazer insurgir esses vários outros

lugares provisórios, impermanentes e coletivos. A tentativa de fissurar esse modelo canônico nos coloca em um relativo lugar de fragilidade. Esta, no entanto, não constitui um "problema", mas, precisamente, uma condição a ser sustentada. Longe de negar as multiplicidades, singularidades e pessoalidades que ressoam na tessitura sensível de nossos textos. É trazer à cena as disputas que envolvem esse lugar geralmente legitimado por tal sujeito específico do conhecimento.

Por isso, quando dizemos de uma escrita que se pretende coletiva, não nos referimos apenas a uma forma de escrita, em que diferentes sujeitos se reúnem para a produção de um texto. A mudança formal não implica, necessariamente, uma alteração qualitativa, modificando o que é dito ou a maneira de dizer. Ainda assim, apostamos no entrelaçamento das dimensões ético-estético-políticas. Inventar novas formas pode implicar também em novas proposições. É o que buscamos ensaiar com a escrita desse texto. Produzir essa escrita de abertura, agenciada por questões que nos atravessam sem nos pertencerem, sem se limitarem a nós. Uma escrita acontecimento, como já foi dito, e que pode ser tecida por um par de mãos ou por um bocado delas.

## 2. “Por isso pergunto: Permitem-me senhores?”<sup>3</sup>

Cassandra, de acordo com a mitologia grega, é filha do rei Príamo e da rainha Hécuba. Junto com seu irmão, quando ainda era criança, foi brincar no templo de Apolo e os dois acabaram adormecendo sendo encontrados por uma ama com duas serpentes lambendo suas orelhas. Como resultado desse episódio Cassandra e seu irmão desenvolveram uma enorme sensibilidade auditiva, sendo capazes de escutar os deuses. Ela se torna uma jovem muito bonita e devota de Apolo, que lhe ensina os segredos da profecia. Porém, quando a jovem se nega a dormir com Apolo, ele lança-lhe uma maldição: a partir daquele dia ela teria o dom da profecia, mas ninguém acreditaria em suas previsões e ela seria considerada louca sempre que tentasse se fazer ouvir. Suas tentativas inúteis de ser ouvida em suas profecias acabam levando à destruição de Tróia pela insistência do rei em desconsiderar os apelos de Cassandra para que ele não aceitasse o presente dos gregos.

Em entrevista concedida à revista TPM Cassandra Rios afirma que esse nome lhe chegava em sonhos, ouvia pessoas chamando-a assim: “Eu ouvia esse nome. Escutava alguém me chamar de Cassandra. [...] Ouvia e tinha sonhos... Até hoje isso me deixa um pouco agoniada, é sombrio demais...” (TPM: 2001). Também em seu livro “Censura: minha luta meu amor” a autora relata uma conversa que teve ainda adolescente com um jornalista: “- Por que escolheu Cassandra? - Porque gosto muito de mitologia e entre todos, das coisas que li, das musas, dos deuses, o nome que mais gostei foi esse, cismeí com esse”. (RIOS, 1977, p. 65).

Fazendo uma analogia com a maldição lançada sobre a personagem grega, Vieira (2010) se questiona qual seria a maldição de Cassandra Rios. Para o autor a maldição de Cassandra não seria a censura, nem os prejuízos financeiros decorrentes daí. Ela se iniciaria pela captação de um segredo por parte da escritora, a saber: a existência de um modo de amar, de uma forma de amor, diferente daquelas sobre as quais comumente se falava:

A autora identifica-se com uma divindade entre cujas características destaca-se, em primeiro lugar, a audição aguçada – dom comumente apreciado em músicos, compositores (a surdez de Beethoven é vista como um obstáculo que lhe ressalta a genialidade), mas poucas vezes destacado em escritores, ou por eles almejado, embora a audição seja um sentido de fundamental importância para o aprendizado das palavras (VIEIRA, 2010, p. 92).

---

3 Cassandra Rios em Censura: minha luta, meu amor (1977, p. 13).

Se para Vieira a maldição de Cassandra se inicia pela captação desse segredo, não podemos deixar de frisar seu desejo em proliferá-lo, em se fazer ouvir. O parecer emitido para justificar a censura sobre o livro “Volúpia do Pecado” afirma que Cassandra:

[...] descobriu um filão rentável na descrição ousada das relações homossexuais, que se constituem em uma constante em suas criações sublitterárias, onde prefere dar ênfase aos segredos ‘caça-níqueis’ do amor lésbico, sem se preocupar em levantar os sintomas e as causas dos desvios da conduta sexual (QUINALHA, 2017, p. 134).

Não se pode também desconsiderar o valor transgressivo de uma literatura produzida em um contexto ditatorial “de uma época na qual quem ousava dizer o nome desse ‘amor’, estava exposto ao estigma, ao preconceito, como também à violência e ao risco de morte” (AFONSO-ROCHA, 2020, p. 88). Que tipo de escuta Cassandra foi capaz de acionar e quais palavras ela precisou aprender para (não) ser ouvida?

É importante frisar que as obras de Cassandra, e também seu nome, já eram alvo de perseguições e retaliações mesmo antes do período da ditadura. O jornal “Última hora” do Rio de Janeiro, de 02 de março de 1962, veicula uma nota intitulada “Pornografia” na qual informa sobre uma ordem de serviço expedida pela Delegacia de Costumes “no sentido de que a escritora Cassandra Rios seja localizada, presa e conduzida àquela especializada, para ser indiciada em inquérito por crime de corrupção” (p. 02). Em 04 de abril de 1962, o mesmo jornal veicula uma nota, na página 04, divulgando a apreensão de “Livros Imorais” em São Paulo. Na nota consta que “os livros de Rabelais, Rimons, Cassandra Rios e ‘A carne’ de Júlio Ribeiro, estão sendo apreendidos aos montes pela polícia”. Já no dia 31 de Outubro de 1962, página 07, há uma matéria intitulada “Cassandra Rios às voltas com a polícia Paulistana”. De acordo com a reportagem, “o promotor Osvaldo Xavier de Freitas, da 9º Vara Criminal, a Delegacia de Costumes, deu prosseguimento ontem à campanha de repressão à literatura feminina, indiciando Odette ou Cassandra Rios, autora que teve seus livros incluídos no índice do Juizado de Menores”. Também consta na mesma matéria que Cassandra foi indiciada pelo Delegado de Costumes por “crime de corrupção dos costumes” e que em agosto do mesmo ano vários de seus livros foram apreendidos.

Antes disso, em agosto de 1960, o “Diario Carioca” veicula uma matéria intitulada “O perigo da Subliteratura” assinada por Marfa Barbosa Vianna, na qual a autora se dedica a criticar as obras de Cassandra Rios e de Nelson Rodrigues. Para a autora, “uma das mais recentes causadoras do nosso mal-estar generalizado foi a senhora Cassandra Rios, responsável por uma perigosa sublitteratura” (p. 06). Vianna afirma que o conteúdo dos livros

de Cassandra é indecente “visando apenas despertar as paixões baixas” e as capas “tiram o sono das criancinhas”.

Marfa Barbosa Vianna escreve novamente sobre Cassandra, desta vez no jornal *A Noite*, na edição de 05 de fevereiro de 1963. Nesta reportagem, a autora reafirma seu posicionamento quanto a categorizar os livros de Cassandra como subliteratura e duvida se Cassandra Rios é um pseudônimo de uma mulher ou de um homem: “Será Cassandro?”(pág. 06). A dúvida endossada pela autora é curiosa quando se sabe que a revista *O mundo Ilustrado*, em 1961, já veiculara uma matéria intitulada “Esta é a mulher maldita” que apresentava uma foto de Cassandra e aspectos biográficos de sua vida. Para Kyara Vieira essa dúvida retomada pela autora reforça não apenas o histórico descrédito da autoria feminina, mas também se conecta aos “códigos culturais que não permitiam ou desejavam que uma mulher abrisse mão de sua ‘natureza’ dócil e inocente, e se aventurasse em escrever, e assim, pensar, ‘cenas fortes e picantes’”. (2014, p. 70).

Também não passa despercebido o fato de Vianna evocar o “sono das criancinhas” como uma forma de apontar para a imoralidade das capas dos livros de Cassandra. Capas que, segundo a própria Cassandra (2000) eram escolhidas pelos editores e não por ela. Ainda assim, essas criancinhas evocadas por Vianna me parecem ter um tom de angelicalidade, de fragilidade e de inocência que seriam ameaçadas pelas capas despudoradas e imorais dos livros de Cassandra, especificamente. Por que será que justamente as capas dos livros de Cassandra foram elegidas como aquelas que provocariam todo esse mal estar?

O jornal carioca “*Diário da noite*”, de 1963, traz uma reportagem em caixa alta intitulada “Cassandra Rios acusada de rapto e corrupção de menor”. A matéria alega que “a escritora Cassandra Rios, que encontrou melancólica celebridade com a publicação de livros escritos à base do mais baixo quilate moral, está mais uma vez às voltas com a polícia” (p. 02). Uma jovem de 15 anos fora sequestrada e as provas contra Cassandra eram “livros imorais com dedicatórias do próprio punho da escritora encontrados num dos cômodos da casa da jovem” (p. 02). A matéria finaliza alegando que a “vida irregular [de Cassandra] já foi motivo para sua presença, em outras oportunidades, no cartório daquela especializada D.I.”. (p. 02).

Não deixa de ressoar a ameaça ao sono das criancinhas na acusação de rapto e corrupção de menor, cuja única prova eram livros autografados pela escritora na casa da jovem sequestrada. Que infância é essa que precisa ser salvaguardada dos perigos que as

obras de Cassandra, e que sua pessoa, representavam? Se o fato de livros autografados serem considerados prova suficiente para acusar Cassandra de um crime pode nos causar espanto, não é, no entanto, incompreensível o exercício dos poderes que vinculam homossexualidade à promiscuidade, à violação. E que grupo melhor para fazer oposição a todo esse risco do que crianças e adolescentes precisam ser protegidos?

Preciado afirma que “os defensores da infância e da família apelam à família política que eles mesmos constroem, e a uma criança que se considera de antemão heterossexual e submetida à norma de gênero” (2013, p. 96). A criança, desde essa perspectiva, “é um artefato biopolítico que garante a normalização do adulto” (PRECIADO, 2013, p. 97). É também por meio da alegação da necessidade de se proteger uma determinada infância que uma série de pressupostos acerca de como devem se organizar os gêneros, as expressões e práticas sexuais se (re)produzem. Uma escritora sabidamente lésbica que escrevia livros eróticos sobre relações entre mulheres produz, em algum nível, um abalo nessas estruturas.

Odette Rios Pérez Perañes Gonzales Hernández Arellano, que adotou o pseudônimo de Cassandra Rios, nasceu em 1932 em São Paulo e publicou seu primeiro romance ainda com 16 anos. Antes disso, já havia publicado contos, crônicas e poesias em jornais. O primeiro conto publicado com o nome “Cassandra Rios” foi “Tião: o engraxate”. Em *Censura* (1997) acompanhamos a narrativa da autora, ora Odette, ora Cassandra, e seu desejo crescente de se tornar uma escritora, de ver seus livros publicados. Ela começa a trabalhar em uma firma de advogados para poder financiar o seu primeiro livro, mas já nos primeiros dias de trabalho seu pai aparece para buscá-la:

- O senhor há de perdoar, doutor, mas é minha esposa, sabe, não quer que a filha trabalhe, nós não queremos, ela não precisa, é que se lhe metem essas coisas na cabeça, é muito novita, há de entender, preciso que ela vá comigo agora, não precisa pagar nada, só quero que desculpe (RIOS, 1977, p. 67).

De acordo com o livro *Censura* (1977) sua mãe lhe diz que logo receberia uma herança da Espanha e que sobraria um dinheiro para pagar o financiamento de seu primeiro livro. Ela não precisaria trabalhar. Também lhe compraria uma máquina de escrever para ela não precisar mais pedir emprestado todos os dias a do vizinho. Segundo a matéria publicada na revista *Realidade* (1970) dona Damiana, sua mãe, não apenas se compromete a pagar a publicação de seu primeiro livro como também lhe faz e um juramento: não leria o livro escrito por Cassandra. Com o apoio financeiro da mãe, Cassandra dá o pontapé inicial em sua carreira literária.

Kyara Vieira (2014) relata que Cassandra teve romances transformados em filmes, apresentou programas de rádio, foi editora de revistas, jurada de desfiles de escolas de samba em programas de televisão e, inclusive, candidata a deputada em 1986. A autora foi considerada a “escritora mais proibida do Brasil” entre os anos 1950 e 1980, em grande parte por conta de sua vasta produção sobre as lesbianidades (PEREIRA, MESSEDER, 2013). Como asseveram as pesquisadoras, ainda que já existissem trabalhos anteriores abordando as temáticas das lesbianidades, foi Cassandra quem primeiro transformou o cerne de sua produção literária em torno das relações amorosas e sexuais entre mulheres no Brasil. Cassandra é também considerada pioneira na inserção de personagens lésbicas enredadas em narrativas que questionavam o pressuposto de que a lesbianidade seria uma doença ou anomalia. Sua obra extensa foi criticada e alvo de ataques sob a alegação de produzir uma subversão, como afirma Santos (2017), mas também por criar representações estereotipadas, normalizadas, de grupos minoritários.

Sua narrativa ousada e transgressora causou forte oposição e alvoroço, principalmente após a década de 1950, quando seus livros começaram a fazer mais sucesso (FACCO, 2004). Lúcia Facco nos diz que a principal justificativa alegada para a proibição de suas obras era o teor dito pornográfico de seus escritos. No entanto, como ironiza a autora, após ter seus livros censurados Cassandra Rios passou a publicar “romances fortes” envolvendo casais heterossexuais por meio de outros pseudônimos, desta vez masculinos, tais como: Clarence River e Oliver River e não teve problemas com a censura. Em uma de suas autobiografias Cassandra relata seu descontentamento:

Assim, eu mesma fui minha própria concorrente com pseudônimos estrangeiros, para provar e ter como resposta uma realidade contundente: - não eram os meus livros que estavam proibindo e sim a escritora que na época mais vendia. Tanto assim que esses igualmente escritos por mim, eram adquiridos sem nenhum problema nas Livrarias e nas Bancas de Jornais, afinal não eram Rios, mas eram Rios em outros idiomas, River’s, Strom’s, Rivier... (RIOS, 2000, p. 134).

Que rio era esse que apenas nas suas traduções podia fluir livremente? Que tipo de margens limitavam Rios e instigavam, propagavam River’s, Strom’s, Rivivier? A ditadura cis-hétero-militar instalada no Brasil se constituiu por meio da normalização dos corpos, das sexualidades, ainda que por vezes de modo oblíquo, mas sempre na direção de um fortalecimento da noção de uma “sexualidade normal” (AFONSO-ROCHA, 2020). Nas Ordenações Manuelinas, o mais antigo Código Penal aplicado no Brasil, a sodomia já

aparecia, como pontua João Silvério Trevisan (2011), como um crime punido com pena de fogo, confisco de bens e infâmia sobre os filhos do condenado.

De acordo com Trevisan (2011) foram as Ordenações Filipinas que tiveram mais importância, também por conta de terem vigorado por mais de dois séculos. Nestas, determinava-se que toda pessoa que cometesse o pecado da sodomia deveria ser queimada e ter todos os seus bens confiscados. Ao contrário das anteriores, as Ordenações Filipinas incluíam as mulheres na lei. Trevisan afirma que a Constituição do Império atualizava em alguma medida as Ordenações Filipinas, mas acabou retirando a sodomia da legislação. No entanto, surgiram os crimes por ofensa à moral e aos bons costumes. “Sem que haja qualquer menção explícita, é debaixo de tal infração tão vagamente enunciada que, daí por diante, a homossexualidade será enquadrada (na prática e/ou em teoria) (TREVISAN, 2011, p. 166-167).

A retirada da sodomia da legislação brasileira não implicou em nenhum tipo de prática que visasse combater a violência perpetrada contra sujeitos dissidentes das normas sexuais e de gênero. Para Ricardo Afonso-Rocha (2020) o Estado brasileiro não apenas negligenciava a existência desses sujeitos como também incentivava e legitimava, institucionalmente, a violência direcionada a pessoas LGBTQ+. O autor aponta também, no que se refere ao período da ditadura militar no nosso país, para a intensificação do entrelaçamento entre discursos higienistas e eclesiásticos promovidos pelo regime cisheteromilitar e alçados a dimensão de uma política institucional. A sodomia surge, nesse contexto, como uma afronta não apenas à natureza, mas também à família e ao Estado.

Para além disso, as lesbianidades produzem efeitos que, em alguma medida, são semelhantes aos efeitos produzidos pelas homossexualidades masculinas mas que também possuem suas especificidades. As ficções lésbicas produzem indagações que fissuram os pressupostos sobre os quais se sustentam o bem comum: origens, tradições, temporalidades, sociedades produtivas e reprodutivas (ARNÉS, 2016). Desde a análise das lesbianidades na literatura argentina, Laura Arnés (2016) assevera que é possível refletir também sobre certas experiências de exílio e sobre outras formas possíveis de exclusão e descentramento. Para a autora, fazer ressoar a palavra lesbiana pode ser uma forma possível de liberar a proibição erótica que impregna as linguagens e prestar atenção nos corpos lésbicos pode, também, proporcionar um outro modo de trazer ao presente corpos desaparecidos ou ocultados pelas instituições da cultura.

É importante percebermos que rotular a obra de Cassandra como pornográfica tinha a intenção de alocá-la em um lugar quase criminoso e, ao fazê-lo, limitar suas obras a um público específico (SANTOS, 2017). A criação desse espaço marginal, como assevera a autora, alimenta a ideia de uma escrita inferior, não merecedora de reconhecimento. Para além disso, a perpetuação do regime cisheteromilitar se fundamentou, em grande medida, na criação da figura do inimigo interno. Como assevera Renan Quinalha desde os apontamentos da Comissão Nacional da Verdade, o autoritarismo do Estado durante a ditadura civil-militar:

se valeu de uma ideologia da intolerância materializada na perseguição e tentativa de controle de grupos sociais tidos como uma ameaça ou perigo social. A criação da figura de um “inimigo interno” valeu-se de contornos não apenas políticos de acordo com a Doutrina da Segurança Nacional, mas também morais, ao associar a homossexualidade a uma forma de degeneração e de corrupção da juventude (2017, p. 25).

Ancorada na doutrina da segurança nacional, como pontua Afonso-Rocha (2020), a criação dessa figura (que não se limitava a um corpo específico) se sustentava na necessidade de salvaguardar a ordem, a família e os valores cristãos. Para tanto era preciso mobilizar não apenas dispositivos jurídicos, como também políticos e morais. Para Messeder e Pereira (2013), Cassandra Rios, ao mesmo tempo em que investe em uma narrativa que essencializa o desejo, produz também deslocamentos na ideia de que existe um corpo lésbico monolítico, homogêneo. Talvez seja por meio dessas fissuras, desses deslocamentos, que possamos vislumbrar aquilo que há de atual, tal como propõe Deleuze (1996), na literatura de Cassandra. A literatura, de modo geral, pode ser compreendida como um espaço privilegiado de negociações de sentidos históricos e também de fantasias e normativas (ARNÉS, 2016). Mas pode ser também, como pontua Arnés, um espaço anômalo da cultura a partir de onde ficções se fazem visíveis, tais como as ficções lésbicas que fissuram de modos criativos as formas hegemônicas do social.

Vale pontuar a ressalva feita por Pereira e García (2012) de que a literatura de Cassandra Rios cria um ambiente que dá contornos para um contexto extremamente conservador, mas altera, de alguma forma, este contexto ao falar sobre a sexualidade feminina. Por meio da análise de matérias de jornais Kyara Vieira (2014) afirma que aspectos individuais da obra de Cassandra Rios passaram a ser associados diretamente à política seja por meio da convocação que Cassandra faz ao coletivo como componente crucial da realidade ou por meio da desterritorialização que opera nas linguagens autorizadas da Justiça, do Estado e mesmo da Literatura.

Não podemos nos esquecer que “literatura” é uma categoria que se estabelece no século XIX e que “exerce seu poder enquanto um saber específico, que passa a ser valorizado enquanto um valor estético, a uma escrita valorativa, ao cânone literário por assim dizer [...] (VIEIRA, 2014, p. 44-45). Mas a literatura é também, como nos explica Kyara Vieira, uma instituição ambígua, que pode transgredir suas próprias regras, desestabilizá-las, tendo em vista a função que desempenha.

De acordo com Tatiana Salém Levy (2011) a linguagem em seu uso literário revela um poder máximo de criação, de fundação de um mundo. Para a autora, desde sua compreensão das proposições de Blanchot, a linguagem da ficção tende não à representação do objeto, mas sim à sua criação. À produção de uma materialidade daquilo que nomeia. Por meio dessa nomeação se produz não uma imitação de algo já existente, mas sim sua própria realização. A literatura, para a autora, é uma forma de fazer presente aquilo que não poderia estar presente. Ela constrói o fora, é o próprio fora. Quando se fala em fora não se faz referência a algo aquém ou além daqui, mas sim a esse mundo desdobrado em uma outra versão de si. Não se trata, portanto, de outros mundos, mas sim de outros de todos os mundos (LEVY, 2011).

Deleuze (1997), em perspectiva semelhante, afirma que a literatura tem a ver com o inacabado, com o que está ainda por vir, por devir. E devir não é nunca chegar a uma forma pronta, estabelecida, mas sim encontrar uma zona de vizinhança, de indiscernibilidade. Para o autor a literatura surge como uma tarefa de saúde e a saúde, neste contexto, tem a ver com inventar um povo que falta. Não um povo destinado a dominar o mundo, mas um povo menor, minoritário, inserido em um devir revolucionário. A literatura tem a ver com a possibilidade de vivenciar o outro do mundo (LEVY, 2011). Para Deleuze e Guattari “uma literatura menor não pertence a uma língua menor, mas, antes, à língua que uma minoria constrói numa língua maior” (2003, p. 38). Os autores citam três categorias do que conceituam como literatura menor: a desterritorialização da língua; a conexão entre o individual e o político e o agenciamento coletivo de enunciação.

A primeira delas tem a ver com o forte coeficiente de desterritorialização que atravessa uma literatura menor. De modo geral, a desterritorialização pode ser compreendida como as linhas de fuga que podem se abrir em quaisquer territórios traçados (GUATTARI, ROLNIK, 1986). Um território sempre comporta linhas de desterritorialização e também de reterritorialização, ou seja, de reorganização de si. A segunda característica aponta para o

pressuposto de que “todas as questões individuais estejam imediatamente ligadas à política. A questão individual, ampliada ao microscópio, torna-se muito mais necessária, indispensável, porque uma outra história se agita no seu interior” (DELEUZE, GUATTARI, 2003, p. 39). Por fim, o agenciamento coletivo de enunciação<sup>4</sup> faz menção a valor coletivo presente nos enunciados. “Precisamente porque o talento não é, na verdade, muito abundante numa literatura menor; as condições não são dadas numa enunciação individuada pertencente a este ou aquele «mestre», separável da enunciação colectiva” (DELEUZE, GUATTARI, 2003, p. 40).

Podemos perceber que estar situado em um lugar “minoritário” pode ter uma potência a mais em termos de permitir a construção de uma minoração do que os autores chamam de língua maior. A língua materna precisa se tornar, em alguma medida, odiosa para que se possa dela fazer um uso menor (LEVY, 2011). As obras de Cassandra podem ser pensadas como se constituindo também enquanto uma literatura menor. Podemos considerá-las como desestabilizadoras do cânone literário por meio da resistência tanto ao silenciamento da crítica quanto à força das interdições estatais (VIEIRA, 2014).

Laura Arnés (2016) afirma que após a década de 1950 começa a aparecer com mais força na literatura Argentina o que ela chama de *la voz lesbiana*. Esta voz faz menção à aparição de uma primeira pessoa na literatura que tem o potencial de desestabilizar os discursos hegemônicos na medida em que opera não apenas pensando o poder em termos de sua heteronormatividade, mas também em termos do seu controle acústico: quem pode falar, o que se pode dizer, quem pode escutar. Para a autora, des-cobrir, tirar o véu, de uma voz implica também em des-cobrir uma tradição.

No prefácio da segunda edição do livro “Eu sou uma lésbica”, Pedro Amaral relembra o romance “Lavoura Arcaica”, de Raduan Nassar, no qual o protagonista do romance indaga:

Alguma vez te passou pela cabeça, um instante curto que fosse, suspender o tampo do cesto de roupas no banheiro? Alguma vez te ocorreu afundar as mãos precárias e trazer cada peça ali jogada? [...] mas bastava ver, bastava suspender o tampo e afundar as mãos, bastava afundar as mãos pra conhecer a ambivalência do uso, os lenços dos homens antes estendidos como salvas pra resguardas a pureza dos lençóis, bastava afundar as mãos pra colher o sono amarrotado das camisolas e dos pijamas e descobrir nas suas dobras, ali perdido, a energia encaracolada e reprimido do mais meigo cabelo do púbis (NASSAR, 1999, p. 42-43).

---

4 O conceito de agenciamento coletivo de enunciação será abordado também no capítulo 2.

Essa imagem evocada por André, protagonista do romance, pode servir, dentre outras coisas, para que pensemos sobre o lugar que algumas autoras e autores ocupam na literatura brasileira (AMARAL, 2006). E não deixa de ser sugestivo também que simplesmente afundar as mãos no cesto de roupa suja é suficiente para revelar as ambivalências e as intimidades que uma família se esforça para tirar de vista. Aquilo que nos esforçamos para esconder, para disfarçar, continua operando no cotidiano das nossas relações. O cesto de roupa suja revela que até mesmo o patriarca de uma família é constituído por uma certa “energia encaracolada e reprimida”, por um “sono amarrotado de pijamas e camisolas”. Clarice Lispector (1998), no prefácio escrito para o livro “A via crucis do corpo”, comenta que uma pessoa havia lido seus contos e lhe dito que aquilo tudo era lixo, ao que ela respondeu afirmando que deve haver hora para tudo, até a hora para o lixo.

E lixo não é outra coisa senão aquilo, e aqueles e aquelas, a quem se nega o direito a própria voz. O direito à palavra em primeira pessoa. O cesto de roupa suja é a história não contada da camisa bem passada, da toalha estendida na mesa do almoço, da louça já guardada dentro dos armários. Assim também Lélia Gonzalez (1980) não deixou de denunciar que o lugar das pessoas negras na sociedade brasileira sempre foi a lata de lixo. E ainda que não seja possível equivaler as forças que operam na constituição e propagação do racismo e da lesbofobia, podemos pensar em pontos de contato dessas maquinarias. Um desses pontos é justamente a retirada do direito a própria voz, é a construção de um aparato discursivo hegemônico que não dá conta de fazer ressoar o discurso de quem não cabe no corpo adulto, branco, cis, hetero, masculino... “Exatamente porque temos sido falados, infantilizados [...], que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa” (GONZALEZ, 1980, p. 225).

A literatura de Cassandra Rios configura-se em forças que ora alicerçam e ora desestabilizam a existência de uma identidade lésbica estável. Se, por um lado, a autora opera um esforço para atribuir legitimidade às lesbianidades, por outro, uma escrita mais sutil e subterrânea desestabiliza esta identidade e traz à tona múltiplas possibilidades de existência (LIRA, 2013). Pela primeira vez no Brasil as lésbicas estão no centro de uma vasta produção literária. Cassandra, como uma autora em devir minoritário, produz um fluxo de linguagem e também de subjetividades que subverte em alguma medida a linguagem maior, já dura e codificada.

Como já mencionamos acima, os processos movidos contra a escritora eram sempre por atentado à moral e aos bons costumes (HOLANDA, MESQUITA, PAIVA, 2015). É importante percebermos que rotular a obra de Cassandra como pornográfica tinha a intenção de alocá-la em um lugar quase criminoso e, ao fazê-lo, limitar suas obras a um público específico (SANTOS, 2017). A criação desse espaço marginal, como assevera a autora, alimenta a ideia de uma escrita inferior, não merecedora de reconhecimento. Para além disso, as obras de Cassandra foram combatidas não apenas pelo Estado, que alegava haver um tom pornográfico em seus trabalhos, mas também, posteriormente, por comunidades LGBTs que a acusavam de moralista e, por isso, repudiavam-na a ponto de negarem a importância seus escritos (PIOVEZAN, 2005). Amara Moira (2020) também enfatiza o incômodo que militantes lésbicas sentiam ao sempre se depararem com desfechos trágicos nas obras de Cassandra e enfatiza o quanto escritores cisheteros não veem suas obras serem cobradas em termos de um desenrolar ou de desfechos que cumpram com determinadas expectativas:

Até eu de mim fui esquecendo, como convocada que devo ter sido pelo Incognoscível, a ser pioneira e destemida guerreira desta causa, e sem saber porque meti-me nessa guerra! Minhas armas, a busca da Verdade, o Amor e as suas Palavras! (RIOS, 2000, p. 73).

Para Pedro de Castro Amaral Vieira (2010) a crítica militante cobrava que as obras de Cassandra se assumissem enquanto ícones de uma causa. Uma das estratégias utilizadas por estes grupos foi, inclusive, justificar o caráter de literatura popular de consumo que as obras de Cassandra apresentavam alegando que, na verdade essa era uma estratégia da autora para subverter discursos heteronormativos. Como nos explica Vieira ao fazer isso “[...] a autora, agora ‘beatificada’, seria purificada do seu flerte com os baixos estratos e os baixos instintos” (2010, p. 97) e, dessa maneira, sua obscenidade e popularidade seriam compreendidas apenas como uma tática para disseminar, tornar visível uma causa, a do amor entre mulheres. Vieira afirma estar convencido de que o estilo de escrita de Cassandra, popular, intenso e repleto de sexo, foi sempre intencional e consciente.

Cassandra mesmo, em seu livro *MezzAmaro*, responde às críticas que lhe eram feitas com relação ao seu estilo de escrita, à gramática:

Se você lesse, você que está lendo, como certo seria, sentiria o ritmo e o balanço nas palavras que escrevi e escrevo, no que me atrevo a redigir como bem entendo e não como certo deveria, segundo estudos da nossa riquíssima Gramática, para a qual paupérrima me sinto, faltando muito para o tudo que não sei! (RIOS, 2000, p. 15).

Os textos pornográficos têm como característica fundamental serem considerados textos de leitura privada, estando relacionados com os modelos vigentes com relação a um movimento de higienização física e mental já que, de acordo com Alessandra El Far (2004) o conjunto entre imagem e texto conduziria a um descontrole e, portanto, ao pecado, segundo um discurso moralista e religioso.

A autora nos recorda que somente na década de 1920 houve a promulgação de um decreto-lei que estabelecia algumas regras com relação aos limites da liberdade de imprensa no nosso país. Ainda assim, como pontua El Far (2004), mesmo após esse decreto nenhuma punição mais severa recaiu sobre obras tidas como pornográficas. Como nos explica El Far, as restrições às publicações alocadas sob o nome de pornografia eram a essa época, fundamentalmente, de cunho moral. Daí o temor que se tinha com relação a um possível acesso das mulheres a essas obras. As obras situadas enquanto pornográficas recebiam o título de “romances para homens” tendo em vista, justamente, uma compreensão de que elas deveriam ser proibidas às mulheres. Por meio da leitura destes livros, as mulheres, vistas como seres frágeis e de personalidade instável, estariam muito suscetíveis aos encantos destas narrativas e poderiam se esquecer das convenções sociais para ir em busca da realização de desejos e de experiências distantes de suas realidades (El far, 2011).

Cassandra Rios publica seu primeiro romance em 1948, quanto tinha 16 anos. Livro com um enredo envolvendo um romance entre as personagens Lyeth e Ires e com um trágico final. Nos anos seguintes à publicação de seu primeiro livro mudanças sociais de grandes transformações estavam acontecendo no nosso país como o surgimento e consolidação de rádios, revistas, televisão, livros e os impactos destas novas tecnologias na chamada revolução sexual.

De acordo com Santos (2017) no período que antecedeu a revolução sexual as fronteiras entre censura política e censura das produções eróticas não eram tão nítidas. A diferença que demarcava quais materiais seriam considerados transgressores à ordem e quais caberiam nos seus limites não estava bem definida. O decreto-lei n 1.077, por exemplo, já em 1970, dizia apenas que não seriam toleradas publicações contrárias à moral e aos bons costumes deixando a critério do Ministério da Justiça e, mais especificamente, do Departamento de Polícia Federal a decisão do que seria considerado transgressor e do que não. Como recorda Santos (2017) entre os anos de 1964 e 1984 cerca de 30% dos livros que eram censurados o eram sob a alegação de “atentado à moral e aos bos costumes”. E não

podemos nos esquecer de que as definições acerca do que conta como alta ou baixa literatura são moduladas de acordo com contextos sócio-históricos específicos.

As obras de Cassandra Rios contribuíram para fomentar uma política de visibilidade de sujeitos que foram e ainda são historicamente marginalizados por meio da possibilidade de uma gama de personagens femininas se expressarem com relação à configuração de suas sexualidades em um contexto histórico e social em que isso quase não era visibilizado em nossa literatura (PEREIRA; GARCÍA, 2012). Suas obras podem nos ajudar a potencializar e a problematizar as discussões acerca das lesbianidades e lesbofobias inclusive no campo da psicologia, de onde parto, para, a partir daí, podermos pensar em proposições e posicionamentos que façam frente às cisheteronormas já tão consolidadas em nossas práticas cotidianas e profissionais.

É importante demarcar que pensar em um marcador social é, inevitavelmente, pensá-lo também na sua intersecção com outros atravessamentos de modo que se debruçar sobre um deles deve necessariamente significar estar atenta para os atravessamentos que o compõe na relação com os outros. (CFP, 2017). Como me pensar, enquanto pesquisadora, dentro deste campo? Se advogo a lesbianidade enquanto um lugar que habito, quais seriam as possíveis repercussões deste habitar no que diz respeito ao desenvolvimento desta pesquisa? Não posso perder de vista que o lugar social que habito circunscreve meu olhar, ainda que isso não signifique que determine totalmente as possibilidades de produção. Uma posição no mundo em termos de raça, classe, gênero, sexualidade é um lugar sempre mais complexo do que geralmente supomos. Ainda assim, entender-me enquanto lesbica, branca, classe média, magra, pesquisadora, nascida no sul do Brasil, apesar das problemáticas que categorias identitárias suscitam, produz efeitos no contato com a literatura de Cassandra Rios.

Tive a oportunidade de assistir a uma conferência ministrada pela teórica e militante Yuderkis Espinosa no segundo semestre de 2019<sup>5</sup>. Em um dado momento de sua fala ela se pergunta: como deve ser ler Audre Lorde desde um corpo branco? Como deve ser a experiência de uma pessoa branca lendo Audre Lorde? Um pouco depois ela repete sua pergunta, dizendo que agora estava um pouco melhorada: como ler Audre Lorde desde a branquitude? Seu questionamento ficou ressoando em mim por vários dias. Como é possível ler uma autora eminente e fundamentalmente antirracista desde os privilégios do meu corpo

---

5 A palestra em questão aconteceu em Madri durante a vigência do Estágio de Pesquisa no Exterior viabilizado por bolsa concedida pela FAPESP – Fundação de Apoio à pesquisa no Estado de São Paulo.

branco? Seria possível encontrar conforto suficiente na minha lesbianidade para me identificar com seus escritos sem me sentir questionada naquilo que em mim sustenta e propaga um sistema de exploração, violência e extermínio de uma série de outros corpos? O que fazer depois de ler Audre Lorde desde um corpo branco?

Trago para cá esse excerto da conferência porque uma das questões que me surgiu logo depois foi: como ler Cassandra Rios desde um corpo branco? Como aparece (ou desaparece) nas suas personagens? Quais os efeitos destas configurações na literatura de Cassandra? Laura Arnés (2016) pensa a literatura enquanto um dispositivo político que possibilita a produção de novos mundos sensíveis e, a partir daí, novas relações com e entre os corpos. Para Polesso (2018) dizer que uma literatura é lésbica tem a ver com compreender o mundo do ponto de vista de um sujeito complexo “em história, política, gênero e estética, ou a partir da criação de personagens cuja lesbianidade seja apresentada como característica” (2018, p. 11).

Ainda assim, não podemos perder de vista as problemáticas que uma tal categoria inevitavelmente suscita. Afonso-Rocha (2020) pontua que tomar um texto como um objeto que produz sentido em si mesmo apaga a dimensão da relação com a leitora ou o leitor e com o contexto social. Para o autor, tanto “literaturas” quanto “homossexualidades” são efeitos de leitura que remetem às condições de produção dessas categorias mesmas. Reivindicar uma literatura homossexual “significa aquiescer a uma intencionalidade do autor apreensível no texto ou, pior, recorrer à noção de um núcleo duro de notações homossexuais ‘dado’ na estrutura cerrada do texto” (AFONSO-ROCHA, 2020, p. 79). Operar a partir do deslocamento da existência ou não de uma literatura homossexual para se pensar a partir das relações entre homossexualidades e literatura abre brechas para que se possa, como conclui o autor, analisar quaisquer obras desde a problematização de configurações desviantes da cisheteronormatividade.

Bonie Zimmerman (1992) afirma que a teoria lésbica clássica procedeu a partir de uma série de pressuposições, tais como: que se pode, ainda que com certa dificuldade, definir a categoria “lésbica”; que lésbicas compartilham certas experiências e conceitos; que práticas discursivas provêm de experiências vividas. Apesar da influência das teorias pós-estruturalistas no que diz respeito ao questionamento dessas premissas, foram as lésbicas não brancas que promoveram os questionamentos mais explícitos e contundentes à categoria de lesbianidade (ZIMMERMAN, 1992). A principal estratégia foi a de desconstrução da

lesbianidade como uma identidade unificada, essencialista, para sua reconstrução enquanto metáfora ou como posição do sujeito.

Para Zimmerman a lésbica é posicionada, muitas vezes, em um lugar único de desconstrução da heterossexualidade, do patriarcado, do gênero, da verdade, de quase qualquer coisa. Uma das consequências mais sérias com relação a esses pressupostos têm a ver com o lugar de outras figuras à margem dos lugares hegemônicos que acabam sendo secundarizadas dentro das discussões que se operam desde essa perspectiva. A lésbica é um, mas apenas um, corpo dissidente, com suas particularidades, histórias, suas estratégias textuais, e suas práticas disruptivas específicas. Zimmerman nos alerta de que, ainda que possam existir alguns pontos de convergência entre lésbicas, existem também uma série de diferenças, as quais incluem diferentes identidades – de classe, de raça, de idade, de religião, etc. E ainda que possamos lutar contra essas diferenças dentro dos nossos espaços elas possuem uma realidade material e institucional que não pode ser negada.

A categoria “lésbica” faz referência a experiências muito diversas, o que implica em uma dificuldade de se estabelecer fronteiras rígidas entre seus contornos. Gloria Anzaldúa (2009) nos diz que o termo lésbica, quando pensa em sua experiência, é um problema porque ele diz respeito predominantemente a mulheres brancas de classe média. Sendo a autora Chicana mestiça e de classe operária, ser nomeada como “lésbica” opera uma subsunção a esta categoria que apaga sua cor e sua classe (ANZALDÚA, 2009). A autora nos explica que quando faz uso das categorias como “Chicana” “poeta dyke-feminista” ou mesmo “lésbica” o faz por razões diferentes das dominantes. Rotular-se tem a ver, nesta perspectiva, em não permitir que aspectos fundamentais de sua existência sejam omitidos, apagados ou violentados.

Com relação a essa discussão, parece-me importante retomar o conceito de saberes localizados (HARAWAY, 1995). Donna Haraway, ressignifica a objetividade na produção do conhecimento ao afirmar que essa só pode ser alcançada quando assumimos a parcialidade do nosso olhar. A objetividade, portanto, tem a ver com um processo de corporificação específico, singular e localizado. Assumirmos a parcialidade e a localidade do nosso olhar e, conseqüentemente, da produção de conhecimento desde nosso lugar no mundo, significa assumir também que todo saber é localizado, situado. Apesar da relevância dessa proposição no que se refere às discussões sobre produção de conhecimento, Jota Mombaça (2017) nos aponta uma fragilidade no uso desse conceito no que se refere à marcação dos lugares de

hegemonia que compõe nosso lugar no mundo. Para Mombaça a categoria de saberes situados adentra a vida acadêmica por meio, principalmente, de uma potência em “refazer os mecanismos de hipervisibilização de experiência subalterna” (2017, p. 01). No entanto, esse trabalho não caminhou junto ao de problematização e nomeação das posições de poder:

Por isso o conceito de saberes situados acabou se limitando a reproduzir a hipervisibilidade da posição subalterna como objeto discursivo, sem criar condições para que, ao situar-se, os sujeitos posicionados em relação de privilégio perante a cisnormatividade, a heterossexualidade e a supremacia branca fossem capazes de perceber densamente a própria posição. (MOMBAÇA, 2017, p. 01).

Trago para cá essa discussão com o intuito de problematizar as perspectivas que endossam a improdutividade de nomear uma literatura como lésbica, por exemplo, tal qual a proposta de Afonso-Rocha citada mais acima. Para o autor a reivindicação de uma literatura homossexual incorre no perigo de recorrer a um núcleo duro de notações homossexuais dado no texto. No entanto, sabemos que falar simplesmente em A literatura é quase sempre falar de uma literatura branca cisheterossexual. Ou seja, a não marcação funciona como uma forma de endossar a pretensa naturalidade dos lugares de hegemonia. Uma saída possível desse cenário é justamente visibilizar a norma.

Amara Moira esteve presente na banca de qualificação desse trabalho e endossou a necessidade de começarmos a falar também de uma literatura cishetero quando falamos de uma literatura LGBT. Se não fizermos esse movimento, conforme pontua Amara Moira, não conseguimos enxergar essa literatura hegemônica como parte também de um filão e não como representativa de tudo o que ganha o nome de Literatura. Inverter o jogo, nomear a norma, pode ser uma maneira de escapular dessa armadilha, dessa hipervisibilização das experiências subalternas e da consequente invisibilização das experiências ou das marcações hegemônicas. Essa perspectiva vai na contramão do pressuposto de que não é produtivo ou de que é redutor nomear uma literatura como lésbica. Para a autora, é redutor enquanto não conseguimos fazer o mesmo tipo de reflexão com relação à literatura hegemônica.

Nesse sentido, acreditamos que as ficções lésbicas (Arnés, 2016) não tem a ver com uma produção identitária ou que reivindica critérios específicos de pertencimento a um determinado grupo social. Como alega Laura Arnés (2016), ficções lésbicas ressignificam e rearranjam tradições e, para além disso, produzem novas formas de existências que tanto coexistem com estruturas dominantes quanto as tornam obsoletas. Se a literatura pode ser

pensada, também, como um dispositivo, ela é produzida, dentre outras coisas, pelo confronto de forças que opera por meio das linhas de estratificação e atualização.

Para a autora as lesbianidades podem ser um lugar possível de ocupação política e de leitura das opressões, bem como de produção de um pensamento crítico da história literária. As ficções lésbicas produzem mapas de intensidades (Arnés, 2016). Elas não se preocupam com origens, com um mito fundador, mas ao invés disso possibilitam a criação de deslocamentos e de pontos de contato entre fenômenos distintos. Esta pode ser uma perspectiva interessante para pensarmos nas potencialidades dos corpos lésbicos.

## 2. Das escritas (im)possíveis

Traducir nuestra diferencia al lenguaje de la norma; mientras continuamos, en secreto, haciendo proliferar un bla-bla-bla insólito que la ley no entiende. (PRECIADO, 2019, p. 23)

O presente capítulo tem como objetivo apresentar alguns dos fundamentos teóricos e metodológicos que sustentam o desenvolvimento desta pesquisa, as ferramentas e as proposições que servem de base nesse processo. Pretendemos questionar também, em algum nível, a noção mesma de escrita acadêmica e alguns dos pressupostos que a fundamentam. Partimos do entendimento de que as normas que organizam regimes políticos tais como: racismo, sexismo, LGBTfobia, sustentam também as políticas de escrita acadêmica vigentes nos nossos contextos. Nesse sentido, faremos um esforço no presente capítulo de ensaiar (des)caminhos que possam, ao mesmo tempo, apresentar os fundamentos sob os quais nos apoiamos e também propor algumas fissuras a esses regimes já consolidados.

A afirmação de que escrevemos (e vivemos, pensamos, produzimos) desde um lugar de enunciação próprio não significa endossar o pressuposto de que quem escreve (e vive e pensa e produz) é um eu individual, autônomo em um processo solitário de introspecção. A escrita atualiza e concretiza processos que se iniciam e se enveredam por trajetórias coletivas. Assinar um texto é, em alguma medida, um engodo. Uma farsa. Autoria forjada para servir a uma ordem. A um ordenamento:

A universidade, esse grande laboratório de experimentações e experiências subjetivas e coletivas, ainda é, paradoxalmente, também um espaço constituído de violências epistemológicas, hierarquias de poder e ranços patriarcais, legados do eurocentrismo fundante de nossa sociedade (SOUZA; BRANDÃO, 2020, p. 121-122).

A autoria, se pensada desde a perspectiva de um sujeito que é detentor das suas ideias, que as cria desde um processo criativo individual, é também uma das estratégias que vincula as violências epistemológicas, as hierarquias de poder e os ranços patriarcais eurocentrados para os quais as pesquisadoras nos chamam a atenção:

Por trás da pergunta sobre a mulher como artista, encontramos o mito do Grande Artista, tema de milhares de teses: único, de comportamento divino desde seu nascimento, uma essência misteriosa, a última bolacha do pacote, chamado de Gênio ou Talento e, assim como o assassino, sempre vai encontrar saída, não importa o quão improváveis e infrutíferas sejam as circunstâncias (NOCHLIN, 2016, p. 15)

As proposições de Linda Nochlin sobre o mito do Grande Artista também nos servem para pensarmos sobre o mito do Grande Pesquisador (sempre no masculino, já que a ideia de genialidade é, em si mesma, masculina). Aquele sujeito que nasce brilhante, que é capaz de criar sozinho as respostas necessárias para as suas perguntas simplesmente por meio de um debruçar-se solitário. Mesmo quando não é evocado à risca, podemos perceber os efeitos desse mito se proliferando nos espaços de produção de conhecimento acadêmico, científico. Podemos perceber seus efeitos na higienização que fazemos, quer tenhamos mais ou menos consciência, dos agenciamentos coletivos de enunciação do nosso próprio texto.

Guattari e Rolnik (1996) propõem o conceito de agenciamentos coletivos de enunciação em oposição a ideia de sujeito. O agenciamento coletivo não corresponde a uma entidade individual e nem a uma entidade social pré-determinada. Os processos de subjetivação implicam no funcionamento de “máquinas de expressão” que podem ser tanto extrapessoais quanto intrapessoais. Nesse sentido, a individuação do corpo não corresponde à multiplicidade dos agenciamentos de subjetivação:

É claro que sempre se reencontra o corpo do indivíduo nesses diferentes componentes de subjetivação; sempre se reencontra o nome próprio do indivíduo; sempre há a pretensão do ego de se afirmar numa continuidade e num poder. Mas a produção da fala, das imagens, da sensibilidade, a produção do desejo não se cola absolutamente a essa representação do indivíduo. Essa produção é adjacente a uma multiplicidade de agenciamentos sociais, a uma multiplicidade de processos de produção maquínica, a mutações de universos de valor e de universos históricos (ROLNIK; GUATTARI, 1996. p. 32).

Esse questionamento radical da noção de indivíduo pode ser um caminho frutífero de questionamento também da noção de autoria. Ainda assim, como pontuam Rolnik e Guattari na passagem acima, sempre se reencontra o nome próprio do indivíduo. Ainda assim, assino esse texto. Reivindico essa autoria. “Autoria estratégica, digamos, forjada na suposta individuação do pensamento e, principalmente, pela exigência de uma propriedade do conhecimento que se dá na máquina da produtividade acadêmica” (SOUSA; BRANDÃO, 2020, p. 121). O agenciamento coletivo de enunciação é também uma das categorias elencadas por Deleuze e Guattari (2003) para explicar o que chamam de literatura menor. E a literatura opera por meio da descoberta, do desvelamento de um impessoal que não deve ser confundido com um geral. Tem a ver, pelo contrário, com uma singularidade (DELEUZE, 1993). Para o autor, a enunciação da literatura começa, de fato, apenas quando uma terceira pessoa destitui o poder de se dizer: Eu.

Se faço essa discussão no corpo da presente tese é por entender também as obras de Cassandra como produtoras de fissuras nessas políticas de escrita hegemônica. De uma minoração dessa língua maior. Seja por meio de uma escrita considerada inábil demais para os padrões que legitimam o que conta ou não como Literatura, seja pela inserção dos corpos lésbicos como um lugar possível desde onde questionar essa maquinaria:

Estas ficciones [lesbianas] que de diversos modos trastocan lo previsible – es decir, el sentido común – resultan, inmediatamente, peligrosas: proponen lenguas que desprecian los binarismos de la cultura occidental, violentan los modos de las temporalidades teleológicas, transitan otros recodos de la memoria y proponen contactos que construyen nuevas espacialidades (ARNÉS, 2016, p. 13).

A multiplicidade de processos de produção maquínica para a qual aludem Rolnik e Guattari produzem também um texto. É sempre coletivamente que ideias, conceitos, proposições são criadas. É sempre coletivamente que fazemos pesquisa. As proposições da cartografia orientam em grande medida o caminhar dessa pesquisa. A prática da cartografia remete “fundamentalmente às estratégias das formações do desejo no campo social” (ROLNIK, 2011, p. 65). E a análise do desejo remonta critérios a partir dos quais o social se cria. Para Kastrup e Passos (2013) cartografar não se traduz em desvelar a natureza de algo que já existiria, cabendo simplesmente à pesquisadora trazer a tona uma realidade já dada. Conhecer é, desde essa perspectiva, imediatamente criar, inventar realidades na medida em que o corpo da pessoa que pesquisa, sua história, sua perspectiva, está sempre produzindo efeitos nos caminhos trilhados, nos conhecimentos produzidos.

Deleuze e Guattari (1995) propõem uma distinção entre o que chamam de mapa da cartografia e decalque. O primeiro está no âmbito da experimentação, da abertura enquanto o segundo volta sempre ao mesmo. O mapa tem múltiplas entradas e pode ser reorganizado de diversas maneiras. Está orientado pela perspectiva do rizoma, o qual se fundamenta em alguns princípios (DELEUZE; GUATTARI, 1995):

- Princípio da conexão ou heterogeneidade: um ponto do rizoma pode ser conectado a qualquer outro;
- Princípio da multiplicidade: não existe uma unidade central ou primária no rizoma. Ele é composto por linhas não havendo, portanto, unidade de medida, mas sim multiplicidades;

- Princípio da ruptura a-significante: Um rizoma sempre pode ser rompido e recriado a partir de um outro lugar, do mesmo modo que as formigas formam um rizoma animal quase impossível de destruir;
- Princípio de cartografia e de decalcomania: Um rizoma não se organiza em torno de um modelo estrutural ou gerativo. É estranho a qualquer ideia de eixo genético<sup>6</sup> ou estrutura profunda.

Todo rizoma é composto por linhas de segmentaridade, que o dão forma, estratificam-no, territorializam-no, e por linhas de desterritorialização por meio das quais foge sem parar (DELEUZE; GUATARRI, 1995). Estas linhas estão imbricadas constantemente, remetendo uma a outra:

Faz-se uma ruptura, traça-se uma linha de fuga, mas corre-se sempre o risco de reencontrar nela organizações que reestratificam o conjunto, formações que dão novamente o poder a um significante, atribuições que reconstituem um sujeito — tudo o que se quiser, desde as ressurgências edipianas até as concreções fascistas (DELEUZE; GUATARRI, 1995, p. 17).

É importante notar que as linhas de fuga não garantem nem uma desterritorialização permanente, que seria impossível na medida em que toda desterritorialização se atualiza em novas reterritorializações, nem se opõem necessariamente a organizações que reconfiguram violências, autoritarismos. A cartografia traça um campo de virtualidades sempre em aberto tendo em vista que os modos de existência são produzidos por variedades de agenciamentos nos encontros e em suas forças (BRITO; CHAVES, 2017). Nas próximas páginas faço uma tentativa de problematizar a noção de autoria e de pensar nas lesbianidades como lugares possíveis de desordenamento das normas vigentes relacionadas tanto à maquinaria dos dispositivos de gênero e de sexualidade quanto do dispositivo acadêmico na medida em que podem ser um lugar potente desde onde problematizar o entrelaçamento entre esses saberes e poderes. Antes disso, entendemos ser necessário explicitar nosso posicionamento com relação a alguns conceitos e proposições que serão fundamentais para o desenvolvimento desse trabalho.

## 2.1 Relação de poder, relação de forças

---

<sup>6</sup> “Um eixo genético é como uma unidade pivotante objetiva sobre a qual se organizam estados sucessivos; uma estrutura profunda é, antes, como que uma seqüência de base decomponível em constituintes imediatos, enquanto que a unidade do produto se apresenta numa outra dimensão, transformacional e subjetiva” (DELEUZE, GUATARRI, 1995, p. 20).

O poder, tal qual postula Foucault (1999), não se traduz em um sistema geral de dominação exercida por um grupo sobre outro nem se resume à soberania do Estado ou à formulação de leis gerais. Ao invés disso, define-se como:

“[...] a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si” (FOUCAULT, 1999, p. 88-89).

Para Foucault (2001) o exercício do poder não faz alusão a uma relação entre partes, entre uma pessoa e outra ou entre uma pessoa e uma instituição, mas aponta para o modo em que uma ação se relaciona com outra. O poder, para o autor, só existe em ato de modo que o que define uma relação de poder é um modo de ação que não atua diretamente sobre um outro, mas sim sobre uma outra ação. Nesse sentido, relações de poder não são em si mesmas relações de violência, visto que estas se traduzem em uma ação que atua sobre um corpo ou sobre as coisas: abate, quebra, destroça (FOUCAULT, 2001). O exercício do poder, por outro lado: “es una estructura total de acciones dispuestas para producir posibles acciones: incita, induce, seduce, facilita o dificulta [...] sin embargo, es siempre una forma de actuar sobre la acción del sujeto [...] un conjunto de acciones sobre otras acciones” (FOUCAULT, 2001, p. 253). Nesse sentido, pode-se depreender que o exercício do poder é, em si mesmo, uma relação que atrela a ação de uma força sobre outra. E se o poder é fundamentalmente uma relação, o tipo de relação que deriva daí é justamente uma relação de forças.

A relação de poder é uma relação de forças. “El poder es relación, y la relación de poder es la relación de fuerzas” (DELEUZE, 2014, p. 65). Por relação de forças, Deleuze (2014) compreende que à força compete sempre estar em relação com outra força. Disso deriva que a força é fundamentalmente um elemento de uma multiplicidade e que não pode ser pensada fora desse múltiplo, não há força una. As forças são, portanto, sempre dinâmicas e estão em movimento incessante, permanecendo em constante conflito e produzindo efeitos dos mais diversos (HUR, 2019). De acordo com Deleuze (2014) o poder não se traduz nas formas, no molar, mas corresponde ao não estratificado, ao estratégico, ao manejo das multiplicidades de forças.

As matérias, as formas, as funções formalizadas correspondem ao nível do saber. Categorias como educar, corrigir, curar implicam em matérias formadas e funções formalizadas. Os estratos são compostos de matérias formadas. Já ao nível do poder acontece

algo bastante diferente. Se retomamos os verbos utilizados por Foucault na citação direta acima, veremos que o poder não ensina ou educa, ou cura, mas sim incita, seduz, facilita. “¿Por qué no nos dice ‘educar, curar, etc’. que es lo que podríamos haber esperado? Por una razón muy simple: el poder es la relación entre materias no formadas, materias desnudas, y funciones no formalizadas. (DELEUZE, 2014, p. 76).

Toda força se define por dois poderes: o poder de afetar e de ser afetada (DELEUZE, 2014). Para o autor, a força como poder de ser afetada pode ser designada como a receptividade da força, enquanto que força como poder de afetar é a espontaneidade da força. As forças precedem as formas, os estratos (HUR, 2019). Estão, portanto, no campo da micropolítica.

Suely Rolnik (2011) define macropolítica como a linha que delinea o plano dos territórios constituídos. É o plano do processo de produção do desejo que se torna visível, que recorta e faz aparecer, por meio de oposições binárias o: homem/mulher, jovem/velho, branco/negro, etc. Já a micropolítica é o plano gerado na linha da cartografia, onde não há unidades, apenas intensidades. A multiplicidade, nesse plano, não forma um todo, mas sim um rizoma. “A cartografia, diferente do mapa, é a inteligibilidade da paisagem em seus acidentes, suas mutações: ela acompanha os movimentos invisíveis e imprevisíveis da terra – aqui, movimentos do desejo – que vão transfigurando, imperceptivelmente, a paisagem vigente” (ROLNIK, 2011, p. 62). Na lógica da micropolítica, o plano não se traça e não tem a ver com transcendência, mas se faz ao mesmo tempo que seu processo de produção.

A prática incessante de forças que caracteriza o poder é descentralizada, capilarizada e se dissemina tanto nos pequenos conjuntos sociais quanto nos grandes (HUR, 2019). É por esse motivo que é primordial a realização de uma microfísica do poder em vez de uma macrofísica, tendo em vista que o poder, a relação de forças, é sempre molecular de modo que “as multiplicidades e as relações de forças são primeiras no que concerne às formações estratificadas, são o virtual que, posteriormente, é atualizado em formas e estratos” (HUR, 2019, p. 55-56). É importante observar que, desde essa perspectiva, o conceito de estrutura é questionado na sua concepção. A partir dele sociedade, território, fluxos são compreendidos como resultantes de uma formação estratificada prévia e não pela relação de forças que a constitui (HUR, 2019). Para o autor:

As forças e a sociedade traçam linhas que se dispersam para além das fronteiras, que não ficam contidas nas estruturas instituídas, mas também outras que constituem os estratos rígidos. [...] Portanto, o território é

constituído pela ação das distintas forças, pelo entrelaçamento entre fluxos e estratos (HUR, 2019, p. 27).

Deleuze (2014) nos lembra que até mesmo o átomo não é mais considerado uma estrutura com núcleo e elétrons, mas sim um campo de forças, uma atividade de estruturação que atravessa todas as estruturas estáveis que o correspondem com uma pluralidade de estruturas eventuais possíveis. Um território já formado é, portanto, aparentemente estável no seu plano visível, molar, e dinâmico no plano molecular. Ainda assim, mesmo em seu nível mais estratificado, duro, já formado, sua molaridade se transforma por meio da ação das forças (HUR, 2019). Isso faz com que, ainda seguindo as reflexões de Hur, um território seja ao mesmo tempo um campo estruturado e um fluxo sempre em movimento “propenso à fixação e territorialização, mas sempre aberto à desterritorialização (HUR, 2019, p. 34).

## 2.2 Dispositivo

Embora o conceito de dispositivo seja central no pensamento de Foucault e esteja muito presente desde a publicação da História da Sexualidade, é em microfísica do poder que o autor propõe uma definição:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (1979, p. 244).

De acordo com Sueli Carneiro (2008) um dispositivo, desde Foucault, está sempre relacionado às relações de poder que constituem um determinado campo e se propaga na articulação com uma infinidade de elementos. O dispositivo sempre atende a uma urgência histórica e demarca tanto um conjunto heterogêneo de elementos quanto as relações que podem se estabelecer entre eles:

Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes.” (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Conforme Agamben (2005) o conceito de dispositivo, desde Foucault, pode ser resumido em três pontos:

1) É um conjunto heterogêneo que pode incluir qualquer coisa como: discursos, instituições, proposições filosóficas, etc. O dispositivo seria a rede que se estabelece entre todos esses elementos;

2) O dispositivo tem uma relação estratégica e sempre se inscreve em uma relação de poder;

3) O dispositivo inclui em si mesmo a episteme que, para Foucault, é o que permite a uma sociedade distinguir entre os enunciados que são aceitos como científicos e os que não o são.

O conceito de dispositivo de Foucault instaura uma prática que pode ser pensada como produzindo efeitos ontológicos, constituindo sujeitos-forma (CARNEIRO, 2005). Para a autora “no âmbito do dispositivo a enunciação sobre o Outro constitui uma ‘função de existência.’” (CARNEIRO, 2005, p. 39). Sueli Carneiro retoma a análise de Foucault acerca da produção da loucura para demarcar que a prática que o dispositivo instaura é a divisão entre o normal e o patológico, a qual institui uma nova unidade que se compõe de um núcleo interno sob o qual se assenta a nova identidade padronizada e, fora dele, uma exterioridade oposta que é, no entanto, essencial para sua própria constituição.

Partindo da conceituação de dispositivo de Foucault, Agamben (2005) propõe uma divisão do existente entre seres viventes, ou substâncias, e dispositivos. O sujeito, desde essa proposição, seria justamente a relação entre essas duas instâncias. À proliferação ilimitada dos dispositivos na fase presente do capitalismo, há também uma proliferação correspondente de processos de subjetivação. A estratégia proposta pelo autor para fazer frente à dominação e totalização dos dispositivos é a profanação dos mesmos. Segundo o direito romano, sagrado era tudo aquilo que pertencia de algum modo aos deuses. “[...] se consagrar (sacrare) era o termo que designava a saída das coisas da esfera do direito humano, profanar significava ao contrário restituir ao livre uso dos homens.” (AGAMBEN, 2005, p. 14). A profanação corresponderia a um contradispositivo que restitui ao uso comum aquilo que o sacrifício separou.

Já para Deleuze (1996), as linhas que compõe um dispositivo não delimitam sistemas homogêneos, mas traçam processos que estão sempre em desequilíbrio. Os dispositivos são compostos de linhas de sedimentação, mas também de linhas de fissura. Para o autor, cada

dispositivo opera também a partir de um regime de luz que distribui aquilo que se torna visível e o que, pelo contrário, não se pode enxergar:

Os dispositivos têm por componentes linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força, linhas de subjectivação, linhas de brecha, de fissura, de fractura, que se entrecruzam e se misturam, acabando por dar uma nas outras, ou suscitar outras, por meio de variações ou mesmo mutações de agenciamento (DELEUZE, 1996, p. 03).

Todo dispositivo se define, para Deleuze, pelo que contém de novidade. A novidade, o atual, é aquilo que marca sua capacidade de se transformar e de, portanto, se fissurar na direção de um dispositivo futuro. “É necessário distinguir, em todo o dispositivo, o que somos (o que não seremos mais), e aquilo que somos em devir: a parte da história e a parte do actual” (DELEUZE, 1996, p 04).

O autor aciona quatro linhas para definir o conceito de dispositivo: linhas de visibilidade; linhas de enunciação; linhas de forças e linhas de subjetivação. Para o autor essas diferentes linhas podem ser resumidas a: linhas de estratificação e linhas de atualização. Um determinado regime de enunciados implica em manter à margem, em segundo plano, uma série de outros. Aquilo que não aparece não está simplesmente alheio ao dispositivo. Sua invisibilidade é parte fundamental do funcionamento deste.

Deleuze (1996) afirma que as duas primeiras dimensões do conceito de dispositivo, em Foucault, são as linhas de visibilidade e de enunciação. Um dispositivo seria uma máquina de fazer ver e falar. Cada dispositivo tem seu regime de luz, suas linhas de visibilidade, e cria formas específicas de luminosidade e de esmaecimento, de obscuridade. E cada dispositivo tem também suas linhas de enunciação que dizem respeito àquilo que pode ou não ser dito desde um determinado dispositivo:

E, se as curvas são elas próprias enunciadas, é por que as enunciações são curvas que distribuem variáveis, e assim, uma ciência, num dado momento, ou um gênero literário, ou um estado de direito, ou um movimento social, são definidos precisamente pelos regimes de enunciados a que dão origem (DELEUZE, 1996, p. 01).

Esses regimes de enunciados implicam em trazer a tona determinados focos de luz que têm como consequência, necessariamente, manter à margem uma série de outros focos possíveis. Aquilo que é visível e dizível em um determinado contexto, o que ganha luminosidade e o que, ao contrário, mantém-se alheio, escondido, tem a ver também com regimes esses regimes de visibilidade e de enunciação que são compostos, por sua vez, por meio das relações de poder que constroem um dispositivo.

Uma terceira dimensão do dispositivo são suas linhas de força que promovem um vai e vem pelas duas outras linhas, que “agem como flechas que não cessam de entrecruzar as coisas e as palavras” (DELEUZE, 1996, p. 01-02). Por fim, um dispositivo é composto também por uma linha de subjetivação, que corresponde a uma produção de subjetividade desde um dispositivo. Para Deleuze essa seria, também, uma linha de fratura, de fissura na medida em que está sempre por se fazer, por fracassar e, por isso mesmo, pode fazer ruir o dispositivo.

Uma das consequências que o autor aponta desde uma filosofia do dispositivo é a possibilidade de apreensão do novo. “O actual não é o que somos, mas aquilo em que nos vamos tornando, aquilo que somos em devir, quer dizer, o Outro, o nosso devir-outro” (DELEUZE, 1996, p. 04). O dispositivo é composto também da possibilidade de produção de algo diferente de si mesmo justamente por conta das suas linhas de atualização, de criatividade.

### **2.3 Maquinarias**

Com relação ao conceito de maquinaria, é importante demarcar uma posição epistemológica que busco assumir no presente trabalho. Tomando como ponto de partida as discussões propostas por Gilles Deleuze e Félix Guattari, apoio-me mais na noção de “máquina” em contraposição à de “estrutura”.

De acordo com Yuri Bataglia Espósito (2020) a noção de “opressão estrutural” surge com mais consistência dentro dos debates de diversos movimentos sociais no Brasil, especialmente em discussões sobre raça, gênero e interseccionalidade. Para Espósito, o conceito de opressão estrutural aponta para a compreensão de que racismo, sexismo e capitalismo se organizam de modo a funcionarem como bases ou fundamentos da organização social e, dentro dessa compreensão, para a autora há uma disparidade entre essas formulações, que parecem apoiar-se em epistemologias de vertentes pós-estruturalistas, e o conceito de estrutura.

A noção de estrutura produz um imaginário estático que não dá conta de apontar para a complexidade de regimes políticos como o racismo e o sexismo, os quais estão em permanente dinamicidade e que “funcionam por meio de relações, que são produzidos continuamente por investimento material e energético e que também estão em corrente atualização e transformação” (ESPÓSITO, 2020, p. 45).

Pensar o racismo, o sexismo, a LGBTfobia, como sistemas estruturais é, de algum modo, recitar uma metáfora que aciona a imagem de uma estátua, de uma existência imóvel e que, portanto, é constituída por meio de aparatos e de programas já previamente determinados (ESPÓSITO, 2020). É também, em algum nível, ignorar a dimensão política do desejo operando na (re)produção desses dispositivos. Preciado (2018), em prefácio ao livro de Suely Rolnik, adverte-nos de que toda transformação política que não contemple a descolonização do inconsciente está fadada à repetição de formas de opressão. Para o autor, a micropolítica representa uma crítica às vertentes de esquerda que se apoiavam no pressuposto de que modificar as políticas de produção deveria ser prioridade, em detrimento das políticas de reprodução da vida. Para Rolnik (2018), não há possibilidade de transformação das estruturas de governo sem a transformação dos dispositivos micropolíticos de produção de subjetividade.

Em consonância com a definição de micropolítica está a categoria epistêmica de máquina, de maquinarias que podem ser produtivas para pensarmos como racismo, sexismo, LGBTfobia, operam, possuem peças, produzem efeitos e estão em constante transformação (ESPÓSITO, 2020). As máquinas funcionam por toda parte. Acoplam-se e desacoplam-se, emitem e cortam fluxos. Crescem, criam, desorganizam-se, rearranjam-se. “Há tão somente máquinas em toda parte, e sem qualquer metáfora: máquinas de máquinas, com seus acoplamentos, suas conexões” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 11). O movimento das máquinas é contínuo, não cessa e não se configura em um todo caótico necessariamente, mas sim em conexões incessantes sempre parciais que não se deixam esgotar em termos de identidade ou de sujeito.

O conceito de maquinaria está relacionado ao conceito de agenciamento (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Este faz menção aos movimentos de conexão e de articulação entre os elementos que compõe uma maquinaria, sejam eles situados no polo da virtualidade ou da atualização. De acordo com Domenico Hur (2019), tanto território quanto objetos possuem capacidade de agência: podem ser agentes e também se agenciar a outros. O potencial de agenciamento tem a ver, portanto, não com a consciência de um determinado objeto, mas sim com suas possibilidades de se compor com outros movimentos, processos, caminhos. O agenciamento, ainda de acordo com o autor, faz menção muito mais a uma complexidade conectiva do que a uma totalidade, aponta mais para uma coexistência paradoxal do que para uma tentativa desenvolvimentista de superação de um saber:

“Enfim, o território não é apenas apreendido como conjunto de estruturas, não é um fundamento fixo e imutável, nem porção de terra estática, visto que se movimenta, convulsiona-se. É constituído por multiplicidades, diagramas, agenciamentos, máquinas, forças, que podem atualizar-se em estruturas, instituições e outras formações sociais. (HUR, 2019, p. 70).

É importante situar que maquinizar o corpo é diferente de mecanizá-lo. Maquinizar implica em tornar uma matéria aberta e passível de conectar-se a outros processos que lhe são heterogêneos (CABRAL, 2015). Já a mecanização, como pontua a autora, implica em um processo distinto: cristaliza determinados agenciamentos dentro de funcionalidades fechadas, pré-determinadas. É por meio de um processo de mecanização do corpo que se produz uma divisão cisheterossexual do mesmo, “demarcando uma separação entre órgãos considerados especificamente sexuais, frente a outros supostamente desprovidos dessa função. (CABRAL, 2015, p. 60). A cristalização de determinados agenciamentos a que a autora faz referência é um indicativo de que a noção mesma de estrutura é posterior às multiplicidades de forças que compõem um determinado campo social (HUR, 2019). Conforme Domenico Hur, a estrutura não contém as multiplicidades, mas é resultado das relações de forças que compõem as multiplicidades mesmas.

As maquinarias não se configuram automaticamente como dispositivos revolucionários ou subversivos visto que podem ser capturadas, ou remecanizadas, por uma série de processos (CABRAL, 2015). É importante frisar que a capacidade de manipular e construir ferramentas é uma das funções frequentemente alegadas como aquela que nos define enquanto seres humanos. “Quanto maior o poder de dobrar determinada matéria aos desígnios da imaginação ou do pensamento, mais inteligente aparenta o agente do processo, e mais virtuosa aparenta ser sua tecnologia” (CABRAL, 2015, p 61). Caberia aos corpos plenamente capacitados e racionais, como conclui a autora, a função de governar subjetividades selvagens, desfuncionais, excessivas. Não podemos perder de vista o caráter eminentemente político do conceito de tecnologia e as conseqüentes disputas que se dão dentro das discussões relativas aos regimes de poder e suas relações com tal conceito.

Teresa de Lauretis (1994) afirma que, para que possamos advogar a existência de um outro tipo de sujeito, precisamos produzir um conceito de gênero que não esteja colado a noção de diferença sexual. A autora propõe pensar o gênero, por meio da compreensão Foucaultiana da sexualidade, enquanto “tecnologia sexual”, como produto de diferentes tecnologias sociais, de discursos, epistemologias e práticas tanto institucionalizadas quanto cotidianas. Isso, por si só, já seria, de acordo com Lauretis, ir além da proposta Foucaultiana

que apesar de não inviabilizar a teorização sobre o gênero não leva em consideração os diferentes apelos de sujeitos masculinos e femininos.

Como nos explica Berenice Bento (2010) desde que nascemos somos apresentadas/os a uma série de tecnologias discursivas que têm como principal objetivo produzir corpos que desempenhem exemplarmente o gênero que lhes foi designado. Teresa de Lauretis (1994) nos adverte que o gênero é produzido também nos lugares menos óbvios, como na academia, nas teorias e, inclusive, nos feminismos. Ele é produto de tecnologias que interpelam todos os corpos sendo a interpelação “o processo pelo qual uma representação social é aceita e absorvida por uma pessoa como sua própria representação, e assim se torna real para ela, embora seja de fato imaginária” (LAURETIS, 1994, p. 220). A autora alega também que tudo aquilo considerado feminino só é passível de existência dentro dos parâmetros de legibilidade masculinos, hegemônico. Lauretis acredita que há um sexo apenas, e não dois, e uma única prática sexual, a heterossexual, no sentido de que tudo o que não é masculino e heterossexual só pode ser inscrito e pensado dentro destes modelos de existência.

Preciado (2008) denomina de sexopolítica uma das formas dominantes de ação da biopolítica que emerge no capitalismo. O sexo (sua verdade e suas formas de exteriorização), a sexualidade (divisão entre os modos normais e patológicos de obtenção de prazer) e a raça (pura ou degenerada) são compreendidas como ficções somáticas que obcecaram o mundo ocidental a ponto de constituírem a base das ações teóricas, científicas e políticas contemporâneas. O corpo heterossexual é produto de uma divisão do trabalho da carne no qual cada órgão é definido por meio da sua função, tanto reprodutiva quanto produtora de masculinidade ou feminilidade (PRECIADO, 2008).

A sexualidade, como nos explica Preciado, implica em uma territorialização específica da boca, da vagina, do pênis, do ânus, das mãos, da pele, e o pensamento heterossexual assegura a relação entre a produção da identidade de gênero e a de determinados órgãos, e não de outros, como sexuais e reprodutivos. Dito isso, podemos afirmar que a produção do corpo feminino, por exemplo, não diz respeito unicamente à convenções linguísticas ou à invenção de um discurso acerca de hormônios e cromossomos, mas tem a ver também com a regulação de práticas sexuais e com a atribuição de funções específicas a determinadas partes do corpo.

Pode ser importante retomar algumas discussões promovidas por Monique Wittig acerca da heterossexualidade como uma instituição política. Apesar de Wittig se fundamentar primordialmente em uma perspectiva marxista materialista, é possível (e potente) produzir

algumas releituras a partir de outros referenciais, como faz Preciado. Para Wittig (2006), a opressão é que cria o sexo, a noção de corpos sexuados, e não o contrário. Soares e Sardenberg (2010) pontuam que as proposições de Wittig desafiaram os fundamentos do pensamento feminista à sua época ao postular que a heterossexualidade se organiza como um regime político de dominação que tem como principal função a dominação dos corpos das mulheres. Nesse sentido, para Wittig (2006) a própria categoria “mulher” só funciona adequadamente, só faz sentido, dentro de um regime heterossexual.

Preciado (2005) assevera que tanto a análise da heterossexualidade feita por Wittig quanto os três volumes da história da sexualidade de Foucault se tornaram referências essenciais para o campo dos estudos queer. O autor afirma que, apesar de não fazer referência a Foucault, Wittig se embrenha em um trabalho que poderia ser qualificado como uma “genealogia crítica do corpo feminino”, compreendendo as atividades comumente associadas à feminilidade, como a reprodução e o cuidado com as crianças, como resultado de uma produção social e demográfica da vida que é efeito de um regime político heterossexual. No entanto, diferentemente de Foucault, quando Wittig fala de heterossexualidade, aponta para uma estrutura de dominação que explica a opressão das mulheres, e não para um dispositivo biopolítico (PRECIADO, 2005).

Preciado aposta na possibilidade de compreender as proposições de Wittig de uma outra maneira. Se a heterossexualidade, desde Wittig, se configura como um regime político forçado, isso não significaria então conceber a própria heterossexualidade, e não a homossexualidade, como um espaço cerrado, um gueto majoritário, em sentido deleuziano? Pensando a partir daí, a questão deixaria de ser a liberação sexual de lésbicas e gays e recairia sobre “¿cómo abrir un punto de fuga, cómo trazar un túnel, cómo encontrar una salida al gueto ‘heterossexual’? (PRECIADO, 2005, p. 116). As obras de Wittig são repletas de alusões à fuga de um regime heterocentrado, inclusive construindo comunidades lésbicas. Como conclui Preciado (2005), desde um ponto de vista queer é possível reler as decisões políticas e simbólicas de Wittig apontando para uma geografia lésbica não mais como um gesto separatista mas como a criação de saídas do interior desse gueto heterossexual. Criações que, desde esta perspectiva, são sempre produzidas artificialmente.

No que diz respeito às relações entre feminismos e tecnologia, Raíssa Éris Grimm Cabral (2015) sugere três vias de proposições:

- A via da inclusão tecnológica: caracterizada por um conjunto de políticas que tem como objetivo mapear as relações de domínio tecnológico das quais as mulheres encontram-se excluídas de modo a gerar processos de inclusão e adaptação destas a estes espaços;
- A vida do confronto tecnológico: nessa perspectiva questiona-se o desejo por adaptação de corpos e subjetividades de mulheres a sistemas construídos por vivências e perspectivas masculinas e se propõe a possibilidade de transformar estas tecnologias a partir de experiências outras;
- A via da subversão tecnológica: propõe-se a subversão e reapropriação das tecnologias tal como se apresentam.

Nesta terceira via, a autora dialoga com o termo “abertura de código”, criado pelos movimentos de software livre. O termo faz referência a um processo a partir do qual “se torna possível interferir na estrutura interna de um programa de computador, adaptando-a a demandas e necessidades que talvez não estivessem previstas pelo software fabricante” (CABRAL, 2015, p. 62). Este é um termo que nos ajuda a situar uma outra relação frente as tecnologias, de modo a não operar a partir de um critério moral: boas e más tecnologias, mas sim “coloca-nos frente às posições de saber/poder (des)autorizadas a gestioná-las, a (des)legitimar corpos/linguagens, bem como posicionam resistências pautadas no tráfico de saberes dissidentes, pirateando ferramentas para além das autoridades legitimadas a utilizá-las (CABRAL, 2015, p. 63).

É importante demarcar que falar das tecnologias que sustentam as maquinarias de sexualidade e de gênero é falar também sobre as maquinarias metodológicas e epistemológicas que fundamentam o conhecimento científico produzido nos nossos contextos. Nesse sentido, se esses regimes de poder são, no contemporâneo, fundamentos da organização social o são enquanto tecnologias em funcionamento e atualização constantes e não enquanto estruturas já consolidadas e que simplesmente se mantêm. Disso decorre que as maquinarias de gênero, de sexualidade, de raça, de classe... infiltram-se por todos os lados.

Foucault (1996a) afirma que a produção do discurso em uma dada sociedade é organizada e controlada por um conjunto de procedimentos que tem como objetivo fundamentar seus poderes e perigos e, ao mesmo tempo, ocultar seus próprios rastros. O discurso, é também, para o autor, o lugar onde tanto sexualidade quanto política se exercem

de modo privilegiado. Em cada contexto e tempo específicos, a vontade de verdade<sup>7</sup> se organiza por meio de dispositivos e procedimentos singulares. As grandes transformações científicas podem ser compreendidas, desde Foucault (1996a), como a aparição de novas maneiras de organizar a vontade de verdade.

Não se pode deixar de frisar que esta apoia-se sobre um suporte institucional e também nas maneiras pelas quais o saber é aplicado na sociedade, “como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 1996a, p. 17). Dessa forma, é comum que a vontade de verdade só apareça, aos nossos próprios olhos, como fonte de força, riqueza e universalidade e que a ignoremos “como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade” (FOUCAULT, 1996a, p. 20). A vontade de verdade também organiza e dá corpo a uma série de narrativas hegemônicas que se contam e que se repetem conforme circunstâncias e procedimentos já delimitados. Ao discutir as problemáticas referentes ao conceito de disciplina, Foucault (1996a) afirma que, para pertencer a uma determinada disciplina, uma proposição deve atender a todo um conjunto complexo de exigências e pré-determinações. Só é verdade aquilo que se (re)produz obedecendo os critérios que organizam e que estabelecem o que conta como caminho legítimo para se chegar a um saber.

Sexualidade e política se exercem privilegiadamente por meio do discurso e este é organizado, por um lado, por processos de exclusão e de interdição e, por outro, por movimentos que instigam e promovem determinados regimes e limites bem definidos. Tendo como ponto de partida essa proposição, entendemos que indagar acerca destes limites e regimes tem a ver tanto com questionar tanto as maquinarias que organizam o tecido social fundamentado em normas raciais, de gênero, de sexualidade, de classe.. quanto também como esse modo de organização produz também efeitos nas políticas de escrita vigentes. Desse modo, indagar sobre os aparatos que delimitam o que conta ou não como escrita acadêmica, como esta deve ser propagada e gerida, é questionar também sobre o funcionamento das normativas raciais, sexuais, de gênero, operando por meio da escrita.

Os próximos tópicos são tentativas ensaiadas de produzir alguns deslocamentos nas normativas que delimitam os processos de escrita acadêmica. Se me debruço sobre essa

---

7 A vontade de verdade em Foucault “é essa instância do discurso que representa da expressão do poder na sociedade através da exclusão de outras formas de discurso e, para tanto, utiliza-se das próprias instituições sociais para mascarar suas intenções” (HORDECTE, 2020).

problemática é por entender que lugar social e lugar epistêmico se atravessam (OLIVEIRA; BLEINROTH; SILVA, 2021). Fazendo coro às indagações da autora, pergunto-me também: “como estávamos fazendo nossas pesquisas? Elas eram monstruosas como nós ou permaneciam leais à norma? (OLIVEIRA; BLEINROTH; SILVA, 2021, p. 18-19).

## **2.1 Im-pressões**

Organizei as próximas páginas em dois movimentos/im-pressões que tomei como propulsores das discussões que aqui apresento. Entendendo que o fazer da pesquisa é coisa também de energias (GAUTHIER, 1999) elegi dois acontecimentos provenientes dos meus encontros e andanças nos espaços da academia (que de um jeito ou de outro sempre transgridem os domínios daquilo que se entende por “fazer acadêmico”).

O primeiro deles se refere à moquecagem inventada pelo professor e amigo Rafael Siqueira de Guimarães. Moqueca que, desde suas palavras, funciona como uma operadora de resistência, de pensamento, uma operadora cognitiva, afetiva. Rafa conduziu uma disciplina concentrada sobre Psicologia Decolonial e em um dos nossos encontros fez uma moqueca de banana-da-terra enquanto narrava um pouco de sua história para a turma. As discussões que apresento neste primeiro movimento foram germinadas ao longo da disciplina e estão impregnadas dos afetos e dos questionamentos que ali surgiram.

O segundo movimento/im-pressão tem a ver com uma conversa rápida e despreziosa que tive com uma colega do grupo de pesquisa, Sandra Sposito, que já não encontrava há muito tempo. Ao responder sua pergunta sobre qual era o tema da minha pesquisa, Sandra me presenteou com a história do seu primeiro encontro com um livro de Cassandra.

Nas próximas páginas fiz um esforço, desde esses dois acontecimentos, de organizar em alguma medida reflexões com relação ao próprio fazer científico, mais especificamente no que se refere à estética de um texto. Entendendo que escrevemos desde um lugar de enunciação singular, e tomando como ponto de partida também as lesbianidades enquanto uma possibilidade de questionamento das normas que nos subjetivam, pretendo nesse momento do texto propor alguns tensionamentos nas políticas de escrita científica vigentes nos nossos contextos.

### **2.1.1 Movimento 1 ou Da Moquecagem**

Começo de tarde, uma sala apertada. Cadeiras em roda. Uma disciplina de pós-graduação. O professor chegou na sala e a lição do dia era: fazer uma moqueca de banana-da-terra. Tomates, bananas, dendê, pimentão, temperos... A moqueca foi sendo preparada enquanto o professor recriava cenas de sua infância, de sua família, da interdição do seu corpo marcado como masculino dos espaços da cozinha, do preparo de alimentos. Alunas e alunos ouvindo um pouco sobre a história daquele professor que talvez passasse despercebida, desconhecida, se não fosse a tal da moqueca de banana-da-terra. Contar histórias em uma aula para um curso de pós-graduação...

Participamos, então, de uma aula sobre como preparar uma moqueca? Seria uma aula sobre o que uma moqueca de banana-da-terra pode dizer da vida de alguém? Uma moqueca para descolonizar práticas... O que seria isso? Talvez mais inquietante do que esta interrogação é a pergunta acerca do que uma moqueca de banana pode ter a ver com a psicologia. A serviço de quê estava aquela moqueca de banana-da-terra naquela tarde, naquela sala apertada? Seria o preparo de uma moqueca uma prática científica? Seria produção de conhecimento? Um conhecimento, talvez, monstruoso visto que não se enquadra nos modelos estipulados para aquilo que chamamos “científico”. Silva (2000) já nos disse que enquanto a existência dos ciborgues funciona como uma forma de expor a artificialidade do que entendemos por subjetividade humana a existência dos monstros deixa ver a ansiedade que nos gera esta artificialidade. As pegadas deixadas pelo monstro são provas não de sua existência, mas sim de que o “sujeito” não existe. Que tipo de conhecimento é possível se criar quando nos propomos a preparar uma moqueca de banana-da-terra?

Cassandra Rios foi uma escritora. Preocupou-se em produzir palavras e textos que pudessem dizer um pouco daquilo que ela queria criar. Essas interrogações me levam a questionar também o próprio processo de composição de um texto científico. O que conta como produção acadêmica? Há algum tempo me pergunto: o que pode uma escrita? Que tipo de escrita é possível fruir dos meus dedos, do meu corpo? O que essa escrita pode dizer do caminho da tese? O que diz desse corpo? Eu sou uma pessoa que escreve. Escrevo diários, lembretes, rabisco poemas, artigos, capítulos de livros. Tento agora escrever uma tese e me vejo tomada por estas perguntas. Que tipo de escrita eu desejo inventar? Que “eu” é esse que invento na escrita?

Raíssa Éris Grimm (2015) nos explica que o ato de pesquisar quase sempre nos é ensinado por meio do pressuposto de que é preciso saber que uma coisa é o pesquisador

(assim mesmo, no masculino) e outra coisa é o seu objeto. Qualquer apaixonamento, envolvimento, apreciação por parte desse sujeito que pesquisa pelo seu campo é considerado um problema que acarretará em um olhar corrompido e, por sua vez, em uma escrita desvairada. O que se apregoa é que “uma corpa encantada não sabe o que vê” (GRIM, 2015, p. 22). O que se produz nessa escrita do encantamento da qual nos fala a autora é uma zona monstruosa, delirante, que rompe as fronteiras tão preciosas às pretensões do saber.

Cohen (2000) afirma que os monstros sempre escapam a qualquer categorização fácil. Eles são híbridos que resistem às tentativas de fazer parte de uma estruturação sistemática. São, portanto, perigosos visto que trazem consigo a possibilidade de destruir os limites de inteligibilidade postos. O monstro tem algo a ver com a diferença. Ele aponta para a inconstância, a mutabilidade da produção de uma diferença e questiona sua pretensa essência natural. Ele ameaça destruir não somente os membros de uma dada sociedade mas, principalmente, “o próprio aparato cultural por meio do qual a individualidade é constituída e permitida” (COHEN, 2000, p. 40). É o monstro também que patrulha a mobilidade nos dizendo que caso pisemos fora daquilo que nos é permitido correremos o risco não apenas de sermos atacadas mas, principalmente, de nos tornarmos também monstruosas. E a monstruosidade é aquela fronteira que marca a passagem da manutenção para a desintegração do corpo humano (DONINI, 2017). A ambivalência dos monstros reside, então, como nos explica Angela Donini (2017), por um lado nos movimentos de devir que se manifestam irrefreáveis por toda parte e, por outro, no pavor do caos que esses movimentos podem provocar.

Seriam os monstros condição necessária para a existência daquilo que só pode ser o seu contrário? Os não monstros? Como falamos dos monstros que nos produzem? Quais discursos se criam e se proliferam sobre eles? Como estes discursos atravessam e produzem nossas práticas, nossos corpos? É importante demarcar que, como alega Butler (2002), dizer que o discurso é formativo não significa afirmar que ele origina aquilo de que fala, antes disso significa que não é possível fazer referência a um corpo que não seja, ao mesmo tempo, uma formação adicional a este corpo. Butler ainda afirma que, contra a assertiva de que o pós estruturalismo reduz toda a materialidade a matéria linguística, é preciso argumentar que desconstruir a ideia de matéria não implica na negação desta ou mesmo do próprio termo.

É preciso sugerir, conforme Butler, que a alegação de que a materialidade do corpo é uma condição necessária para uma prática feminista se esquece que essa mesma materialidade

pode estar constituída por meio de exclusões e de uma degradação do feminino. A autora nos propõe pensar a noção de matéria não enquanto um lugar, mas sim como um processo de materialização que se estabiliza através do tempo para produzir um efeito de fronteira, de permanência e de superfície.

Interessa-me, nesse sentido, apostar nos feminismos não enquanto prescrições de modos de comportamento mais ou menos subversivos, de práticas sexuais e de fantasias mais ou menos legítimas, mas sim na própria pluralidade que lhes caracterizam, naquilo em que os constituem enquanto abertura para transformar a própria vida (flores, 2010). Desta perspectiva, como nos explica val flores, o corpo não se encontra sob uma exaltação do dever ser, mas ao invés disso, é situado como ponto de inauguração da paixão pela invenção. Feminismos como ato político de inventar a própria existência (flores, 2018), como formas de fazer micropolítica com os restos, com resíduos.

Como pensar as implicações disso nos processos que envolvem a produção de uma pesquisa, de uma escrita? Como não varrer a sujeira para debaixo do tapete? Como pensar na materialidade dos corpos sem cair em essencialismos, sem produzir margens? Lucía Egaña Rojas (2008) afirma que uma metodologia é sempre uma ficção, assim como também o é um corpo, uma identidade. Jota Mombaça (2014), por meio da Teoria Monstro de Jeffrey Cohen, propõe a produção de uma metodologia monstruosa que diz respeito a colocar em curso uma multiplicidade de fragmentos e fazer pesquisa a partir de “uma estratégia metodológica gerativa, processual, com o maior número possível de variáveis abertas” (MOMBAÇA, 2014, p. 342). Halberstam (2008), quando escreve sobre o que entende por “metodologia queer”, alega que sua potência está justamente no seu rechaço à lealdade aos métodos acadêmicos já consagrados. A metodologia queer almejada por Halberstam é aquela que mescla métodos que podem, inclusive, parecer contraditórios e que rechaça a pressão acadêmica por coerência e disciplina.

Mais do que indagar acerca do que seria “queer”, pergunto-me, seguindo as reflexões feitas por valeria flores: “cómo operar cuir? ¿Cómo hacer funcionar lo cuir en un régimen de escritura?” (2013, p. 54). Seria o “cuir” uma simples tradução, contextualização latino-americana de “queer”? Que tipo de movimentos, de intensidades, são ativados quando nos propomos a cuierizar uma escrita? Questão de estilo... Mas o estilo, aqui, não pode ser confundido meramente com uma “forma”. Ou melhor, um estilo de escrita produz efeitos tanto na forma quanto naquilo que se diz (flores, 2014). O estilo produz fissuras na

linguagem, a qual se organiza enquanto um “campo político por excelencia donde se arma el pacto patriarcal heteronormativo racial y colonial, y [es también] territorio de las imprevistas y febriles alquimias de la subversión.” (flores, 2014, p. 13).

Um corpo lésbico. Sou sapatão. Digo isso, assim, no meio do texto, fora de ordem, porque é preciso dizer. É preciso dizer porque a minha lesbianidade é sempre evocada para (des)legitimar a minha escrita. “Escreve assim por que é sapatão”, é o que me dizem. “Escrevo assim porque sou sapatão” é o que eu também me digo. “A questão cerne é: Qual é o poder e qual é o perigo de escrever e ler como ‘lésbica’ ou queer?” (ANZALDÚA, 2009, p. 03). Interessante notar que meu corpo branco, por exemplo, quase nunca é reivindicado como relevante para explicar minha escrita. Gloria Anzaldúa (2009) já nos disse que uma pessoa sempre lê e escreve a partir de onde seus pés estão fincados. Sabemos onde nossos pés estão fincados? Onde estavam fincados os pés de Cassandra? Que tipo de moqueca ela arriscou cozinhar, experimentar?

### **2.1.2 Movimento 2. O avesso da estante**

Evento científico. Encontro uma colega da pós-graduação que há muito tempo não via. Ela participaria de uma mesa da qual eu seria a mediadora. Começamos a conversar sobre a mesa, sobre a vida, sobre a pós, e ela logo me perguntou qual era o tema da minha pesquisa. “Estou estudando algumas obras de Cassandra Rios”, respondi. Cassandra Rios... Disse-me ela com uma empolgação evidente. E me contou do seu primeiro contato com a escritora. Ela ainda menina, adolescente, encontrou certa vez um livro de Cassandra na casa de sua avó. Em uma estante da sala. Escondido. Atrás da coleção da enciclopédia Barsa. Contou-me também do seu choque e espanto, ainda menina, ao ler cenas de sexo entre mulheres escritas de uma maneira tão intensa, tão explícita.

Cassandra Rios escondida na casa de sua avó atrás da coleção Barsa. Do lado de trás do que aparecia na estante. Ler cenas de sexo entre mulheres, cenas escondidas no avesso da estante da casa da avó. No verso de uma coleção de enciclopédia. Evocar em uma tese uma cena escondida do lado de lá do que é permitido aparecer. E o que é permitido aparecer?

Não deixa de ser significativo prestarmos atenção na enciclopédia Barsa se sustentando na área visível da sala e, ao mesmo tempo, ocultando Cassandra. De acordo com informações que constam na página da Wikipedia, a Barsa foi a primeira enciclopédia brasileira formada por um corpo editorial também brasileiro. Corpo formado por pessoas como Antonio Houaiss, Oscar Niemeyer e Jorge Amado. Em matéria publicada pela Revista

Realidade em 1970 consta que Cassandra Rios seria a primeira mulher a atingir 1 milhão de exemplares vendidos:

[...] neste ano de 1970 [Cassandra Rios] chegará a uma posição jamais alcançada por uma escritora brasileira: será a primeira mulher a atingir 1 milhão de exemplares vendidos. Ela é a única mulher no Brasil que vive exclusivamente de livros; mesmo entre os homens, só Jorge Amado e José Mauro de Vasconcelos a acompanham (REALIDADE, 1970, p. 116).

Cassandra é apontada como a única mulher e uma das três únicas pessoas que vivia exclusivamente de seus livros no Brasil. Jorge Amado também estava entre elas. Estava também entre as pessoas que participaram do corpo editorial da Barsa. Figurando no lado visível da estante. Que tipo de relações de poder, de experiências, de trajetórias, levaram Jorge Amado a ser um dos compositores de uma enciclopédia que serviria, dentre outras coisas, para ocultar uma literatura mal-dita, mal vista, das vistas de quem adentrasse a sala da casa da avó? Inevitável pensar, também, no peso de uma enciclopédia. Conhecimento científico, legitimado, que evoca uma áurea de refinamento, de sabedoria na estante de quem a possui.

Eve Sedgwick (2007) aciona a metáfora do armário para pensar também sobre a produção de (des)conhecimento. Para a autora: “a saída do armário [...] pode trazer a revelação de um desconhecimento poderoso **como** um ato de desconhecer, não como o vácuo ou o vazio que ele finge ser, mas como um espaço epistemológico pesado, ocupado e conseqüente.” (2007, p. 35).

O armário tem uma função bastante explícita de demarcar aquilo que é do âmbito do público e aquilo que é do privado. Muitas vezes, a única esfera aceitável para identidades sexuais dissidentes da norma é a da privacidade. Nesse sentido, a privacidade, a descrição ou a intimidade figuram não simplesmente como um direito, mas como uma imposição (flores, 2009). O armário estabelece uma distinção radical entre aquilo que é admissível, autorizado publicamente e aquilo que é nefando, que não deve sair à luz. A ignorância não é, portanto, fruto do acaso. Ela é produzida por determinados regimes de conhecimento, de modos de conhecer (LOURO, 2001). Cassandra escondida, ocultada, atrás de uma estante que em seu lado visível deixava ver a Barsa. Ainda assim, Cassandra na estante da sala. Quantos corpos o discurso científico, a Ciência, escondeu, omitiu, silenciou?

Há alguns anos ocupo os espaços da academia enquanto estudante, enquanto pós-graduanda. E me pergunto cada vez com mais insistência e urgência como seria possível estar neste espaço sem reivindicar o meu próprio corpo, sem apontar para a minha existência marcada por tantos lados. Pergunto-me, seguindo as inquietações de Virginia Cano (2015):

como é possível ser uma lésbica-mulher-feminista nos espaços da academia e deixar de dizê-lo? Deixar de dizer-me? Como não fazer frente à pretensa objetividade teórica a partir do ponto de vista do meu corpo sapatão? É com prazer que escrevo e vejo, no processo mesmo de minha escrita, mesclar-se o desejo dos corpos com o desejo da escrita, com o desejo da teoria.

E se me perguntam: “quem são as lésbicas?”, “O que é ser lésbica?” respondo, não sem certa ansiedade, que não sei. E estou cada vez menos preocupada em saber. Fazemo-nos lésbicas, tortilleras, por meio do pertencimento, ainda que talvez mancando, aos coletivos que permitem a proliferação de sentidos para aquilo que antes era deserto (CANO, 2015). La tortilengua de Virginia Cano: lengua (im)propria por meio da qual nos pensamos, narramos e nos amamos, reinventamos-nos. La lengua bífida (2004) de Valeria Flores: lengua capaz de produzir uma ficção teórica, uma prática de escrita em feminino experimental que não se deixa cooptar por nenhum discurso que se pretenda unívoco, universal.

Importante não perder de vista que as categorias que nós mesmas criamos para nos nomear também podem operar por meio de critérios violentos. Aos nossos próprios olhos nos transformamos em “mais lésbica” ou “menos lésbica”; “mais ou menos sapatão” etc. A partir do momento em que estas categorias operam como parâmetros normalizadores entre nossas próprias comunidades elas se tornam também disciplinantes e coercitivas (CANO, 2015). Travamos, entre nós e cada uma consigo mesma, batalhas diárias para responder assertivamente às tentativas de normalização das nossas existências.

Ainda assim pode-se de novo e sempre perguntar: “O que é ser uma lésbica? O que legitima uma dada experiência como sendo tipicamente feminina ou masculina? Quais corpos podem ser considerados corpos lésbicos?” Lanço estas perguntas com a intenção de interrogar acerca de quais são os fundamentos que legitimam e que dão forma às configurações possíveis de lesbianidades no contexto no qual vivemos. Não pretendo, com isso, assegurar ou produzir uma resposta que me conceda alguma espécie de conforto ao fornecer uma base segura sobre a qual me apoiar. É preciso retornar à noção de matéria, mas não para concebê-la enquanto uma superfície estável ou o lugar natural sobre o qual serão inscritos os efeitos das normas sociais vigentes.

Antes disso, precisamos pensar a matéria mesma enquanto fruto de um processo de materialização (BUTLER, 2002). Masculinidade, feminilidade, homem, mulher e quaisquer outras categorias identitárias que se pretendam universais podem ser pensadas enquanto

ficções político-encarnadas (PRECIADO, 2014). Seguindo na perspectiva de Preciado, é possível e necessário promover coletivamente uma rebelião contra essas ficções que nos constituem e que produzem nossos corpos, desidentificando-nos criticamente delas e imaginando outras ficções que não produzam tantas violências, que não produzam sistematicamente formas de opressão e exclusão.

Nos livros de Cassandra vislumbramos algumas possibilidades de construção de um corpo lésbico. Mas podemos nos perguntar, ainda, o que pode um corpo lésbico? valeria flores (2013) alega que o corpo lésbico não visa a pretensões universalistas, nem totalizantes ou supremacistas. Seus limites não estão determinados pelo contorno da pele. O corpo lésbico, desde essa perspectiva, não designa especificamente a identidade lésbica, mas sim fundamentalmente a fuga de um corpo hetero-organizado. Sua definição portanto não se sustenta, não se ancora em nenhuma “certeza anatômica”, em nenhuma função específica de algum órgão particular. Antes disso, produz uma “desconfiscação” da organização dos nossos órgãos dentro do regime do cisheteropatriarcado.

Preciado (2005) retoma uma das célebres frases atribuídas a Wittig: “Eu não tenho vagina”. Frase que teria sido dita ao fim de uma conferência em Vassar College, nos Estados Unidos. Apesar de ser atribuída a Wittig, Preciado mesmo afirma que a própria autora nega tê-la dito. Ainda assim, Preciado retoma a frase e a assume enquanto uma verdade sobre seu próprio corpo marcado como feminino ao nascimento. A heterossexualidade compreendida enquanto um regime político, desde Wittig, pode ser reinterpretada como uma tecnologia que conecta o prazer sexual, a reprodução e a filiação (PRECIADO, 2005). Nesse sentido, a vagina aparece como um órgão chave já que é ela que permite a associação entre trabalho (hetero)sexual e o trabalho da reprodução. A vagina só faz sentido dentro de um regime heterossexual que a define enquanto um receptáculo apropriado para um pênis e enquanto uma cavidade natural para a fertilização (PRECIADO, 2005). Uma vagina que não se deixa territorializar dentro de uma prática heterossexual hegemônica é anti-natural.

Nessa mesma perspectiva, Sofia Favero nos conta um pouco sobre sua experiência com um psicoterapeuta sugerido por sua mãe aos seus 14 anos para lidar com suas “sucessivas desobediências frente às normas de gênero” (2020, p. 405). Ela enfatiza a insistência de seu psicoterapeuta em saber sobre como ela estava em relação aos rapazes, se estava apaixonada por algum colega, se estava envolvida sexualmente com algum deles. Diante de suas sucessivas respostas negativas “junto aos primeiros passos de uma

desprogramada transição” (FAVERO, 2020, p. 406) a autora começa a perceber que o seu “desejo de ser mulher”, desde a perspectiva do psicólogo, só poderia advir de um interesse por algum menino. Com o caminhar do processo psicoterapêutico, assuntos como corpo, cirurgia, transição começaram a surgir.

Frente a alegação de Sofia de que a possibilidade de fazer uma possível transgenitalização advinha de um desejo seu de ir às praias, piscinas e poder se sentir mais confortável com seu corpo, o psicólogo ficava mais e mais intrigado. Para ele não fazia sentido seu desejo de fazer uma cirurgia genital sem que houvesse como premissa para isso o ato sexual. Por ato sexual, sublinha Favero (2020) leia-se ato heterossexual, já que a possibilidade de que ela pudesse passar pelo processo transgenitalizador e compartilhar experiências e desejos com mulheres cisgêneras, por exemplo, sequer era cogitada. Como conclui a autora “querer ter uma vagina é algo que parece ter lógica somente a partir de uma relação com um homem cisgênero” (FAVERO, 2020, p. 407).

Podemos pensar, a partir daí, que não é a vagina que legitima o corpo lésbico (flores, 2013), conceituação que serviria para endossar os discursos hegemônicos e cisonormativos acerca do próprio conceito de mulher. O que singulariza o corpo lésbico é a sua inscrição em uma outra economia do desejo, no deslocamento do uso hetero-orientado dos nossos corpos. A partir dessas reinvenções dos usos, da organização e dos prazeres, surgem também outras possibilidades de percepção e afecção:

El cuerpo lesbiano resignifica esta partición y territorialización del placer haciendo de todo el cuerpo un órgano sexual, una cartografía anatómica expandida: la mirada, el movimiento de las manos, la precisión del tacto, el grado de apertura de la boca, la cantidad de sudor o de flujo (flores, 2013, p. 131.)

Diante do organismo enquanto um corpo hetero que organiza por meio de uma forma específica a relação entre órgãos, fluidos e produção de prazer, a autora aposta no corpo lésbico como uma proliferação de intensidades, de deslocamentos anatômicos, afetivos que produzem efeitos diversos na regulação dos órgãos. O corpo lésbico ficção somática que oblitera a soberania heterossexual dos órgãos por meio de uma desterritorialização do corpo hetero, de uma desgenitalização da sexualidade reduzida a penetração pênis-vagina, de uma deshierarquização das possibilidades de prazeres possíveis.

Monique Wittig (2006) já afirma que o sexo é uma categoria política que funda a sociedade em um modelo heterossexual. Para a autora o conceito de “lésbica” está para além das categorias de homem e mulher justamente porque as lésbicas não podem ser consideradas mulheres nem econômica, política nem ideologicamente, já que o que constitui uma mulher é uma relação específica com um homem, a saber, uma relação de servidão da qual as lésbicas escapam em certa medida ao rejeitarem a heterossexualidade.

Preciado (2014) alega que a afirmação de Wittig de que “as lésbicas não são mulheres” aponta tanto para o caráter construído do gênero quanto diz da possibilidade de intervir nessa construção, abrindo linhas de fuga com relação a uma norma projetada. Para Preciado o sexo se traduz em uma tecnologia de dominação heterossocial. Essa pretensa evidência que enxergamos para afirmar a existência da diferença sexual tem a ver com a criação de tecnologias muito sofisticadas que produzem certas partes do corpo como sexuais, erógenas, atribuindo determinadas funções a órgãos específicos.

Se tomarmos o sexo, nessa perspectiva, como uma tecnologia de dominação heterossocial, deslocar a vagina do centro que institui o sexo feminino nos permite produzir uma argumentação que dá conta de algumas estratégias pelas quais podemos construir um corpo lésbico comprometido com um processo de transformação discursiva e corporal (flores, 2009). Para a autora o deslocamento da vagina enquanto um órgão chave na produção do corpo heterossexual, tendo em vista o vínculo entre o trabalho (hetero)sexual e a reprodução, permite desterritorializar o corpo lésbico do processo de se fazer mulher.

É importante assinalar a ressalva que faz Halberstam (2008) com relação à invisibilidade do corpo lésbico. Seria um erro, seguindo Halberstam, afirmar que todas as lésbicas são igualmente invisíveis. Quando pensamos nos corpos de lésbicas negras, das sapatões da classe trabalhadora e também das que se encontram em prisões percebemos que pagam um preço alto por sua visibilidade. Nesse sentido, Halberstam nos convida a refletir acerca da insistência que por vezes fazemos em pensar o sexo lésbico como fantasmático, silencioso e no quanto essa perspectiva pode ignorar outras sexualidades que são, pelo contrário, hipervisíveis e que produzem relações complexas entre invisibilidade e exposição.

A questão não passa simplesmente por considerar as possíveis especificidades da opressão racial, mas sim de “analisar a constituição mútua do gênero e da raça, o que poderíamos chamar a sexualização da raça e a racialização do sexo, como dois movimentos constitutivos da modernidade sexo-colonial” (PRECIADO, 2007, p. 376). A pesquisadora

Tanya Saunders (2017) faz uma aproximação entre as justificativas médicas que se produziram socialmente acerca dos corpos das mulheres negras e das mulheres lésbicas e nos diz que ambas eram concebidas como aquelas que possuíam “um clitóris maior do que o normal”, o que justificaria a “lascividade” destes corpos. Como nos explica a autora, a categoria de “mulher invertida” foi explorada em um primeiro momento através dos corpos das mulheres negras e servia, ao mesmo tempo, para reforçar a ideia de que mulheres brancas eram basicamente seres assexuados e de que mulheres negras eram inferiores em termos de “evolução das raças”.

Saunders cita um paper intitulado ‘Is Evolution Trying to Do Away with the Clitoris?’ de Robert T. Morris (1892) para exemplificar seu argumento. O autor, neste trabalho, defendia a tese de que com o processo evolutivo as mulheres deixariam de ter clitóris e, portanto, de sentir prazer sexual. Como evidência para sustentar essa tese, Morris afirmava que era possível verificar a diferença significativa no tamanho do clitóris das mulheres brancas e das mulheres negras, marca de um desenvolvimento superior dos corpos brancos em relação aos outros.

O pesquisador defendia o pressuposto de que o clitóris das pessoas negras eram quase sempre hipertrofiados, exceto em alguns poucos indivíduos que provavelmente possuíam uma larga mistura com sangue branco. Essa hipertrofia era a marca corporal que explicava a lascividade desses corpos. Para Morris a presença característica do clitóris hipertrofiado também em “mulheres invertidas” sugeriria que elas estariam mais próximas das “raças inferiores”, mesmo quando brancas, já que a presença dessa característica provavelmente adviria de uma grande quantidade de sangue não branco.

Podemos perceber que quanto mais próximo do ideal de branquitude estivesse um corpo mais próximo estaria da classificação de “humano” o quem tem como efeito, também, uma diminuição da hipersexualização deste corpo. A categoria de invertido passa a ser racializada “através da racialização de certos atos sexuais, desejos e prazeres ‘sexuais’ como perversos e como possíveis de serem lidos no corpo” (SAUNDERS, 2017, p. 111). A heterossexualidade funciona, aqui, como um recurso que legitima e mantém a pureza racial da branquitude. Seguindo as proposições de Saunders, alinhio-me às perspectivas que assumem que a cisheteronormatividade é um sistema racializado de poder tanto quanto generificado e sexualizado.

Quando pensamos que os corpos das pessoas negras foram marcados pelo pressuposto de uma sexualidade perigosa, incontrolável, o que já pressupõe a noção de um desvio sexual, torna-se impossível alegar que as mulheres negras heterossexuais usufruem dos privilégios da heterossexualidade da mesma forma que mulheres brancas heterossexuais. Do mesmo modo, as lésbicas brancas, as “invertidas”, também não usufruem dos privilégios da branquitude da mesma maneira que as mulheres brancas heterossexuais, tendo em vista o processo de racialização que sofrem pela associação entre “depravação sexual” e “degeneração racial” (SAUNDERS, 2017).

Tais afirmações não incorrem na compreensão de que um eixo de opressão pode “neutralizar” lugares de hegemonia. A questão levantada por Saunders se fundamenta no pressuposto de que as experiências vividas desde eixos de opressão específicos são sempre singulares. Constituem-se no entrecruzamento de regimes de poder e não podem ser resumidas em blocos homogêneos, não produzem sempre os mesmos efeitos e marcações.

Halberstam (2008) problematiza também a produção das masculinidades por meio das existências das “mulheres masculinas”. A própria existência destas mulheres provoca rupturas nos pressupostos mais básicos que fundamentam as funções e as formas que assumem a masculinidade. Para além disso, a autora se pergunta por que o vínculo entre homens e masculinidade permaneceu relativamente seguro apesar dos ataques insistentes à naturalidade do gênero nos campos feministas e queers. Halberstam (2008) defende a tese de que o que chamamos de masculinidade feminina é, na verdade, uma multiplicidade de masculinidades e quanto mais as identificamos, mais elas se multiplicam.

Se algo em mim pede ainda uma definição que circunscreva uma lesbiana aceito a que se segue: “lesbiana es la poética corporal que cada una tiene que reinventarse para sí como un modo de sobrevivir en este capitalismo heterorracializado patriarcal neoliberal globalizado. (flores, 2017, p. 234). La lengua lesbiana, como afirma a autora, nos ensina a dizer nosotras sem perder de vista um entre sempre movediço e instável. Ficcionalizar as lesbianidades (ARNÉS, 2016) entendendo-as menos como vinculadas a um mito fundador, a uma característica fundante, e mais enquanto propulsoras da criação de deslocamentos, de fissuras.

A língua sapatão como potência de produzir rachaduras nas palavras. “¿Escribir lesbiana?. ¿Escritura como lesbiana?. ¿escritura desde lesbiana?. ¿contra-escritura lesbiana?. ¿escritura en lesbiana?” (flores, 2017, pág. 09). Se a destruição efetiva daquilo que desejamos ver ruir só é possível por meio de uma destruição completa, e se sabemos que tal

desmantelamento não se dá de uma vez por todas aposto aqui na escrita lesbiana, tortillera, sapatona, como uma “pequeña revolución de papel” (TORRES, 2011, pág. 15), como uma possibilidade de inscrever uma linha torta, ininteligível, fora de ordem nos regimes de escrituras vigentes. Não sabemos o que pode uma escrita. O que pode uma escrita desde o Sul, desde um corpo lésbico. Uma proliferação de não saberes como um ritual de desapego da legitimidade acadêmica, dos modos dominantes de pensamento, não com a pretensão de produzir uma verdade outra (flores, 2017), mas sim com o desejo de explorar uma possibilidade incerta.

### **3. Interrogar a psicologia**

Essa é uma tese produzida dentro de um programa de pós-graduação em Psicologia. Podemos nos perguntar: a que interessa à psicologia as discussões aqui propostas? Por que escrever uma tese em psicologia para discutir configurações de lesbianidades, seus efeitos, seus entrelaçamentos? No presente capítulo pretendo situar alguns dos efeitos dessas perguntas para o campo da psicologia.

Nos encontros que já participei promovidos por Conselhos Regionais de Psicologia, pelo Conselho Federal ou por cursos de psicologia que se propõe a pensar sobre as homossexualidades, uma perspectiva acerca do porquê fazer essa discussão quase sempre se faz presente: é preciso falar de homossexualidades, de transgeneridades porque essas pessoas vão, em algum momento, chegar nos nossos consultórios, nos estabelecimentos em que trabalhamos e, portanto, precisamos entender suas demandas, seus desejos e seus modos de ler o mundo. Apesar de esse ser um bom motivo, pelo menos dois pressupostos estão presentes nessa afirmativa e precisam ser situados.

Afirmar que as discussões com relação às dissidências sexuais e de gênero são necessárias no campo da psicologia simplesmente por conta do contato inevitável com essa população nos nossos locais de atuação é estabelecer, de certo modo, uma distinção entre profissionais da psicologia e a população dissidente que pode vir a precisar do seu trabalho. É partir do pressuposto de que a psicóloga é, de antemão, uma pessoa cisheterossexual. Tal afirmação também se ancora na pressuposição de que é a psicologia que pode e deve interrogar, intervir, diagnosticar e teorizar sobre as dissidências, e não o contrário.

Essa é uma resposta que, apesar de ter o seu lugar, não me parece potente o suficiente. Nesse sentido, pensar e discutir a homossexualidade nos domínios da psicologia não nos interessa para que possamos responder de onde ela vem, como se constrói, se é genética, se é construída socialmente, mas sim porque o direito ao prazer, a nos expressarmos e a nos relacionarmos como bem entendermos (dentro de relações consensuais entre pessoas capazes de responder por si) faz parte da nossa saúde mental (TEIXEIRA-FILHO, 2011).

Para além disso, parece-me cada vez mais necessário parar de nos perguntarmos “o que a psicologia tem a dizer, como a psicologia pode intervir nesse campo, na vida dessas pessoas” para começarmos a nos indagar acerca de quais deslocamentos, fissuras, questionamentos, essas vidas, nossas experiências e esse campo de problematização podem produzir nos conhecimentos já consolidados desde a psicologia.

A cisheteronormatividade<sup>8</sup> não incide apenas sobre corpos, mas também sobre formas. O modo como as instituições se organizam, as relações que desenvolvemos, os modos de produção de conhecimento estabelecidos são organizados também pela cisheteronormatividade. Ser um corpo dissidente desses modelos hegemônicos de existência não garante um olhar crítico a esses sistemas e, muito menos, condições materiais de problematização dos modos estabelecidos. Nesse sentido, mesmo conhecimentos produzidos desde lugares de dissidência não estão isentos de reproduzir normalizações e/ou universalizações de experiências.

Butler (2006) afirma que a tarefa de movimentos de resistência consiste, muitas vezes, em distinguir entre aquelas normas e convenções sociais que nos permitem respirar, amar, desejar, viver e aquelas que, pelo contrário, tolgem as possibilidades de vida, de desejo de respiro. No entanto, como pontua a autora, às vezes as normas funcionam de ambos os modos de uma vez, em outras ocasiões funcionam de uma maneira para um grupo determinado e de outra maneira para outro. O que interessa, no fim das contas, é parar de legislar para todas as vidas aquilo que é habitável somente para algumas. Essa é uma proposição que me interessa na medida em que, muitas vezes, conceitos que são construídos para dar conta de uma demanda específica, ou para pensar como se constroem experiências de um determinado grupo, acabam sendo universalizados como capazes de responder por experiências que são produzidas desde outros lugares no seio das normas sociais que nos subjetivam. Ou são simplesmente transpostos de um lugar para outro como se o entrecruzamento dos eixos de poder não produzissem lugares complexos e modos de existência singulares que não são equivalentes simplesmente porque compartilham um lugar de gênero, de raça, de classe, de sexualidade...

---

8 A heteronormatividade pode ser compreendida como um regime político que organiza nossas vidas em torno da heterossexualidade. “Enquanto na heterossexualidade compulsória todas as pessoas devem ser heterossexuais para serem consideradas normais, na heteronormatividade todas devem organizar suas vidas conforme o modelo heterossexual, tenham elas práticas sexuais heterossexuais ou não” (COLLING, NOGUEIRA, 2015, p. 182).

Já o termo cisgênero “é um conceito que abarca as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento, ou seja, as pessoas não-transgênero” (JESUS, 2012). De acordo com Viviane Vergueiro (2015), o conceito de cisgeneridade é parte de um projeto de problematização das hierarquias que organizam a autenticidade e a inteligibilidade dos corpos. A cisheteronormatividade, por sua vez, pode ser pensada também como um regime político que pressupõe o corpo cisgênero como aquele que é natural, verdadeiro. Os dois regimes, cisheteronormatividade e heteronormatividade não se separam “de modo a impor um modelo de organização social que estabiliza e naturaliza o cisheterossexo, lido como estritamente biológico” (AFONSO-ROCHA, 2020, p. 48).

Nesse sentido, procurarei nas próximas páginas interrogar um conceito contemporâneo no campo das discussões de gênero na psicologia para fazê-lo (des)funcionar desde uma perspectiva sapatão. Esse me parece um movimento necessário para que possamos começar a interrogar a partir de lugares de dissidência os conhecimentos produzidos na psicologia e não mais simplesmente perguntar à psicologia como identificar, catalogar, diagnosticar o que escapa à norma. Para além disso, interessa-me fazer aparecer os enquadramentos estipulados, os limites de um modo de conhecer e seus efeitos (BUTLER, 2013) sobretudo para que possamos fortalecer conceitos que nos interessam, que são potentes e que, ainda assim, podem ser situados e interrogados sobre os seus limites e alcances.

Elegi o conceito de dispositivo amoroso de Valeska Zanello para promover essa empreitada entendendo também que nas obras de Cassandra Rios o amor, como veremos, ocupa um lugar privilegiado. Valeska é uma pesquisadora extremamente importante no Brasil no campo das discussões de gênero e saúde mais especificamente. Tem uma produção teórica vasta e consistente no campo. Em seu livro *Saúde mental, gênero e dispositivos* (2018), a autora se propõe a explicar processos de subjetivação específicos de homens e mulheres e os efeitos do que ela conceitua como dispositivo amoroso e da maternidade nas mulheres e como dispositivo da eficácia nos homens. Apesar de a autora deixar dito que os conceitos de dispositivo amoroso e da maternidade operam nos processos de subjetivação de todas as mulheres, ela faz um recorte em suas análises e discussões nas experiências de mulheres cisheterossexuais. No entanto, ela faz também alguns apontamentos sobre como opera esses dispositivos entre lésbicas.

Valeska Zanello (2018) afirma que para as mulheres o amor ocupa um lugar de experiência vital, de identidade, e representa a maior forma de desempoderamento destas. Para a autora “dizer que o dispositivo amoroso apresenta-se como caminho privilegiado de subjetivação para as mulheres em nossa cultura, significa dizer que as mulheres se subjetivam, na relação consigo mesmas, mediadas pelo olhar de um homem que as ‘escolha’”. (ZANELLO, 2018, p. 84). Valeska cria a metáfora da “prateleira do amor” para exemplificar sua proposição sobre a subjetivação feminina. O que está em questão nessa prateleira é a legitimidade da identidade feminina, a necessidade de ser escolhida e validada pelo olhar masculino. Essa prateleira é, também marcada por um ideal estético que é “branco, louro, magro e jovem” (ZANELLO, 2018, p. 84). A beleza marcada por esse ideal torna-se para as mulheres um atributo a ser almejado como uma estratégia de se situar em um lugar mais

confortável nessa prateleira. Ainda assim, como pontua a autora, estar em um lugar mais privilegiado dessa prateleira não passa de um engodo já que:

“1) processos normais do desenvolvimento fazem com que a manutenção desse lugar seja sempre muito efêmera e provisória (por exemplo, o envelhecimento e ganho de peso); 2) sempre haverá a possibilidade de surgimento de novos “produtos”/mulheres que se encaixem melhor nesse ideal; e o que considero mais importante; 3) a prateleira do amor erige um lugar para as mulheres cuja vivência de ter que ser escolhida é profundamente desempoderadora; ao mesmo tempo que 4) erige pra os homens um lugar extremamente privilegiado e protegido de serem aqueles que avaliam e julgam/escolhem as mulheres, dando a elas o seu “valor”. (ZANELLO, 2018, p. 88-89).

Um outro aspecto relevante desses processos destacados pela autora é o fato de que as mulheres se subjetivam na relação umas com as outras por meio da rivalidade. Os homens são sempre aqueles que mais lucram com essa prateleira. Para além disso, também é relevante destacar o investimento de energia díspar de homens e mulheres em uma relação amorosa. Nesse ponto, Valeska afirma que em relações lésbicas:

“uma mulher ‘lucra’ com o dispositivo amoroso da outra. Faz com que, também, no mundo lésbico, seja comum a brincadeira de que ‘lésbicas não namoram, se casam’: isso aponta para o fato de que a subversão da heterossexualidade compulsória não necessária nem automaticamente leva à desconstrução do dispositivo amoroso. Para isso, é preciso um lento e dedicado esforço de descolonização afetiva” (ZANELLO, 2018, p. 91-92).

Ao longo de todo o capítulo que trata do conceito de dispositivo amoroso, essa é a única menção às lésbicas. Mulheres lésbicas lucram com o dispositivo amoroso de suas parceiras mas, nem por isso, subvertem necessariamente este dispositivo. Em live proposta pelo CRP/SP (2020) Zanelo afirma que considera um equívoco a compreensão de que subverter orientação sexual significa subverter também o gênero e, em consequência os dispositivos que ela apresenta, a saber: dispositivo amoroso, materno e da eficácia. Como exemplo desse pressuposto, ela nos fala sobre o quanto homens gays podem, e costumam ser, extremamente machistas.

Nesse ponto é importante demarcar uma problematização que faço com relação às proposições da autora. A afirmação de que orientação sexual não subverte gênero só pode ser feita desde o pressuposto de que esses regimes de poder se propagam paralelamente. Que funcionam lado a lado mas que, em suas genealogias, são organizações autônomas que podem apenas se interseccionar em alguns momentos. Desde a perspectiva assumida no presente trabalho, apostamos que não há hierarquia de opressão (LORDE, 2015). Quando Audre Lorde

faz essa afirmação, hoje relativamente famosa, não nos parece fazer com a intenção de homogeneizar as relações de poder que se produzem desde cada um dos eixos de opressão existentes. Em muitos momentos essa frase é lida como se significasse equivaler racismo, machismo, LGBTfobia em termos de seus efeitos e dos processos que atravessam e constituem esses regimes:

“I have learned that sexism (a belief in the inherent superiority of one sex over all others and thereby its right to dominance) and heterosexism (a belief in the inherent superiority of one pattern of loving over all others and thereby its right to dominance) both arise from the same source as racism – a belief in the inherent superiority of one race over all others and thereby its right to dominance. [...] Any attack against lesbians and gays is a Black issue, because thousands of lesbians and gay men are Black. There is no hierarchy of oppression.” (LORDE, 2009, p. 218-219).<sup>9</sup>

No entanto, parece-nos que a autora aponta muito mais para a necessidade de complexificar nossas análises sobre qualquer um desses eixos do que para uma tentativa de neutralização das suas diferenças. A interseccionalidade não faz menção simplesmente, desde essa perspectiva, à aparição de especificidades importantes para a compreensão de algum fenômeno ou experiência, mas aponta para a imbricação produtiva desses regimes de poder. Não é possível pensar sobre como o gênero se produz, enquanto categoria, desvinculado de outros eixos de poder.

Para Monique Wittig (2006), como já mencionado, o sexo é uma categoria política que organiza a sociedade em torno de um modelo heterossexual. As categorias de gênero estão também fundamentadas desde esse modelo de modo que a própria noção hegemônica de mulher, conforme ainda a autora, só faz sentido dentro de uma relação específica com um homem, a saber, uma relação de servidão. Em consonância com as proposições de Wittig, Preciado (2014) sustenta que homens e mulheres são construções metonímicas produzidas no seio de um sistema heterossexual que tem como principal objetivo a sujeição das mulheres tanto como força de trabalho sexual quanto de reprodução. Para além disso, o autor frisa que os benefícios sexuais que pessoas heterossexuais extraem desse regime implicam na redução da “superfície erótica aos órgãos sexuais reprodutivos e a privilegiar o pênis como o único centro mecânico de produção de impulso sexual” (PRECIADO, 2014, p. 26). Nesse sentido,

---

9 Eu aprendi que sexismo (a crença na superioridade inerente de um sexo sobre todos os outros e, portanto, no seu direito à dominação) e heterossexismo (a crença na superioridade inerente de um padrão de amor sobre todos os outros e, portanto, no seu direito à dominação) são provenientes da mesma fonte que o racismo - a crença na superioridade inerente de uma raça sobre todas as outras e, portanto, no seu direito à dominação. Qualquer ataque contra lésbica é gays é uma questão negra porque milhares de gays e lésbicas são pessoas negras. Não há hierarquia de opressão. *Tradução livre.*

entendendo a heterossexualidade não apenas como uma orientação sexual, mas sim como um regime político, romper com esse regime implica em uma ruptura para além simplesmente da dimensão da sexualidade, atravessando a produção do sujeito como um todo.

Esta parece ser uma perspectiva que coaduna com alguns dos pressupostos do conceito de dispositivo amoroso. Se o dispositivo amoroso está fundamentado na ideia de que as mulheres se subjetivam pela mediação do olhar de um homem que as escolha, disso podemos concluir que o dispositivo, em si, se sustenta também por meio de um ordenamento heterossexual. É curioso, portanto, que as relações amorosas e sexuais entre mulheres só apareçam no livro como relações que simplesmente potencializam o próprio dispositivo, visto que são compostas por duas pessoas subjetivadas por ele.

Se entendermos o poder, tal qual conceituado por Foucault mais acima nesta tese, como algo que é formativo do sujeito e que, portanto determina tanto as condições de aparição desse sujeito quanto a trajetória do seu desejo, o poder pode ser pensado então não apenas como aquilo a que nos opomos, mas também como aquilo de que dependemos para existir (BUTLER, 2017). A autora distingue duas dimensões do poder que nos interessa para as discussões a que nos propomos. Para Butler, o poder é tanto condição de emergência do sujeito quanto ação cotidiana exercida pelo sujeito. “Como sujeito ao poder (que pertence a ele) e sujeito de poder (que o exerce), o sujeito ofusca as condições de seu próprio surgimento; ele ofusca o poder com poder” (BUTLER, 2017, p. 22-23). Disso decorre que o poder que instaura as condições de emergência do sujeito perde continuidade com relação ao poder que é exercício do sujeito. A ação, portanto, não se resume às condições que a instauram enquanto um campo de possibilidades. Não há uma transposição direta entre o que torna o poder possível e as configurações que o poder assume.

É importante demarcar que, desde esta perspectiva, o sujeito não é nem totalmente determinado pelo poder, visto que o exercício deste pode produzir descaminhos e fissuras nos seus próprios propósitos, nem o determina integralmente, já que a instauração mesma do sujeito só se torna possível por meio de uma submissão ao poder. Nesse sentido, o sujeito é tanto uma coisa quanto outra, excede as normas que o produz, o que não significa afirmar que vive em uma zona de liberdade ou de autonomia. Butler (2017) enfatiza a diferença entre exceder e escapar ao poder. O sujeito não escapa ao poder na medida em que “não pode suprimir a ambivalência que o constitui” (BUTLER, 2017, p. 26). No entanto, o poder “se ‘re’-articula no sentido de que já está feito e no sentido de que se refaz, faz-se de novo, mais

uma vez” (BUTLER, 2017, p. 27). É nesse refazimento que se produz a possibilidade dos excessos, das fissuras.

Trago essas ponderações acerca do poder para pensarmos que, se as lésbicas não desconstroem necessariamente os dispositivos de gênero e, também, o dispositivo amoroso, disso não decorre que elas não os excedam em seus limites. Se o poder é formativo e, portanto, ninguém está fora dele, é por meio desses excessos que se torna possível criar outros lugares, produzir deslocamentos. De acordo com Elizabeth Grosz (1995), as lesbianidades questionam inclusive a rigidez de papéis sexuais ocidentais masculinos e femininos e escancaram as possibilidades de transformações inerentes a eles, possibilidades estas que precisam ser neutralizadas para que esses modelos rígidos continuem a se perpetuar. A ameaça que a homossexualidade produz na heterossexualidade é justamente apontar para o caráter contingencial e mutável desta, para o seu caráter não natural.

Para além disso, é importante frisar que apesar do esforço que se faz no sentido de diferenciar o que é identidade de gênero do que é orientação sexual, não podemos deixar de considerar os efeitos de um lugar sobre o outro. Se identidade de gênero não determina a orientação sexual, disso não decorre que esses dois lugares não produzam efeitos um no outro. A identidade de gênero contextualiza em grande medida as dinâmicas e configurações de desejo e de expressões que são construídas pelas pessoas em suas interrelações. Enquanto que a orientação sexual tem como um de seus efeitos a (re)criação constante de uma estética corporal que não deixa de estar atravessada pelas orientações do desejo.

A partir daí, podemos inferir que a orientação sexual produz efeitos bastante expressivos no modo como expressamos nosso gênero. Platero (2009) aponta que, tradicionalmente, a masculinidade feminina sempre esteve associada à feiura e ao indesejável. Importante demarcar que fealdade e indesejabilidade desde o olhar masculino. No entanto, ainda de acordo com Platero, em espaços de relações *buth/femme*, de culturas lésbicas, trans e também BDSM, a masculinidade feminina é, pelo contrário, erotizada e carregada de significados e de critérios de inteligibilidade outros.

Podemos inferir que a metáfora da prateleira do amor acionada por Zanello (2018) continua operando nas relações amorosas e sexuais entre mulheres, mas será que a partir dos mesmos pressupostos? Se as lesbianidades podem ser um dos vetores de produção de novas configurações e expressões de gênero, justamente por destituir ou deslocar o peso do olhar masculino do centro da vida das mulheres, isso significa que elas produzem efeitos bastante

consideráveis na própria construção dos significados acerca do que é e de como deve ser uma mulher.

Se voltarmos para as descrições de Zanello (2018) acerca dos fundamentos do dispositivo amoroso encontraremos que:

“Essa forma de amar é o principal fator de desempoderamento das mulheres e, por seu reverso, o principal fator de empoderamento e nutrição afetiva dos homens. São eles os erigidos como avaliadores das mulheres, tanto física quanto moralmente. [...] Os homens aprendem a amar muitas coisas, as mulheres aprendem a amar os homens. A subversão do dispositivo da sexualidade em mulheres lésbicas não as leva necessariamente a desconstruir o dispositivo amoroso. Por isso que comumente se diz que ‘lésbicas não namoram, se casam!’. No entanto, a experiência amorosa entre elas se constitui como fator de risco menor (ou como um fator de maior proteção psíquica), pois ambas podem nutrir-se do dispositivo amoroso da outra” (ZANELLO, 2018, p. 269-270).

Cabe pontuar uma ressalva com relação à última afirmação da autora. Facchini e Barbosa, no Dossiê “Saúde das Mulheres Lésbicas – Promoção da Equidade e da Integralidade” publicado em 2006, afirmam que, no que concerne aos contextos do Brasil “inexistem estudos focados na análise de questões como dependência química, obesidade e violência conjugal” (p. 26). Já no Relatório da Oficina Atenção à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais, de 2014, consta em um breve parágrafo afirmando que:

Com relação à violência, os estudos demonstram que há violência intraconjugal nas relações entre mulheres e são similares às que ocorrem nas relações heterossexuais. Entretanto, a violência familiar, em todas as suas formas, não apenas violência física, é muito freqüente nas mulheres lésbicas e, por ser intrafamiliar, é menos denunciada e menos vivenciada como violência (p.25).

Para Rafael Reis da Luz e Hebe Signorini Gonçalves (2014) a violência nas relações homoafetivas é, em grande medida, socialmente invisível tanto por uma visão heterocentrada da violência de gênero, que pressupõe que o polo agressor é sempre composto por um homem e o polo vitimizado por uma mulher, quanto por uma dificuldade do próprio movimento LGBT de fazer esse debate. Para além disso, ainda de acordo com Reis e Gonçalves, há também uma dificuldade para a pessoa agredida de buscar apoio externo, seja da família, de amigas ou instituições, por conta do não reconhecimento social da relação amorosa e também pelo possível isolamento social proveniente de dinâmicas relacionais não visibilizadas pelo próprio casal.

Para além disso, parece-me central nesse debate situar o lugar da monogamia na sustentação do amor romântico. Se retomarmos o conceito de homofobia<sup>10</sup>, tal como definido por Borrillo (2010), como a guardiã das fronteiras entre os gêneros (daí decorrendo que qualquer pessoa que transgrida as normas de gênero estipuladas para os seus corpos estaria passível de sofrer homofobia), podemos talvez pensar na monogamia como a guardiã das fronteiras que delimitam o conceito de família. Ora, quando pensamos que não vivemos mais sob o julgo explícito da heterossexualidade compulsória (que força o exercício da heterossexualidade a todas as pessoas), mas sim da cisheteronormatividade (que apregoa que, sendo ou não cisheterossexuais, todos devemos organizar nossas vidas em torno dos ditames da cisheterossexualidade) podemos pensar que a monogamia aparece como um eixo fundamental que legitima os nossos relacionamentos amorosos, sejamos ou não heterossexuais.

Um outro ponto de convergência entre monogamia e cisheteronormatividade tem a ver com a função que opera em ambas de controle dos corpos das mulheres. A monogamia não é imposta a homens e mulheres da mesma maneira. Trair, ter várias parcerias sexuais, inclusive falar sobre suas práticas sexuais são ações que geram efeitos extremamente diferentes quando vêm de um homem ou de uma mulher. A monogamia, como afirma Geni Nuñez (2021) assegura que a exploração do trabalho feminino seja positivada pelo amor romântico heterossexual.

A monogamia anda sempre de mãos dadas com o amor romântico e ajuda a sustentar o relacionamento amoroso como o eixo central, fundamental, das nossas vidas, principalmente enquanto mulheres e tem uma relação direta com a fragilização das nossas redes afetivas. Ao participar ativamente da imposição do relacionamento amoroso como o lugar principal das nossas vidas, atua também promovendo hierarquias em termos dos prazeres nos quais podemos ou devemos investir. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, 81,5% das vítimas de feminicídio no nosso país foram mortas pelo parceiro ou ex-parceiro íntimo. Isso nos mostra que os homens que estão matando mulheres são aqueles que mantêm com elas um vínculo afetivo específico: o monogâmico (NUÑEZ, 2021).

É importante pontuar que a maquinaria sustentada pela monogamia, pelo amor romântico e pela heterossexualidade atravessa também as relações não heteros. Alencar,

---

10 Apesar das limitações do conceito de homofobia, optei por mantê-lo nessa parte do texto para ser fiel à proposição do autor.

Ramos e Ramos (2018) realizaram um estudo a partir da análise de 48 Boletins de Ocorrências registrados na Delegacia de Atendimento à Mulher – DEAM, na cidade de Belém, no estado do Pará no período de 2011 a 2015. Elegeram três critérios para seleção do material: quem sofreu e quem exerceu a violência deveriam ser mulheres; no relato deveria constar uma situação de violência doméstica dentro de uma relação amorosa entre as partes e as mulheres em situação de violência deveriam pertencer a cidade de Belém. Em 68,75% dos BOs analisados constava como motivação da violência o término do relacionamento e em 22,92% o ciúme.

Mari Luz Esteban (2011) comenta sobre as dificuldades que a diferenciação entre sexo e gênero produz tanto com relação à visão estática e dualista sobre o primeiro, que oblitera muitas vezes a questão de que são as desigualdades sociais que interpretam, classificam e explicam as diferenças anatômicas e fisiológicas, quanto com relação ao próprio conceito de gênero. As pessoas são categorizadas como homens e mulheres e, a partir daí, vistas como pertencendo a coletivos absolutamente homogêneos e separados entre si, o que dificulta a percepção acerca da articulação do gênero com outros eixos de organização e de estratificação social (ESTEBAN, 2011).

A categoria mesma de “humanidade” é tanto generificada quanto racializada (ARNÉS, 2016; LUGONES, 2014). Para Maria Lugones (2014) a dicotomia hierárquica entre humanos e não humanos é central para a modernidade colonial e serve de base para outras distinções hierárquicas, incluindo a de homens e mulheres. A distinção entre humanos e não humanos serviu fundamentalmente para submeter as/os colonizadas/os aos domínios do homem ocidental. A autora enfatiza que pensar sobre a colonialidade de gênero abre caminhos para que se possa questionar a perspectiva desde a qual se entende que sujeitos são construídos historicamente como oprimidos de forma estritamente unilateral. Para Lugones, as resistências promovidas por estes sujeitos seriam não o fim ou a meta de uma luta contra os regimes de poder vigentes, mas sim a própria condição de possibilidade desses enfrentamentos.

Em consonância às proposições de Butler (2017) acerca do funcionamento do poder, Lugones (2014) pensa a resistência como a tensão entre o que chama de “sujeitificação” e a subjetividade ativa, que faz menção a uma dimensão mínima de agenciamento que compõe a relação opressão = resistência. O conceito de subjetividade ativa aponta para a capacidade de agência daquelas pessoas que resistem a múltiplas opressões e que, frequentemente, têm suas

subjetividades reduzidas às compreensões hegemônicas que obliteram qualquer capacidade de agenciamento. A partir daí, interessa para a autora dar ênfase à “proliferação relacional subjetiva/intersubjetiva de libertação, tanto adaptativa e criativamente opositiva” (LUGONES, 2014, p. 939-940).

Parece-me que, desde as proposições de Valeska Zanello (2018), é bastante difícil vislumbrar as fissuras, as linhas de fuga ou os deslocamentos promovidos por corpos dissidentes ao que Letícia Nascimento (2021) conceitua como “mulher original do feminismo”<sup>11</sup>. Se pensarmos nas personagens criadas por Cassandra e seus corpos masculinizados, ambíguos, suas elucubrações em torno da criação de uma estética de si, os critérios acionados para definir o que é um corpo belo, como fazer sexo, como se aproximar de outros grupos de mulheres não heterossexuais, será que podemos afirmar que o dispositivo amoroso opera por meio dos mesmos pressupostos e produz os mesmos efeitos descritos por Valeska para explicar a opressão feminina? Ou melhor, será que o dispositivo amoroso tal qual descrito pela autora é suficiente para dar conta da complexidade das experiências amorosas e sexuais vividas pelas personagens? Se, tal como propõe Valeska, os homens aprendem a amar muitas coisas e as mulheres aprendem a amar os homens, que tipos de descaminhos, de descarrilhamentos as lesbianidades podem produzir nesse regime?

A questão não é pensar as lesbianidades como necessariamente revolucionárias ou transgressoras em todos os sentidos. Se os regimes de poder vigentes não são totalitários, no sentido de suprimir quaisquer possibilidades de resistência, também as resistências não se dão fora dos contextos que as produzem. Ser homem ou mulher, ter relações homo ou heterossexuais são processos dinâmicos, práticas que vão se constituindo e se modificando por meio de marcos plurais e também dentro de coordenadas históricas e sociais que as fazem possíveis (ESTEBAN, 2011). As personagens de Cassandra, como veremos, se apoiam em grande medida em normas vigentes que ditam como deve ser um corpo, uma mulher, uma relação amorosa. No entanto, suas expressividades, encontros e vidas não se resumem aos efeitos hegemônicos dessas normas.

As proposições de Valeska Zanello acerca dos dispositivos que operam nos processos de subjetivação de homens e mulheres abrem um caminho profícuo para o aprofundamento e

---

11 O termo se refere à percepção da autora de que o conceito de gênero “restringiu-se, por muito tempo, à experiência da mulher cis, heterossexual, branca, de classe média, magra, sem deficiências – que ocupa uma posição superior e de privilégio social, sendo o ideal performativo a ser alcançado por todas as mulheres (NASCIMENTO, 2021, p. 26).

para uma maior problematização acerca dos mesmos. Ainda assim, se os questionamos desde uma perspectiva lesbo dissidente, podemos afirmar que os fundamentos que caracterizam as experiências femininas descritas desde o dispositivo amoroso nem sempre dão conta das complexidades de posições e vivências das lésbicas. Mas não só das lésbicas.

As resoluções 18/2002, 01/1991 e 01/2018 publicadas pelo Conselho Federal de Psicologia estabelecem respectivamente normas de atuação para a categoria com relação ao preconceito e à discriminação racial, à questão da orientação sexual e com relação às pessoas transexuais e travestis. Se partimos do pressuposto de que racismo e LGBTfobia são regimes políticos em constante atualização e que organizam o campo social, nossas relações, as instituições e subjetividades logo perceberemos que os desafios propostos por estas três resoluções são cotidianos.

O artigo 4º da resolução 18/2002 assevera que “Os psicólogos não se utilizarão de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação racial”. O artigo 4º da resolução 01/2018 afirma que “As psicólogas e os psicólogos, em sua prática profissional, não se utilizarão de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminações em relação às pessoas transexuais e travestis”. Por fim o artigo 3º da resolução 01/1999 aponta que “os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados”.

As três resoluções apresentadas são efeitos de disputas ético-políticas promovidas por grupos integrantes de movimentos sociais e por profissionais da psicologia que começam a questioná-la e chamá-la a se posicionar com relação às perpetuações de violências, estigmatizações, patologizações de uma série de comportamentos, práticas, relações dissidentes a um modelo de família hegemônico, cristão, heterossexual, burguês.

Dar conta dos artigos citados de cada uma das resoluções acima significa promover um questionamento constante acerca das teorias e das ferramentas com as quais trabalhamos. Não promovemos violências unicamente quando agredimos alguém verbalmente, quando negamos atendimento, quando discriminamos explicitamente. Agredimos também quando nossa escuta está viciada em uma perspectiva cisheterocentrada, branca. Quando orientamos nossas intervenções para fazer as experiências e vivências das pessoas caberem em um modelo muito específico de existência. A despatologização das identidades deve caminhar

junto com uma desepistemologização da ciência, da psicologia (FAVERO, 2020). Questionar os fundamentos que sustentam nossas práticas é um movimento constante necessário para o enfrentamento das violências produzidas e perpetuadas pela nossa ciência e pela nossa profissão.

#### **4. Sobre fissuras (im)possíveis**

Sou de uma geração na qual o nome de Cassandra Rios já quase não se ouve, apesar de seu sucesso de vendas por muito tempo no nosso país. Conheci o nome de Cassandra participando de um evento durante meu mestrado e fui ler uma obra sua algum tempo depois disso. Fiquei, já com 25 anos, quando li uma obra sua pela primeira vez, encantada, espantada, incomodada. Uma série de sensações passaram por mim com a leitura de suas obras. Obras escritas na década de 40; de 50; de 60; de 70; de 80... Livros censurados, ridicularizados e deslegitimados tanto por uma direita opressiva quanto por uma esquerda moralista (e também, por que não, opressiva). Mas, ainda assim, sucessos de venda.

Não podemos deixar de demarcar que aquilo que não aparece nem por isso deixa de se inscrever. O que não é dito também diz algo a respeito do que se enuncia. Tendo isso em vista, e também o conceito de dispositivo discutido acima e suas linhas de visibilidade e de enunciação, retomo a pergunta feita mais acima acerca de que tipo de escuta Cassandra foi capaz de acionar para perguntar, aqui também: quais configurações de lesbianidades foram possíveis de ser enunciadas em suas obras? Que tipo de efeitos a maquinaria criada pela autora produz ainda hoje em termos de visibilidade e enunciação, de silenciamento e apagamento?

Nessa parte da discussão pretendo apresentar alguns aspectos de três obras de Cassandra Rios: *Uma mulher diferente* (1965); *As traças* (1975) e *Eu sou uma lésbica* (1980) para tentar situar e produzir alguns tensionamentos com relação à maquinaria proposta pela escritora. No capítulo acima foram discutidos alguns aspectos relacionados aos processos de subjetivação que implicam na produção dos nossos corpos e experiências. Apoiando-me nas proposições de Butler (2017) sobre o poder e também no conceito de subjetividade ativa de Lugones (2014), procurei explicitar como são complexas as relações que travamos com os regimes normativos que produzem o campo social e que, por sua vez, produzem nossas próprias perspectivas, experiências e relações. Procurarei, ao longo deste capítulo, explicitar algumas das complexidades que compõem os livros e as personagens de Cassandra, entendo-

as como fruto de relações singulares com os regimes normativos vigentes e não como representativas de um modelo único de subversão ou de opressão.

Não seria possível, e nem é do meu desejo, fazer uma análise exaustiva de todos os aspectos relevantes das obras. Para organizar a discussão, darei ênfase a dois eixos, a saber: “do que é feito um corpo lésbico” e “práticas sexuais” que atravessam as narrativas e que me parecem potentes para ajudar a situar a estrutura de inteligibilidade produzida desde as obras e também, mais especificamente, as configurações de lesbianidades propostas e legitimadas.

## **2.1 Do que é feito um corpo lésbico**

Seguindo as proposições de Preciado(2014b), podemos afirmar que as lesbianidades são ficções político-encarnadas. Ficções porque não há uma origem fundamental, universal, que as justifiquem enquanto categoria. Não existe um critério único que possa defini-las, uma característica basilar que sirva de explicação para as suas origens. Esses critérios e essas características são sempre produzidas nos e pelos contextos e embates ético-políticos nos quais esses corpos se inserem. Político-encarnadas porque, mesmo sendo ficções, produzem realidades concretas. Produzem corpos, relações, infiltram-se nas instituições.

A alegação de que a lesbianidade surge naturalmente para alguns corpos, de que ela cresce no interior desses sujeitos independente de quaisquer relações exteriores é uma das formas de dar corpo às ficções lésbicas. Evocar a naturalidade das expressões de sexualidade é também construir ou investir em uma tecnologia de gênero específica e que produz efeitos concretos nas relações, no cotidiano, nos espaços. Essa parece ser uma das estratégias bastante endossadas nos livros de Cassandra. Nesse eixo de discussão, pretendo situar como essa estratégia aparece e quais os possíveis efeitos dela a partir das narrativas construídas principalmente nos livros “Eu sou uma lésbica” e “As traças”.

Logo nos primeiros capítulos de “Eu sou uma lésbica” já é possível perceber alusões à naturalidade da lesbianidade de Flávia. O romance foi publicado pela primeira vez em formato de folhetim na revista Status em 1980, período em que o Brasil começava a passar por um processo de redemocratização. Flávia, protagonista do livro, conduz-nos para sua infância, aos 7 anos mais precisamente, e narra sua paixão por dona Kênia, de 26 anos, amiga de sua mãe e casada com Eduardo. Acompanhamos, pelo olhar da criança, a paixão e o desejo que Dona Kênia despertava em Flávia e como esta, desde seu próprio ponto de vista, criou

estratégias para lograr um envolvimento sexual entre as duas. O romance segue nos apresentando as relações amorosas e sexuais de Flávia e os seus movimentos e percepções a respeito da sua própria sexualidade.

A narrativa dá indícios em vários momentos de que a personagem, desde ao menos seus sete anos, já se sentia atraída por uma mulher. Mas não apenas isso. Ao longo do texto vamos percebendo que Flávia atribui à natureza do seu ser a sua orientação sexual:

Segui e cheguei a um caminho de vida preestabelecido pela minha própria natureza. Não houve intimidações de ordem religiosas, nem necessidade de uma educação sexual exata, porque eu ia descobrindo e aprendendo todas as coisas referentes a sexo com muita naturalidade, como se tivesse consciência lógica da natureza humana, das funções e necessidades do corpo (Rios, 2006, p. 34).

Em um contexto social no qual a heterossexualidade aparecia enquanto naturalmente dada, Flávia nos é apresentada a partir deste mesmo pressuposto. Sua sexualidade não era fruto de algum complexo, alguma falha na educação familiar, alguma anomalia sexual. Pelo contrário. “Estava predestinado que eu [Flávia] jamais conseguiria amar a um homem, que somente outra mulher poderia fazer-me vibrar, excitar-me e fazer pulsar mais forte o meu coração”. (RIOS, 2006. p.37).

De modo geral, a experiência lésbica foi categorizada em escalas que alternavam entre a invisibilidade, a enfermidade e a aberração (ARNÉS, 2016). Laura Arnés nos explica que os medos relativos à ideia de lesbianidade se centraram, historicamente, sobre a masculinidade feminina, a anti naturalidade e os desvios ligados ao pecado e à criminalidade. Em outras palavras, como conclui a autora, as lesbianidades foram associadas historicamente ao monstruoso, à monstruosidade.

Não podemos nos esquecer também que a homossexualidade só deixa de ser caracterizada como transtorno psiquiátrico em 1973 pela Associação Americana de Psiquiatria e apenas em 1990 pela Organização Mundial da Saúde. Para além disso, a vinculação que se produz entre “mulher” e “reprodução” faz com que as lesbianidades sejam encaradas também como uma afronta aos pilares que sustentam a sociedade. Fabíola Rohden (2002), ao discutir sobre a criação da ginecologia enquanto uma área autônoma na medicina, alega que em muitas teses do século passado sobre menstruação ou puberdade feminina a vida das mulheres apareciam caracterizadas por meio dos processos que sofrem em função do preparo, do exercício e da perda de suas capacidades reprodutivas. Critério que, de acordo com a pesquisadora, não é utilizado quando se problematiza a vida masculina. Para Rohden se, de

um lado, a mulher é tratada pelo discurso médico como fundamentalmente presa à função sexual e reprodutiva, do outro, quando se fala em reprodução quase sempre se evoca a mulher, raramente o homem.

O livro *Eudemônia* (1958), de Cassandra Rios, apresenta-nos a história da personagem de mesmo nome. Mulher lésbica que é internada em uma clínica psiquiátrica por ter tido “acessos de loucura” e matado o amante de sua companheira. Apesar de o crime ser um dos motivos alegados para o internamento de Eudemônia, a narrativa deixa muito explícito o pressuposto de que essa ação foi motivada pelo descontrole característico do “transtorno” da personagem. Doutor Jasper, responsável por um tempo pelo acompanhamento direto de Eudemônia, utiliza-se desses argumentos para convencê-la da efetividade do tratamento disponível em sua clínica:

- Senhorita Eudemônia, todos aqueles que quiseram libertar-se do instinto pervertido, foram bem sucedidos em nossas clínicas. Tornaram-se criaturas normais e muitos deles hoje têm seu lar e até filhos (RIOS, 1958, p. 33).

[...]

- Eudemônia... preciso de tempo. Prometi ao seu pai que você não iria para a prisão. Você não pode ir para lá de jeito nenhum, prometi também que faria de você uma mulher igual às outras... compreende, Eudemônia, que eu somente quero ajudá-la? (RIOS, 1958, p. 35-36).

Para o médico, o sucesso do tratamento de Eudemônia estava vinculado à possibilidade de fazê-la uma mulher igual as outras, de possibilitar um futuro que envolvesse um lar e filhos para ela. A outra opção dada a Eudemônia foi a prisão. Alegando insanidade, Eudemônia teve a chance de cumprir a sua pena em uma clínica psiquiátrica paga por seu pai. Não deixa de ser perceptível que o argumento de “insanidade” para o caso de Eudemônia é sustentado pela sua ‘depravação moral e sexual’. Como assevera Rohden (2002), no campo da medicina de maneira geral e da ginecologia de modo mais específico, a mulher era compreendida como sendo governada por sua fisiologia, a qual era fundamentalmente patológica. “Perturbações ginecológicas e vacilações de espírito eram devidas aos movimentos normais da genitalidade feminina. Essa perspectiva deu origem a uma série de teorias explicativas das propensões criminosas da mulher” (ROHDEN, 2002, p. 118).

De acordo com Angela Davis (2003), a criminalidade masculina sempre foi considerada mais “normal” que a feminina. Para a autora, sempre houve uma maior tendência a considerar mulheres que foram publicamente punidas pelo Estado como mais aberrantes e ameaçadoras do que seus muito mais numerosos colegas homens. Os condenados punidos com encarceramento no sistema penitenciário emergente eram primariamente homens. Isto

reflete, como pontua a autora, a profunda estrutura gendrada dos direitos legais, políticos e econômicos. Se às mulheres era negado o status público de indivíduos com direitos individuais, então elas não poderiam ser facilmente punidas por meio da privação destes direitos.

Mesmo que a prisão tenha emergido como a principal forma de punição pública, as mulheres continuaram sujeitas a formas de punição que não eram tão conhecidas ou visibilizadas. Ainda conforme Angela Davis (2003), estas sempre foram encarceradas em instituições psiquiátricas em proporções muito maiores do que em prisões. Nesse sentido, pode-se afirmar que enquanto as prisões foram as instituições dominantes para controle dos homens, as instituições psiquiátricas serviram a um propósito semelhante para as mulheres (DAVIS, 2003). Homens desviantes foram construídos como criminosos enquanto mulheres desviantes foram construídas como insanas.

Para além disso, Angela Davis (2003) aponta também para alta sexualização da categoria de insanidade, tendo em vista seu gendramento como feminina. Se se considera os impactos de classe e raça nessa equação, Davis conclui que enquanto para mulheres brancas e de classe média ou alta essa equalização servia como fundamento para evidenciar transtornos mentais e emocionais, para mulheres negras e pobres apontava para a criminalização de suas práticas e experiências. Enquanto homens criminosos foram considerados indivíduos públicos que simplesmente violaram o contrato social, mulheres criminosas eram vistas como tendo transgredido princípios morais fundamentais da feminilidade.

É importante notar que acionar a ideia de que a lesbianidade é tão natural quanto a heterossexualidade é, em boa medida, fazer frente aos discursos vigentes, principalmente à época da publicação de Eudemônia (1958). Questionar o pressuposto de que a lesbianidade é fruto de uma patologia ou um desvio de caráter tinha também, como efeito, fissurar o imaginário que vincula feminilidade com reprodução e filiação:

Tenho vinte e oito anos, doutor Jasper, se pretende realmente suggestionar-me, ou persuadir-me, asseguro-o de que não o conseguirá, se pretende hipnotizar-me fazendo-me crer que sou uma mulher influenciada por convenções sociais relativas ao sexo, tenha certeza de que não o conseguirá e que a terapêutica electrotérmica e a psicanalítica redundarão em uma tragédia. Se espera que eu mude por vontade própria, morrerei naquele quarto de onde fugi hoje, velha e sem ter vivido, esta vida que poderia ser a mais bela das quimeras (RIOS, 1958, p. 34-35).

Ao explicar e vincular a lesbianidade a uma experiência natural tanto quanto a heterossexualidade o romance questionava, em boa medida, discursos bastante vigentes à

época com relação a como deve se organizar a vida de uma mulher. Com relação à naturalização das sexualidades dissidentes com o objetivo de legitimá-las como “normais”, é importante demarcar alguns dos embates que estavam acontecendo ao longo da segunda metade do século XIX e do século XX. De acordo com Gilda Paoliello (2016) é no século XIX que se iniciam os estudos científicos acerca da homossexualidade. Em meados deste século, psiquiatras não eram considerados profissionais com o mesmo prestígio e credibilidade que médicos de outras especialidades.

Wilhelm Griesinger, chefe do Departamento de Psiquiatria da Universidade de Berlim em 1860 (PEREIRA, 2007), propõe uma reforma psiquiátrica com o intuito de reverter o status da Psiquiatria. Para Griesinger, esta transformação deveria advir da constatação de que pacientes considerados doentes mentais são pessoas com transtornos de nervos e do cérebro (PAOLIELLO, 2016). É dentro desse contexto reformista que surgem os trabalhos de Karl Ulrichs, importante advogado alemão que, por conta de sua homossexualidade declarada, foi demitido de um importante cargo público. Entre 1864 e 1868, Ulrichs publica panfletos afirmando que o amor entre dois homens é tão natural quanto o amor entre um homem e uma mulher. O advogado tinha como objetivo fazer com que suas ideias fossem difundidas e encontrar algum apoio entre o meio médico.

Karl Westphal, professor da Universidade de Berlim, endossando os preceitos de Ulrichs, publica dois estudos de caso envolvendo um homem e uma mulher “que sofriam de atração sexual por pessoas do mesmo sexo” (PAOLIELLO, 2016, p. 33). O médico desenvolve um novo diagnóstico caracterizando esse sentimento como congênito e não como contrário à natureza, o que lhe dá subsídios para criticar as leis contra práticas homossexuais. Seu trabalho é considerado o primeiro estudo médico sistematizado sobre a homossexualidade. No entanto, os estudos do autor culminavam também em outras conclusões: afirmavam que a homossexualidade trazia consigo, quase sempre, associações com outras doenças mentais, o que endossou decisivamente a patologização da homossexualidade (PAOLIELLO, 2016).

Com o objetivo de fazer frente a patologização da homossexualidade, em 1897 Magnus Hirshfeld, médico alemão assumidamente gay, funda junto de outros colegas o Comitê Científico Humanitário intencionando revogar o parágrafo 175 da lei alemã (PAOLIELLO, 2016). Para tanto, procuravam explicar cientificamente a homossexualidade como algo natural. Em 1886 foi fundada, nos Estados Unidos, a *Association of Medical*

*Superintendence of American Institution for the Insane* que se transforma, em 1921 na *American Psychiatric Association (APA)*, que já incluía logo de início a homossexualidade como doença sexual (PAOLIELLO, 2016). Em 1952 a APA publica o primeiro volume do DSM, no qual a homossexualidade aparece como Desvio Sexual. Esse diagnóstico se mantém até 1973.

A publicação dos estudos de Alfred Kinsey, entre 1948 e 1953, que apontavam para a variabilidade das práticas sexuais humanas, de Evelyn Hooke, em 1957, que concluía que a incidência de doenças mentais é semelhante entre homossexuais e heterossexuais, e de Tomas Szasz, em 1960, que acusava psiquiatras de se utilizarem dos diagnósticos como estratégias de poder e de influência, foram determinantes no processo de despatologização da homossexualidade e da sua retirada do rol de doenças mentais categorizadas pela APA. Também foi decisiva a tomada do congresso da APA em 1970 por ativistas gays, logo após a invasão do bar Stonewall, denunciando as atitudes patologizantes como um dos principais fatores para endossar as violências sofridas por homossexuais.

Não se pode deixar de frisar o quanto a naturalização das práticas sexuais dissidentes não foi uma estratégia de uso pessoal de Cassandra. Foi também, em grande medida, uma estratégia potente de grupos diversos para responder à patologização das homossexualidades e à homofobia de modo geral. Ulrichs, como retoma Preciado (2019) afirmava que os uranistas não eram nem enfermos nem criminosos, mas sim almas femininas presas em corpos masculinos e que se sentiam atraídas por almas masculinas. Para além disso, é importante pontuar o fato de que Ulrichs não afirmava que existiam uranistas, mas sim que ele mesmo o era:

No dice «hay uranistas», sino «yo soy uranista» y lo afirma, en latín, el 28 de agosto de 1867, después de haber sido condenado a prisión y de que sus libros hayan sido prohibidos, frente a un congreso de quinientos juristas, frente a los miembros del Parlamento alemán y a un príncipe bávaro: un público ideal para esa suerte de confesiones. (PRECIADO, 2019, p. 21-22).

Ulrichs foi o primeiro “enfermo sexual e criminoso” que tomou a palavra para questionar as categorias que o construíram enquanto tal (PRECIADO, 2019). Assim também Eudemônia enfrenta as normas da instituição psiquiátrica na qual estava internada alegando que se o que esperavam dela era uma mudança por conta própria então morreria no quarto sem ter vivido o que poderia ser a mais bela das quimeras. Também Flávia e Andrea falam em primeira pessoa sobre suas próprias experiências. A palavra em primeira pessoa tem a

potência de possibilitar uma reorganização dos signos já consolidados, uma transformação dos sistemas políticos que definem um corpo como são ou como enfermo, como legal ou ilegal.

Como assevera Laura Arnés (2016) fugir aos modelos de gênero e/ou de sexualidade muitas vezes implica em uma fuga da humanidade. A própria categoria de “humano”, como discute a autora, só existe enquanto categoria generificada e os termos que permitem a um corpo ser reconhecido enquanto humano são articulados socialmente e, portanto, variáveis. Estas articulações se constroem a partir de normas sociais, as quais estão fundamentadas em imperativos cisheterossexuais, de modo que a cisheteronormatividade é um dos fundamentos responsáveis pelo tipo de forma que assume um corpo considerado humano.

Também Andréa, em “As traças” sentia que sua sexualidade era algo natural, que se manifestaria de um jeito ou de outro em algum momento. O romance foi publicado pela primeira vez em 1975. A narrativa é feita em terceira pessoa, sempre desde a perspectiva de Andréa, jovem branca da classe média paulistana. Ao longo dos capítulos podemos conhecer um pouco da dinâmica interna da família da personagem composta por seu pai, mãe e irmão, e também sua chegada em uma nova escola e o estabelecimento de novas relações com colegas da classe. Andréa conhece Berenice, sua nova professora de história, logo no primeiro dia em que chega à escola e acompanhamos o envolvimento das duas no desenrolar da trama, bem como as descobertas, dramas, desejos e concepções de Andréa sobre seu corpo e sua sexualidade:

Andréa percebeu a germinação da semente no chão virgem dos seus sonhos ainda não realizados. Uma semente oculta na profundidade do ser e que até então nenhum raio de sol atingira para atizar a vida, para fazê-la estender raízes, e agora o sorriso daquela mulher a aquecia para que se retorcesse na vibração pujante, para se abrir e brotar! Era um fiozinho de arrepio que a percorria toda, num reconhecimento do solo onde se plantara! [...] Há muito tempo pressentia que alguma coisa assim estava oculta dentro dela e que iria manifestar-se de modo que não pudesse mais negar o que sabia de si para si mesma (RIOS, 2005, p. 14).

Essa passagem tão sensível ressoa em mim. Se me lembro da minha adolescência, dos momentos em que olhando no espelho ainda não tinha coragem de dizer em voz alta aquilo que eu sentia, sinto também o arrepio que percorria o corpo de Andréa percorrendo o meu corpo adolescente. Sinto também esse pressentimento me olhando no espelho da criança que fui e que sentia que sabia que alguma coisa nela era diferente. E que se abriria, que brotaria. A naturalidade que muitas vezes reveste aquilo que sentimos pode ser compreendida como uma

tecnologia extremamente refinada de produção dos corpos (PRECIADO, 2014). Ainda seguindo as proposições de Preciado, é importante nos atentarmos para a questão de que uma das formas mais potentes de controle da sexualidade não deriva das proibições de determinadas práticas, mas sim justamente da noção de que determinados prazeres e desejos derivam de predisposições naturais que se atualizam em determinadas identidades sexuais. Não é sem efeitos que essas tecnologias se disseminam.

Essas proposições me fazem pensar, no que se refere às discussões propostas neste texto, na pessoa de Cassandra Rios. Escritora que considerava seus escritos um “trabalho limpo, objetivo e honesto, moralista e bem feito, na sua forma simples e popular, nunca pornográfico.” (RIOS, 1977, p. 10). Perseguida pela ditadura, censurada, caluniada. Consciente das muitas estratégias que deveria criar para burlar, o máximo possível, os efeitos da censura de suas obras, as críticas ácidas e destrutivas às suas personagens e à sua própria vida:

[...] apenas tento acompanhar o ritmo em sinal de respeito às autoridades, não quero insurgir-me contra ninguém, tão somente tenho que prosseguir e crer que estou de acordo com as normas vigentes e podar minha arte como um jardineiro que se vê obrigado a plantar só margaridas porque o jardim onde ele trabalha não é só dele e as rosas com seus espinhos devem ficar conservadas numa redoma de espera para sua aprovação e aceitação. Por isso pergunto: Permitem-me senhores? (RIOS, 1977, p. 13).

Uma das estratégias que me parece bastante presente em suas obras, mais especificamente em “Eu sou uma lésbica” tem a ver com uma tentativa de apresentar um modelo de lesbianidade “genuína”. Flávia, como já mencionado, é apresentada como naturalmente lésbica o que lhe confere, desde a perspectiva da narrativa, uma legitimidade muito maior do que, por exemplo, a de lésbicas masculinas “que querem imitar homens”, ou daquelas que “engana[m] o homem com as suas dissimulações” (RIOS, 2006, p. 143). Flávia é uma personagem cis, branca, que atrai os garotos, classe média, magra, sem deficiências. Apesar de dona Kênia, por quem Flávia era apaixonada, não ser apresentada diretamente em termos estéticos, temos alguns vislumbres de como seria sua aparência: “[...] deitada ali na cama de dona Kênia, ao seu lado, sentindo o seu perfume, encantada com a cor maravilhosa dos seus cabelos dourados e longos. (RIOS, 2006, p. 25). Também em outra passagem quando Flávia encontra Núcia pela primeira vez: “E ali estava, cabeleira loira, olhos azuis, boca polpuda, corpo esguio, sandálias de salto fino, tiras coloridas, unhas dos pés esmaltadas de vermelho. O detalhe excitante. Não era Kênia. Mas era tão linda quanto ela. (RIOS, 2006, p.

48-49). Para legitimizar um modelo de lesbianidade possível, Cassandra aciona uma maquinaria que é estruturada entre outras coisas pelos privilégios da branquitude sem, contudo, apresentá-los enquanto tal.

Como pontua Vieira (2010) a bissexualidade e a masculinidade feminina são rechaçadas fortemente nas obras de Cassandra. Aquela entendida como uma espécie de traição às mulheres e fruto de mau caratismo. Já as sapatonas masculinas são insistentemente apresentadas desde um modelo de desumanidade, abjeção:

E fomos ao apartamento da tal Bia. Como eu supusera: uma machona, como as que eu já vira na rua e que me causavam repulsa e aversão. Metida a homem, andar de fanfarrão, impostando a voz, sacudindo as pernas arreganhadas, como se tivesse um enorme saco entre elas, gesticulando, falando do seu caso como se falasse de uma mulher-objeto. [...] Fiquei acompanhando com o olhar aquela deformidade que até dera à luz (RIOS, 2006, p. 66-67)

Bia nos é apresentada não apenas como uma machona, mas como uma deformidade. Como uma coisa, menos que humana. Para além disso, Flávia marca sua distinção com relação à Bia em termos não só de performance de gênero. “Núcia olhou para mim sem graça e pediu desculpas. Ela estava começando a perceber a diferença entre eu e aquele tipo. O aspecto, o nível, a classe, a genuinidade”. (RIOS, 2006, p. 67). A desumanização de Bia nessa passagem tem a ver com os atravessamentos de marcadores sociais que estão para além de sua sexualidade e expressão de gênero. Fosse Bia uma sapatona rica, elegante, que não “sacudisse as pernas arreganhadas”, talvez sua masculinidade não causasse tamanha aversão a Flávia.

A genuinidade da lesbianidade advogada por Flávia tem a ver, portanto, com critérios que extrapolam sua sexualidade. Flávia necessita criar um outro abjeto para que sua genuinidade seja possível e legitimada. Ela, em dado momento, acredita que “tipos como Bia e Marlene são responsáveis pelas coisas terríveis que propagam a nosso respeito [a respeito das lésbicas].” (RIOS, 2006, p. 93). Flávia representa, como pontua Carolina Castellanos Gonella (2019) um tipo específico de lesbianidade: aquela que nunca teve interesse por homens, que é de classe média alta, branca, sem deficiências. Para além disso, a autora nos chama a atenção para o fato de que ao longo do livro os privilégios que situam a experiência de Flávia não são explicitados. Nem tampouco, as possibilidades de experimentação de seu próprio corpo, de sua sexualidade desde esses lugares também de privilégios.

É interessante notar, contudo, que a narrativa predominante de aversão às expressões de masculinidade feminina têm também, no decorrer do livro, alguns contrapontos. Durante o transcorrer de uma festa de carnaval em um clube, na qual havia boatos de que não seria

permitida a entrada de homossexuais, acompanhamos um policial interceptando a entrada de um grupo de gays e lésbicas e uma briga consecutiva. Ao longo da briga, outros policiais se aproximam e conseguem levar “uma machona” (assim descrita) com eles. Flávia assiste a cena com seu grupo de amigos. “Meu grupo estava igualmente atônito, assistindo ao deprimente espetáculo, e resolvemos que o melhor seria começar a criar um clima alegre entre nós, já que nada poderíamos fazer por aquela pobre infeliz que fora barrada por ser lésbica”. (RIOS, 2006, p. 99). O carnaval segue e algumas páginas depois acompanhamos uma reviravolta do grupo que estava com a mulher que fora levada pelos policiais.

A gritaria e o corre-corre eram promovidos pela turma da machona, que lhe dera cobertura, fazendo-a escapar sem que os guardas ficassem sabendo quem desferira o violento golpe na cabeça do branquicelo e despeitado amante da Rainha do Carnaval, que saía de lá, nesse ínterim, correndo pelas escadas do aeroporto, puxando pela minha mão (RIOS, 2006, p.107).

Apesar das descrições em tom pejorativo acerca de integrantes do “grupo estranho de machonas e bichas” (RIOS, 2006, p. 107) que se defendia do acosso policial, ele estava presente no texto. A narrativa deixa explícito que “a machona” estava sendo barrada por ser “machona” e não por algum possível delito ou “mau comportamento”. Para além disso, ela ainda cria a cena de modo a que o grupo pudesse, coletivamente, resgatar sua amiga das garras do policial que a levava.

Em “As Traças” também podemos notar um certo deslocamento no diálogo travado entre Andréa e Rosana:

- Rosana, vamos embora, isso é o fim do mundo. Essas mulheres assim vestidas, andando desse jeito, o que pensam? Que são homens? Aquela grandalhona parece chofer de caminhão. Meus Deus, será que não sabem ser lésbicas sem imitar homens?
  - Rosana suspirou e olhou de lado, pôs a cabeça para fora do carro, deu ré, esterçou e saiu.
  - Já olhou para mim? Já conseguiu me imaginar de vestido?
  - Vejo você todos os dias de saia.
  - E o que pareço?
  - Uma mulher.
  - Não me acha esquiata? Não acha que fico melhor de calças compridas?
  - Bem, de certo modo, sim. Mas não vêm ao caso, você não tem a aparência dessas que acabamos de ver.
  - E que tipo tenho?
- Andréa sentiu-se encurralada (RIOS, 2005, p. 150).

Apesar de a personagem Rosana aparecer no romance por meio da descrição de Andréa, neste diálogo podemos perceber uma tentativa de deslocar a figura da lésbica masculina de um lugar de pura abjeção. A sensação que Andréa tem de ter sido encurralada

pode ter a ver com ter sido questionada ali mesmo nos limites dos seus próprios padrões de legibilidade, de inteligibilidade acerca do que é um corpo lésbico legítimo, possível.

A masculinidade é, em nossa sociedade, associada quase que automaticamente ao poder e à legitimidade (HALBERSTAM, 2008). No entanto, Halberstam já nos aponta para várias outras possibilidades de identificação desde as masculinidades que diluem ou dispersam o seu poder em relação à raça, gênero, sexualidade, classe. A masculinidade só se torna inteligível e legítima quando encarnada nos corpos de homens cis brancos heterossexuais. A masculinidade feminina coloca em xeque os modelos hegemônicos que organizam como devem ser os gêneros. Para além disso, ela é questionada tanto desde perspectivas heteronormativas quanto também desde perspectivas feministas (HALBERSTAM, 2008). Assim a narrativa descreve os pensamentos de Andréa sobre o que é ser “essencialmente homossexual”:

Podia entender muito bem e estabelecer que, assim como existem depravações e anomalias entre os heterossexuais, haveria também entre os homossexuais. Assim ela apontava mulheres neuróticas que se vestiam como homens, queriam agir como homens e, por hábito, acabavam mesmo se embrutecendo, num erro de escolha do tipo para imitar. Entre os homossexuais, destacava os bissexuais com lástima, os depravados, os masoquistas, os sádicos entre tantas outras degenerações. Mas se sentir essencialmente, genuinamente homossexual, lésbica, era lindo, puro, NORMAL. Ela pensava que a força da palavra sobressaía como se em negrito em sua mente (RIOS, 2005, p. 81-82).

Também em “Eu sou uma lésbica” podemos acompanhar as impressões de Flávia sobre um grupo de lésbicas que conheceu:

Fortes mulheres, com volumosas tetas, voz grossa e panca de homem, com filhos e até amantes – falsas pervertidas, sempre dispostas a flertar, fosse comigo, com uma lésbica qualquer ou mesmo com homens-, essas machonas, sacudindo os tetões como se fossem suas armas, granadas que iriam explodir nada mais do que leite na cara de todo mundo, é que saíam à frente de um falso movimento de emancipação da mulher, ridicularizando e levando ao mais baixo nível tudo o que se pudesse pensar a respeito de lésbicas, confundindo um movimento de classe social por direitos iguais aos dos homens, no recebimento de honorários e no reconhecimento de méritos vocacionais, com liberdade sexual (RIOS, 2006, p. 96).

A masculinidade feminina é sempre apresentada como algo perigoso, negativo e, para além disso, algo que precisa ser corrigido (PLATERO, 2009). A autora assevera que tanto a representação da masculinidade feminina como algo a ser rechaçado quanto da lesbianidade como uma tragédia alimenta e justifica a lesbofobia e a transfobia como formas de controle social legítimas. As masculinidades femininas produzem também fissuras nos modelos binários de identificação e subvertem tanto a heteronormatividade quanto a diferença sexual o

que geralmente produz, como nos diz Platero, uma reação por parte daquelas e daqueles que pretendem manter a legitimidade dessas normas.

A dissidência aos modelos vigentes de masculinidade não se produzem apenas desde as masculinidades femininas. Também as transmasculinidades fissuram e deslocam essa maquinaria. Estas podem ser um lugar desde onde questionar tanto discursos vigentes com relação à sociedade de modo geral quanto também com relação aos discursos hegemônicos em meios marcadamente heterodissidentes.

Érika Sarmet (2018) escreve um capítulo no livro “Explosão Feminista” para explorar alguns dos caminhos percorridos pelo movimento lésbico no Brasil. A autora destaca, desde as proposições de Patrícia Lessa, três grandes momentos do movimento lésbico no nosso país: o primeiro deles se organizaria em torno da reivindicação de uma pauta identitária, da visibilização das mulheres lésbicas e de sua diferenciação com relação tanto aos homens gays quanto às mulheres heterossexuais; o segundo momento se referiria à “onguização” dos movimentos sociais e o terceiro à midiatização e proliferação de sites e redes virtuais estruturando as pautas e organizações de movimentos e coletivos.

A autora inclui o que considera uma quarta onda do movimento lésbico no Brasil que se inicia por volta de 2015 e é marcada por um boom do feminismo nas redes sociais. Como características desse momento a autora elenca: “[...] o uso intenso das redes sociais como plataforma de comunicação; as festas como agenda política; a exaltação de uma cultura lésbica do orgulho; a volta de coletivos atuantes; e a importância de pautas extremamente invisibilizadas, como o racismo, a gordofobia e a transfobia” (SARMET, 2018, p. 384). É nessa parte do texto que Sarmet inclui a discussão sobre transfobia dentro dos coletivos e organizações lésbicas e afirma que “talvez hoje, mais do que nunca, a transfobia seja um dos grandes preconceitos que as lésbicas que lutam pelo fim das opressões do sistema heteropatriarcal capitalista devem procurar desconstruir em si próprias” (2018, p. 396). A pesquisadora termina o capítulo enfatizando que mulheres trans “existem, resistem, e algumas delas também fazem parte da nossa comunidade” (2018, p. 399).

Apesar da relevância dos apontamentos feitos por Érika Sarmet, parece-me necessário pontuar alguns aspectos. As relações entre comunidades trans e lésbicas já existiam desde o início do surgimento desses grupos e, portanto, também as tensões e violências. Para além disso, essa relação não se pautava somente entre corpos femininos. A edição de 1982 do jornal “Chana com chana” traz em uma de suas colunas um texto intitulado “Carta para Sandra

Mara”, que presta uma homenagem a Anderson Herzer ao mesmo tempo em que denuncia as violências das mais diversas ordens sofridas por ele. Herzer é sempre tratado no feminino, ainda que o próprio texto reconheça que ele gostava de ser chamado de “Bigode” e que assinou seu livro “A queda para o alto” com o nome de Anderson Herzer:

Sandra Mara amava as mulheres numa sociedade ultra-misógina onde apenas o masculino é positivo e tudo é feito para satisfazer as necessidades e anseios dos homens. Talvez por isso, supondo ser incompatível a força e o feminino, o valor e o feminino, tenha se transformado em “Bigode”. Mas não cabe a nós criticá-la, pois Sandra Mara, o “Bigode”, tinha em sua essência o feminino, não o feminino dos estereótipos, mas aquele que transcende e não se conforma, preferindo até mesmo o suicídio” (CHANA COM CHANA, 1982, p. 07).

A explicação encontrada pelo Jornal para justificar a identificação de gênero masculina de Herzer foi justamente a de compreender essa escolha como fruto simplesmente da experiência de opressão feminina e da negação de tudo o que se vincula a esse lugar. Na edição subsequente, o jornal traz uma coluna, assinada por Rosely, que aborda o livro “A queda para o alto” escrito por Herzer. Uma vez mais o texto trata Herzer sempre no feminino mesmo reconhecendo que o livro autobiográfico é todo escrito no masculino. O texto sugere que “talvez [Herzer] pensasse que para ser lésbica teria que optar: ou ser o ‘homem’ e seguir seu consequente ‘modelo’, ou ser a ‘mulher’ e seguir o outro também ‘consequente modelo’”. (CHANA COM CHANA, 1983, p. 05).

As discussões acerca da transgeneridade já estavam atravessando os movimentos e coletivos lésbicos nessa época e já geravam tensionamentos e visões estereotipadas. Nesse sentido, não simplesmente esse talvez seja um dos momentos em que “a transfobia seja o maior preconceito que lésbicas precisam desconstruir”, conforme afirma Sarmet, mas também esse talvez seja o momento em que precisamos olhar para a história da construção do movimento lésbico e do apagamento da sua interrelação com as transmasculinidades de modo mais específico, e com as transgeneridades de modo geral.

As relações entre transgeneridades e lesbianidades não passam somente pelos corpos de mulheres cis e trans lésbicas. A não menção aos corpos transmasculinos no texto de Érica Sarmet nos diz também da ausência de um debate mais profundo entre dissidência de gênero e dissidência sexual. Apesar do esforço que se faz no sentido de diferenciar o que é identidade de gênero do que é orientação sexual, não podemos deixar de considerar, como já comentado nessa tese mais acima, os efeitos de um lugar sobre o outro. Tanto corpos transmasculinos

quanto cislésbicos operam fissuras nos pressupostos básicos que fundamentam o que é ser um corpo com vagina.

Essas aproximações não se traduzem em experiências que se equivalem, no entanto, é importante apontar para pontos de convergência entre experiências de dissidência que podem produzir, também, violências específicas. Camilo Braz e Érica Renata de Souza (2016) afirmam que a consolidação da categoria de homens trans e a participação mais efetiva destes dentro do movimento trans no Brasil remonta à primeira metade da década de 2000. Disso não decorre que já não existissem experiências de transmasculinidades organizadas a partir de outros critérios ou denominações. Como exemplo podemos pensar na vida de Anderson Herzer, citado logo acima.

A construção de um conceito, de uma nomeação para determinadas experiências não implica em que estas sejam produzidas naturalmente, estando simplesmente a espera de que alguém as descubra e as nomeie. No entanto, a criação de uma palavra, de uma categoria, tem como um de seus efeitos a possibilidade de criação de identificações entre as pessoas e também de estratégias de aproximação e alianças. É necessário no entanto, demarcar a necessidade de nomear também as experiências normativas, que ganham o estatuto de natureza. Letícia Nascimento (2021) defende a utilização do conceito de cisgeneridade, discutido mais acima nessa tese, como um conceito capaz de desnaturalizar a suposta matriz original que pressupõe a existência de experiências dissidentes como simples desdobramentos subalternos da norma. Para a autora:

apesar de todos os gêneros passarem por um processo de materialização a partir de práticas discursivas sobre o sexo, os corpos cis gozam de um privilégio capaz de colocá-los em uma condição natural, como sexo/gênero real, verdadeiro, na medida em que as transgeneridades são caracterizadas como uma produção artificial e falseada da realidade cisnormativa (NASCIMENTO, 2021, p. 97).

Também João Nery aponta para a dificuldade de encontrar palavras para nomear suas experiências:

Quando entrei na adolescência, ainda não existia sequer o conceito de transexualismo. Eu me sentia um homem, com um físico inexpressivo, que não convenciam ninguém. Eu não me via de forma alguma como homossexual, embora os outros assim o fizessem. Desconhecia outra 'categoria' na qual pudesse me enquadrar e tampouco sabia de pessoas iguais a mim. Sentindo-me um fenômeno único e sem o amparo de explicações, travava uma batalha tenaz contra a marginalização (2011, p. 27).

O livro de João Nery foi publicado pela primeira vez ainda na década de 1980. O autor já apontava para a ausência de um conceito que pudesse fazer jus a como se sentia com relação ao seu próprio corpo ou às suas experiências. É importante lembrar que ainda na década de 60, Cassandra Rios já escrevia o livro “Uma mulher diferente” legitimando a identidade de gênero de uma mulher trans, Ana Maria. “- Não, sou franca. Feminalize o sujeito, por favor, quando se dirigir a e referir a mim, sou Ana Maria! Meu nome é esse! Sou uma espécie diferente de mulher, apenas isso!” (RIOS, 1975, p. 171).

Durante o desenrolar da trama acompanhamos Grandão ao longo de uma investigação para descobrir quem teria assassinado Ana Maria. O livro, narrado em terceira pessoa e situado desde a perspectiva de Grandão, já inicia anunciando o assassinato de Ana Maria, uma moça muito bela, que logo ficamos sabendo que tinha um pênis. Grandão procura assiduamente descobrir quem teria sido o autor desse crime e, por meio de suas investigações, vamos conhecendo um pouco da história de Ana Maria e dos seus envolvimento amorosos com alguns homens. O mesmo livro traz também um outro personagem que transita entre os lugares de gênero: “a Pedrinho”.

Pedrinho é um personagem que se relaciona amorosamente com Marcela, esposa do Dr. Barbosa, homem que se envolveu sexualmente com Ana Maria. Grandão vai até a casa de Dr. Barbosa para colher informações sobre seu relacionamento com Ana Maria e investigar se ele poderia ser o assassino da moça. Dr. Barbosa conta que conheceu Ana Maria em uma festa que sua esposa costumava dar em sua casa. Ele conta a Grandão que surpreendera sua esposa, Marcela, com outra mulher em sua casa. Em sua concepção, esse “hábito estranho” foi adquirido na Europa, de onde sua mulher regressara havia pouco tempo. Depois desse episódio, Dr. Barbosa começou a prestar mais atenção no modo de vida de sua esposa, nas suas conversas e ligações. Com o tempo, Marcela começou a compartilhar com seu marido suas aventuras amorosas e os lugares pelos quais circulava:

Marcela se foi abrindo para mim e até ficava noites inteiras bebendo comigo a falar de suas aventuras dos lugares onde ia conquistar suas mulheres e os tipos que lhe agradavam. Tinham que ser diferentes... E sabe o que me disse? Indigne-se, homem!  
 - O que foi que ela disse?  
 - Que muitas eram mais homens do que eu! (RIOS, 1969, p. 143).

Se retomarmos a personagem de Pedrinho, criada por Cassandra na década de 1960, podemos dizer que é nebulosa a linha que separa uma experiência de masculinidade cisfeminina de uma experiência de transmasculinidade. Podemos nos perguntar, por exemplo:

estaria Marcela fazendo menção no trecho destacado acima ao fato de que mulheres podem performar uma masculinidade que seja maior ou equivalente a dos homens ou ela fazia referência a experiências de corpos transmasculinos naquele contexto?

As possibilidades de autoidentificação e também os modos pelos quais as pessoas interpretam e experimentam as masculinidades são heterogêneos e flexíveis (BROZ, 2017). Em artigo no qual se propõe analisar as trajetórias de vida de pessoas transmasculinas na Argentina, Mariana Álvarez Broz afirma que muitas destas biografias fazem aparecer experiências limiares que “desde el lugar desde donde se las mire, bien pueden ser leídas e interpretadas como de mujeres lesbianas o bien como de masculinidades femeninas porque la disputa se da a partir de la tensión entre los marcos de la sexualidad y la identidad de género (Valentine, 2007, p. 155)” (2017, p. 239). Para além disso, a autora pontua que, se é certo que em muitos momentos as transmasculinidades foram incluídas erroneamente na história lésbica, também é verdade que algumas experiências de transmasculinidades começaram seu caminho como experiências lésbicas.

El tránsito por el lesbianismo constituye, para algunos, un refugio donde se detienen o un pasaje hacia la construcción de la masculinidad que va alumbrando y ordenando las piezas del género y del deseo sexual, y donde se ponen en juego las fronteras entre las identificaciones (y las etiquetas) que les adjudican los demás y las autoconstrucciones que ellos mismos van experimentando en su trayecto (BROZ, 2017, p. 253).

Em uma noite, Dr. Barbosa foi com Marcela para uma festa que sua esposa frequentava, lugar em que conheceu Ana Maria. Nessa festa Dr. Barbosa conheceu também Pedrinho. “Teve até vergonha de Marcela. Era a única que tomava certas atitudes indecorosas beijando aquela jovem de cabelo muito rente, que lhe fora apresentada como: <<Pedrinho>>” (RIOS, 1969, p. 149). O nome de Pedrinho sempre aparece escrito dessa forma na edição de 1969. “Ela ia para onde quisesse ir. Voltava! Isso era o importante. Tão importante que nem fez cara feia quando <<a Pedrinho>> se instalou na casa deles e encheu um armário de <<terninhos>> e outras roupas masculinizadas para viver com Marcela e às custas dele!” (RIOS, 1969, p. 165).

Apesar de uma indefinição no que se refere à categorização da personagem Pedrinho não se pode deixar de frisar que em nenhum momento Pedrinho é descrita como um corpo anormal ou doente sob sua própria perspectiva ou sob a perspectiva de Marcela. No entanto, é importante que uma questão seja lançada: que tipo de forças estavam operando naquele momento que possibilitaram a reivindicação e a sustentação de uma identidade transfeminina

e, ao mesmo tempo, a fluidez ou indeterminação de uma possível experiência transmasculina? Quais os efeitos dessas diferenças?

A categoria de lesbianidade genuína, ou de uma essência lésbica, que aparece tanto em “Eu sou uma lésbica” quanto em “As traças” necessita manter contornos rígidos em torno dos seus limites para se ver assegurada. Se a masculinidade feminina é algo a ser rejeitado, tendo em vista a sua associação com o lugar dos homens, de mulheres que querem imitá-los, que são agressivas e violentas, também a feminilidade pode ser suspeita. As mulheres que são apresentadas como genuinamente lésbicas ao longo dos romances sempre apresentam um quê de androginia, de dubiedade. Assim Andréa observa a aparição de Berenice:

O SP2 encostou no meio-fio. Andréa estremeceu. Viu a perna dela aparecer pela abertura da porta, depois a outra. Eram perfeitas, lindas, gostosas de olhar. Saiu do carro. Estava trajada com simplicidade. Saia curta, blusa branca colada ao corpo. Era uma mulher bem-feita de corpo. Bonita mesmo. Estranhamente bonita, na sua dúbia feminilidade (RIOS, 2005, p. 80).

Essa dúbia feminilidade de Berenice não aparece em nenhum momento associada a uma postura marcada como masculina. Também Flávia faz questão de diferenciar sua androginia de uma performance masculina:

Não gostava de homens para sexo, mas para amizade. Imitá-los, nunca! Sentia-se muito bem na minha condição de homossexual, sem precisar caracterizar-me ou realizar performances de machão para agradar as mulheres. O modo como eu gostava de me vestir nada tinha a ver com masculinidade, ou com a minha androginia (RIOS, 2006, p. 66).

Para Joan Nestle (1984) as lésbicas femininas (fems) se tornaram vítimas de uma dupla omissão: no passado elas não apareciam como sendo diferentes o suficiente das mulheres heterossexuais para serem consideradas como transgressoras dos tabus de gênero e nos dias mais atuais elas não parecem ser consideradas feministas o suficiente, mesmo em seus contextos históricos, para merecer atenção ou respeito por serem mulheres transgressoras das normas. É como se a feminilidade estivesse sempre a serviço da heterossexualidade. A autora pontua também que uma “fem” é frequentemente vista como uma lésbica agindo como uma mulher heterossexual e que não é uma feminista – uma leitura equivocada sobre auto-apresentação que transforma uma linguagem de um desejo mais livre no silêncio da colaboração, da convivência. Uma conversa erótica entre duas mulheres acaba sendo completamente ignorada, como conclui Nestle (1984), não somente por homens mas também por outras mulheres, muitas dessas em nome de um feminismo-lésbico, inclusive.

Se a feminilidade é compreendida como estando sempre a serviço da heterossexualidade, podemos pensar que o contrário também é verdadeiro. Ou seja, a heterossexualidade também pode ser uma forma de legitimar a feminilidade de um corpo. Em “Uma mulher diferente” acompanhamos Ana Maria pelo olhar de Grandão, dos homens com quem ela saiu e também de uma senhora que vivia perto de sua casa e a quem ela ajudava financeiramente. Ana Maria é sempre descrita como uma mulher extramente bonita, feminina, atraente e capaz de loucuras pelos homens que amava. Assim sua irmã a descreve quando interrogada por Grandão:

Foi sempre muito sentimental... creio que sofreu algum distúrbio psíquico, quis a princípio ajudá-lo. Levei-o a médicos, mas de nada adiantou... tudo se acentuava mais, até que tivemos que nos separar... eu não podia nem mesmo ter namorados... ele... ele... se tornava impossível... então fizemos de conta que morávamos em cidades distantes e escrevíamo-nos... (RIOS, 1975, p. 121-122).

Antonio, um dos homens com quem ela se envolveu, considerava que a feminilidade de Ana maria teria atordoado sua mente a ponto de torná-lo um “doente incurável”:

Depois, nessa tarde, seu Antonio descobriu que sua doença era incurável. Incrível! Absurdo, mas amava Ana Maria, fosse ela o que fosse, homem ou mulher! Amava-a assim como “ela” era [...] chegou a reconhecer que ela era muito mais feminina do que todas as mulheres que conhecera na vida (RIOS, 1975, p. 104).

Já Ana Maria, de acordo com outro homem com quem se envolvera, teria lhe dito essas palavras sobre si própria:

Conclua daí que contra a física está a força psíquica do Eu. Assim, porque não poderia eu, que tenho intelectualmente a feminilidade de uma gata, da mais sensível das mulheres, seios e amor para dar ao sexo masculino, não poderia, submetida a uma intervenção mágica me tornar uma verdadeira mulher?! É uma escolha que poderia ser reservada respeitosamente a criaturas como eu, definidas, conscientes e corajosas. [...] Sinto-me superior a muitas mulheres, quando sou capaz de derrotá-las e quando não sou capaz de rivalizar com elas culpo apenas o amor que despertaram em seu homem, nunca o fascínio da atração, da beleza e sedução, porque mesmo assim, sou capaz de animá-los! (RIOS, 1975, p. 170-171)

A feminilidade de Ana Maria aparece não apenas como extremamente acentuada, se comparada com a de outras mulheres, mas também como sua arma mais eficaz para seduzir os homens. Antonio se considera um doente incurável que foi contaminado pela beleza, pela feminilidade de Ana Maria. Sua irmã a apresenta como alguém que se tornava impossível perto de qualquer homem e ela própria associa sua natureza feminina ao fato de ser a “mais sensível das mulheres e com muito amor para dar aos homens”. É como se ao acentuar a

heterossexualidade de Ana Maria (e toda uma performatividade condizente com o que significa ser heterossexual) a narrativa acentuasse também a legitimidade de sua identidade de gênero feminina. Ela era uma mulher. E isso poderia ser comprovado pela sua feminilidade e heterossexualidade evidentes. Quais as implicações dessa discussão no que se refere às problematizações com relação às lesbianidades?

Parece-me que a narrativa aciona, também no que se refere à transgeneridade de Ana Maria, o argumento de uma naturalidade dessa identidade, o que serviria para legitimá-la dentro daquele contexto e daquelas relações. Ana Maria seria talvez, seguindo as proposições dos outros dois livros, uma “mulher transexual genuína”. Esse modelo de genuinidade opera, portanto, não apenas conferindo legitimidade a determinadas configurações de lesbianidade, de transgeneridade, mas também conferindo uma carga de abjeção e de atribuição de uma “falsa lesbianidade”, “falsa transgeneridade” a outras.

O termo cisgênero faz referência às pessoas que se identificam com o gênero que lhe foi assignado ao nascimento (JESUS, 2012). Não se pode deixar de demarcar, contudo, que a cisgeneridade não é uma questão de eleição ou de escolha pessoal simplesmente. “[...] a auto-identificação não dá conta de resolver o caso, visto que o papel que a pessoa desempenha no mundo não é decidido de maneira unilateral, por decreto, mas sim através duma negociação tensa de sentidos entre o que é ser e o que é parecer. (MOIRA, 2017, p. 369). A produção de uma identidade por ser compreendida, tal como propõe Anzaldúa (2009), como um rio, um processo. E as mudanças que acontecem em um rio são tanto externas – clima, leito, vida em seu entorno – quanto internas – dentro mesmo de suas águas. Ou seja, o fluxo de um rio não depende simplesmente de si mesmo. Enfatizar apenas a identificação com um gênero assignado ao nascimento, como enfatiza a Amara Moira (2017), pode nos levar a ignorar o âmbito do político e do social na produção dessa categoria e desses corpos.

Sofia Favero (2019) ao discutir o conceito de cisgeneridade alega que a conceituação de corpos cis como “verdadeiros”, “biológicos”, relega necessariamente as identidades trans a um status de fantasia, de falsidade, de artificialidade. A autora nos explica que esse critério de corpos verdadeiros e falsos é herdado de uma tradição nosológica desde o trabalho de Harry Benjamin (1966) no livro “The transsexual Phenomenon”. O endocrinologista defendia a ideia de que a transexualidade, para ser definida enquanto tal, precisava cumprir alguns critérios diagnósticos tais como: uma inconformidade intensa entre as características primárias e secundárias do próprio sexo e um rechaço ao genital. A pessoa que cumprisse

esses critérios poderia ser considerada uma “transexual verdadeira” enquanto que aquelas que não cumprissem seriam consideradas “falsas transexuais”.

Cassandra Rios, na introdução que escreve ao livro *Mutreta* publicado pela primeira vez em 1971, afirma que:

O homossexual, genuinamente dito, não inverte a si próprio por quaisquer influências, ele o é por instinto, por natureza, o que desempenhará papel importante e principal na sua vida será a educação. [...] Não raras vezes, paradoxalmente, o homossexual é tirado da casca sob a qual se escondeu quase que uma vida toda, por um experimentador curioso, por um falso homossexual, ou por um bissexual (RIOS, 1980, p. 06.)

A ideia de uma falsa homossexualidade é algo presente também na literatura de Cassandra. Trago essa definição de cisgeneridade porque me parece ajudar a situar alguns dos efeitos dessa premissa ao longo dos romances. Também não podemos perder de vista que, assim como pontua Viviane Vergueiro (2015) a produção analítica de cisgeneridade se fundamenta na percepção de que conceitos sobre corpos e identidades de gênero são produzidos a partir de distintos contextos socioculturais, de modo que estes conceitos são sempre localizados e maleáveis.

Não pretendo, também, equivaler a cisnormatividade à heteronormatividade em termos dos seus desdobramentos nas vidas dos sujeitos. No entanto, como sublinha Raíssa Éris Grimm (2017) a heteronormatividade presume a cisnormatividade na medida em que pressupõe a inexistência ou marginalização de pessoas trans. Parto da premissa de que é impossível se fazer uma análise razoável de como opera a lesbianidade descolada de outros eixos de opressão ou de subjetivação. Com isso quero dizer que se não podemos equivaler esses dois eixos normativos, também não podemos equivaler as experiências de lesbianidades vividas desde atravessamentos complexos e diversos com outros marcadores.

As violências que sapatonas cis masculinas vivem têm a ver, muitas vezes, com extrapolar limites estabelecidos não apenas com relação às práticas sexuais, expressões de afeto e desejo direcionados a outras mulheres. Mas também com relação a performances de gênero, de modos de existir no mundo. Nesse sentido, ainda que não deixem de ser corpos marcados como femininos desde o nascimento e que se identificam com essa marcação, não podemos dizer que suas experiências enquanto corpos cis se equivalem às experiências de lésbicas cis que se aproximam mais dos modelos de feminilidades vigentes. São experiências desde a cisgeneridade que diferem entre si, justamente porque não podemos fazer uma análise

de um marcador ignorando as formas específicas em que ele se conecta e se produz atravessado por outros.

Seguindo esse raciocínio, também as feminilidades lésbicas geram experiências singulares com relação a como essas expressividades vão produzir efeitos também singulares tanto com relação a prazeres desde esse lugar, como também com relação a violências, apagamentos. A vinculação quase direta que se faz entre feminilidade e heterossexualidade faz, muitas vezes, com que lésbicas femininas sejam lidas como “não tão lésbicas assim” ou como mulheres bissexuais. Tanto no que se refere às feminilidades lésbicas quanto às bissexualidades podemos perceber a existência de um modelo que dita o que é legítimo e o que não é em termos de expressão dos desejos e dos modos de se relacionar consigo e com o mundo. Ambas as experiências me parecem apontar para os perigos e as armadilhas que se criam quando investimos em narrativas que homogenizam ou universalizam o que é ser uma lésbica. Só desde a crença de que ser lésbica é agir, desejar, se comportar de maneiras específicas é que se pode alegar que a feminilidade é própria da heterossexualidade. E só desde a crença de que a hetero e a homossexualidade são predisposições naturais e, portanto, mais legítimas, é que se pode alegar que a bissexualidade é meramente uma farsa.

Essa atualização das supostas predisposições naturais em identidades sexuais se produz também no atravessamento de outros eixos de subjetivação. Para pensarmos sobre as configurações de lesbianidades não podemos perder de vista que para além da generificação da categoria de “humanidade” comentada acima, há também e principalmente uma racialização desta categoria. De acordo com Maria Lugones (2014) a hierarquia dicotômica entre humano e não-humano é central na sustentação da modernidade colonial e veio acompanhada de outras descrições, tais como a de homem e mulher, categorias estas que abarcariam apenas os corpos marcados como brancos. Para além disso, a dicotomia hierárquica entre humanos e não-humanos tornou-se também uma ferramenta de controle e condenação dos corpos colonizados, de modo que estes eram julgados como bestiais, sexualmente depravados e, portanto, não gendrados.

Com relação a esta discussão, Tanya Saunders pode nos ajudar a explorar um pouco mais algumas problemáticas. Saunders (2017) ao analisar artigos médicos do século passado, como já comentado acima, aponta que a justificativa criada nestes para explicar a lascividade dos corpos tanto de negras quanto de lésbicas era a existência de “um clitóris maior do que o normal”. A categoria de “mulher invertida”, como explica Saunders, foi explorada

primeiramente desde corpos de mulheres negras e servia para frisar a ideia de que mulheres brancas eram seres assexuados, baseando-se na alegação de que estas teriam o clitóris menos desenvolvido. Lésbicas brancas, portanto, só poderiam ser lésbicas por conta de uma degeneração racial justificada pela presença de um “clitóris maior do que o normal”.

A produção social da noção de pervertido sexual, como nos diz Saunders (2017), tinha como princípio a noção de que com o avanço da civilização as mulheres brancas deixariam de sentir desejo sexual de modo que podemos perceber um entrelaçamento entre a noção de branquitude com um ideal de sexualidade. Quanto mais “pura” fosse uma mulher mais pura também seria sua branquitude. Nesse sentido, como nos explica a autora, quanto mais próximo de um modelo de branquitude estivesse um corpo, mais próximo ele estaria também de ser categorizado enquanto humano.

No penúltimo capítulo de “Eu sou uma lésbica”, no momento em que nos é narrada a partida de dona Kênia para a Itália, o texto nos apresenta rapidamente o único personagem descrito explicitamente como negro. Enquanto dona Kênia organizava as caixas para a partida, aparece na porta de sua casa “um negrão, o homem do caminhão de mudança.” (RIOS, 2006, p. 129). Neste momento Flávia estava na casa com Dona Kênia e assim relata sua impressão acerca do homem que apareceu: “Vi os seus olhos comerem num segundo o corpo bonito de Kênia sob o vestido azul com florzinhas miúdas de todas as cores. Kênia fingiu não perceber ou não ligou para o olhar do negrão, que a seguiu, tesudo.” (RIOS, 2006, p. 129). Logo mais em outra passagem: “Apareceu o negrão na porta da cozinha perguntando se podia ir embora com o caminhão, se faltava alguma coisa ainda. [...] O negrão pegou o caixote como se erguesse uma trouxa de roupa e colocou-o no ombro musculoso.”(RIOS, 2006, p. 133).

A referência ao personagem em todas as passagens em que ele aparece é: “negrão”. Referência semelhante ao longo do livro só se dá em um parágrafo específico que faz alusão a “uma mulata”. Podemos pensar nessa forma de apresentar o personagem como um reflexo de um processo de desumanização que imputamos às pessoas negras e racializadas. Conforme a discussão feita por Lugones (2014) apresentada acima, pessoas negras sequer foram inseridas na categoria de humanidade e uma das formas de justificar a suposta inferioridade destes corpos foi justamente a alegação de uma “depravação sexual”.

Nessa mesma direção, Angela Davis (2016) frisa o fato de que o mito do estuprador negro é invocado sistematicamente como uma forma de justificar as violências cometidas

contra a comunidade negra. De acordo com a autora, o estupro como um instrumento de controle e de terror utilizado pela supremacia branca antecede em alguns séculos o linchamento enquanto uma instituição. Davis (2016) afirma que o linchamento de pessoas negras não ocorria com frequência no período da escravidão para evitar a morte das pessoas escravizadas, que representavam uma propriedade valiosa para seus proprietários. Já o estupro e o açoitamento sim. Com o processo de emancipação das pessoas escravizadas, a população negra passa a não mais representar um valor de mercado para os antigos proprietários e é nesse momento, ainda de acordo com Davis (2016), que o mito do estuprador negro veio à tona. Ainda que os linchamentos tenham se consolidado enquanto uma instituição popularmente aceita, o horror e a barbaridade que representavam precisavam ser justificados:

Embora a maioria dos linchamentos nem mesmo envolvesse a acusação de agressão sexual, a queixa racista de estupro se tornou uma explicação comum, muito mais eficaz do que [...] tentativas anteriores de justificar o ataque das gangues contra a população negra. Em uma sociedade em que a supremacia masculina permeava tudo, homens motivados pelo dever de defender suas mulheres podiam ser desculpados pelos excessos que cometessem. (DAVIS, 2016, p. 190).

O personagem sem nome na obra de Cassandra nos é apresentado como um sujeito “tesudo”, que come com os olhos o corpo de dona Kênia e que tem uma força aparentemente acima da média. Ainda que a obra não faça nenhuma alusão explícita a uma tentativa de abuso por parte do personagem, a narrativa deixa subentendido uma sexualidade irrefreável de um corpo masculino extremamente forte. Fica bastante explícito nessas passagens a relação intrínseca estabelecida entre raça, classe e sexualidade. Como afirma Saunders, a noção de inversão sexual é racializada por meio “da racialização de certos atos sexuais, desejos e prazeres ‘sexuais’ como perversos e como possíveis de serem lidos no corpo” (SAUNDERS, 2017, p. 111).

Desde os ideais de beleza e de conduta apresentados no livro até as descrições rápidas de personagens explicitamente não brancas podemos vislumbrar estas estruturas de poder operando na produção de uma “lesbianidade genuína” ao mesmo tempo em que se produz também algumas fissuras nos modelos hegemônicos até então acerca de como deve ser uma mulher e como ela deve expressar e viver os seus desejos. Se nos atentarmos para estes atravessamentos inevitáveis entre as estruturas de poder, quer sejam raça, classe, sexualidade,

gênero... perceberemos que falar de cisheteronormatividade, como pontua Saunders (2017) é falar de um sistema racializado de poder tanto quanto generificado e sexualizado.

Parece haver em alguns momentos uma espécie de escrita minoritária, subterrânea (LIRA, 2013), que desestabiliza em algum nível as narrativas majoritárias apresentadas ao longo do romance. Ainda assim, elas aparecem sempre à margem, de algum modo. Sempre por meio de personagens secundárias, distantes do “modelo genuíno” encarnado por Flávia.

## 2.2 Práticas sexuais e violências

É importante nos atentarmos para essa discussão na medida em que Cassandra parece acionar códigos discursivos já estabelecidos para incluir o corpo lésbico e a partir daí legitimá-lo enquanto uma forma de existência possível. No entanto, não podemos perder de vista que ao se produzir um deslocamento no contrato heterossexual se produz também, inevitavelmente, um deslocamento epistemológico que inventa novas possibilidades de ação, de conhecimento e também de desejo (ARNÉS, 2016). Flávia é uma mulher que deseja. Que se masturba. Que tem tesão.

É a partir do seu olhar e do seu desejo que acompanhamos a história e os seus envolvimento amorosos. São narrados ao longo do romance envolvimento sexuais entre mulheres desejantes, que fodem, que gozam, que amam. Para além disso, o romance se inicia com as memórias da infância de Flávia e de seu apaixonamento por dona Kênia:

[...] quando dona Kênia aparecia lá em casa, as carícias imaginárias tornavam o desejo violento e grave. Eu queria ficar sozinha com ela e lamber os seus braços, o seu rosto, os seus pés perfumados para que ela risse de novo e me chamasse de “cachorrinho sem-vergonha”, como quando, uma segunda vez, numa tarde que ela fora passar lá em casa, esperei mamãe ir para a cozinha fazer o café costumeiro e meti-me sob a mesa. Fascinada, fiquei olhando para as pernas de dona Kênia (RIOS, 2006, p. 19).

No trecho destacado acima acompanhamos a excitação de Flávia ainda criança ao estar perto de dona Kênia e poder tocá-la, cheirá-la, lambê-la por debaixo da mesa. Que tipo de desprogramações, de desvios, uma infância sapatão pode fazer proliferar? Falar de infâncias dissidentes é também (re)atualizar a própria concepção de temporalidade:

[...] ao recorrer à memória para recompor as potências queer que carregamos na infância, atualizando desejos muitas vezes não (re)conhecidos, o fazemos na impossibilidade de obedecer a uma sequência lógica ou real, como quem abre a caixa do pensamento e observa a desordem de dentro (SOUZA; BRANDÃO, 2020, p. 123).

Desordenamento que tem a ver, dentre outras coisas, com embaralhar as prerrogativas que ditam, inclusive, o que é ser uma criança, uma menina, e como se deve seguir o fluxo natural das etapas da vida. “A minha boneca, o fogãozinho, as panelinhas, enfim, os meus brinquedos solitários que eu pegara para me distrair, estavam abandonados perto do sofá da sala – preferira me por a ficar debaixo da mesa, cheirando as pernas e os pés de dona Kênia.” (RIOS, 2006, p. 11). Eram as pernas e os pés de dona Kênia sua distração favorita e que produziam, ao mesmo tempo, um distanciamento dos seus brinquedos que a remetiam a um futuro reprodutivo, heterossexual, familiar nas figuras da boneca, do fogãozinho, das panelinhas. Já há na criança a estranheza da vida queer e na vida queer um atraso minimamente “da inserção na heterossexualidade reprodutiva” (SOUZA; BRANDÃO, 2020, p. 126). Inevitável não rememorar também da minha infância sapatão, dos meus próprios desordenamentos, apaixonamentos, dissidências que descarrilharam projetos de família, que alteraram rotas já previstas para mim.

É necessário enfatizar, também, que a vida sexual de Flávia começa ainda na infância, aos sete anos. A narrativa é descrita sempre desde o seu ponto de vista, desde sua perspectiva. Acompanhamos sua paixão por dona Kênia, suas tentativas de se aproximar dela, de tocá-la, de dormir em sua cama desde o ponto de vista de uma criança pensando e desejando a relação sexual (que está sempre para além de um ato sexual em si). Dona Kênia, a princípio, parece tratar Flávia simplesmente como uma criança carente de atenção, que deseja ser cuidada. Em uma noite, a mãe e o pai de Flávia precisaram se ausentar pois sua mãe havia sofrido um aborto e passaria a noite no hospital. Deixaram Flávia sob os cuidados de dona Kênia e seu marido. A garota, que ficaria em um quarto sozinha, começa a chorar e não para até que Eduardo, o marido, resolve deixá-la dormir na cama com dona Kênia e vai para o quarto sozinho.

Flávia faz de tudo para se manterem acordadas e sugere brincarem de gatinho:

-É assim... é quase como brincar de você ser a minha mãezinha, só que eu sou o seu gatinho e você é minha dona; você me comprou, me trouxe pra casa me deu banhinho, e eu gosto de brincar assim...

E, unindo o gesto à palavra, me aproximei do rosto de dona Kênia, dei uma lambidinha seca e rápida no seu queixo, segurei o seu rosto com as minhas mãozinhas inocentes e o lambi; desci para o pescoço e, antes que ela tivesse tempo de interceptar o meu gesto ou entender o que estava acontecendo, minha boca já arrepanhara o bico do seu seio, que tirei para fora do decote, segurando aquele macio e fofo volume com as minhas cariciosas e satânicas mãozinhas (RIOS, 2006, pág. 29-30).

Pela descrição de Flávia acompanhamos Dona Kênia se deixando levar pelo jogo proposto pela menina e tendo prazer com a situação toda. Assim termina o capítulo que descreve o jogo iniciado por Flávia:

- A gente pode brincar bastante de gatinho?
- Pode, Flávia, mas não conte pra ninguém...
- Você aprendeu a brincar?
- Sim, Flávia, eu também sei brincar de gatinho e vou ensinar tudo pra você... assim... (RIOS, 2006, p. 32).

A violência que envolve necessariamente uma prática sexual entre uma pessoa adulta e uma criança nos nossos contextos vai ser descrita ao longo da cena e também durante o romance como uma experiência romântica simplesmente. Carolina Castellanos Gonella (2019) propõe que a obra “Eu sou uma lésbica” não só apresenta a lesbianidade e a sexualidade infantil como válidas e naturais, mas também as justificam ao tomar como pressuposto a agência de uma criança de sete anos. Para a autora “o romance trata a pedofilia de forma transgressiva porque a menina é quem deseja a relação, inicia o relacionamento e tem agência e agenda.” (GONELLA, 2019, p. 240). Essa afirmação me soa bastante perigosa na medida em que desconsidera as relações de poder que envolvem e que situam os corpos de uma pessoa adulta e de uma criança em relações específicas. O fato de uma criança desejar um contato, desejar ter prazer, ter agência e iniciar uma interação, como sugere Gonella, não implica em um apagamento da assimetria de poder existente entre esses corpos e nem no desejo de uma prática sexual propriamente dita por parte da criança.

Não se pode deixar de notar, como pontua Amara Moira (2020), que a grande questão, quando se pensa mais especificamente nas representações de personagens LGBTs na literatura, é perceber o quanto essas figuras são hostilizadas em vários âmbitos e como é recorrente nessas obras a identificação de momentos de carinho e de afeto embebidos, ancorados, em situações também de violência, de vulnerabilidade.

Dona Kênia, que a princípio não aparece como alguém que desejava ter qualquer tipo de relação sexual com Flávia, autoriza-se a se embrenhar na brincadeira proposta pela menina e dá continuidade à prática. Um discurso bastante comum no que se refere às tentativas de explicação ou de justificativas para as homossexualidades é justamente uma experiência de abuso sexual durante a infância. No entanto, talvez seja preciso apontar, como assevera Amara Moira (2020) para a possibilidade de que a não concordância aos modelos de gênero hegemônicos faz com que esses corpos estejam em uma maior situação de vulnerabilidade.

A questão, como explica a autora, não é pensar que um abuso gera a homossexualidade. Mas o fato de Flávia sinalizar desde criança (por suas expressões e desejos voltados a dona Kênia, por exemplo) que não estava em acordo com as normas de gênero torna seu corpo mais vulnerável aos abusos justamente por conta de toda uma maquinaria social que aloca determinados corpos como mais passíveis de serem violados, invadidos, sem grandes consequências. Figuras ou práticas que não poderiam ocupar os espaços públicos se voltam, muitas vezes, como enfatiza Amara Moira (2020), a corpos mais vulneráveis que não podem, em grande medida, falar por si, denunciar, como são os corpos infantis.

Nesse sentido, a pedofilia é também, como enfatiza a autora, uma prática social e precisamos nos atentar para como ela é organizada e sustentada nos nossos contextos. Tratá-la como transgressiva, como parece apontar o argumento de Gonella (2019) é apagar as relações de poder já fortemente consolidadas nos nossos territórios e que situam alguns corpos em lugares de maior vulnerabilidade a abusos, violências, assédios. É equivaler exercícios de poder situados desde lugares diversos nos seios dessas normas, tais como são os lugares atribuídos aos corpos infantis e aos corpos adultos. Corpos dissidentes da cisheteronorma e corpos que cabem mais confortavelmente nos seus domínios.

Pode-se dizer que violência e/ou agressividade, em vários aspectos, é algo bastante comum e presente nas cenas de sexo entre as personagens de Cassandra. Mesmo nas descrições de Flávia se masturbando podemos perceber esses atravessamentos:

O estupro feito por uma sandália, um auto-estupro. O orgasmo crescendo com a dor arrepiante que me encurvava o corpo, como se as pernas quisessem dobrar-se até os joelhos para alcançar a cabeça. O salto adentrando, penetrando. Todo. Vencida a raiva. A vingança macabra contra a lésbica que destruía a menina (RIOS, 2006, p. 74).

Flávia rompe o próprio hímen com o salto alto roubado de dona Kênia, mulher que amava. Amara Moira (2020) afirma que essa cena, carregada de simbolismos, rompe em grande medida com expectativas de muitas militantes que esperavam imagens que tornassem o amor entre mulheres algo mais legível, mais legítimo. Para a autora, é como se Cassandra tornasse esse amor ainda mais difícil de ser acatado. Mas é importante percebermos, como conclui a autora, que cobranças desse teor quase nunca são feitas para escritores cisheteros.

Na cena descrita logo abaixo, Flávia estava com Desireé, a moça que fora coroada Rainha de Carnaval e com quem Flávia saiu logo depois:

Meu pulso doía, meus dedos lambuzavam-se, e pude até contornar com eles o útero. Meu braço parecia que ia enterrar-se todo naquela caverna úmida que era como uma boca ardente e faminta sugando a minha mão. O corpo dela

agitava-se num ritmo sinuoso das cadeiras e simultaneamente eu lambia-lhe o ventre o mais que podia, alcançando, com a língua esticada, o seu clitóris. (RIOS, 2006, p. 109)

[...]

Eu estava mais chocada do que excitada e, sob o comando incentivador da bela e ferosa Rainha do Carnaval, dava aos impulsos do braço toda a potência de um membro cavalariço, que não cuspiu o que ela pediu, que socava dentro com a mão fechada, enchendo-lhe a vagina enquanto ela se agitava e se sacudia para chegar ao máximo do orgasmo. Cheguei a imaginar, num momento de loucura, que pelas pontas dos dedos o braço estava prestes a ejacular (RIOS, 2006, p. 110).

Li este excerto algumas vezes para amigas e para colegas de sala de aula e uma das reações que tiveram foi incômodo por enxergarem muitas semelhanças nesta cena com uma performance sexual violenta e cisheteronormativa. No entanto, apesar de essa ser uma leitura possível, parece-me haver algo mais a ser dito. Não é um casal cishetero fazendo sexo. São duas mulheres desejantes desse acontecimento. Desireé se sacudia para chegar ao máximo do orgasmo enquanto Flávia delirava que pela ponta dos dedos o seu braço, que não cuspiu o que sua parceira pedia, estava prestes a ejacular.

Parece-me possível fazer uma leitura desta cena desde o manifesto contrassexual de Preciado (2014). De acordo com o autor, uma das características do que chama de sociedade contrassexual é a desconstrução da naturalização das práticas sexuais e de gênero. Para além disso, a contrassexualidade afirma que tanto o desejo quanto a excitação sexual e o orgasmo são produtos de uma determinada tecnologia sexual que identifica órgãos reprodutivos com órgãos sexuais. Flávia e Desireé fazem mais do que simplesmente imitar uma performance cisheterossexual. Elas inventam outras práticas possíveis, colocam em cena partes do corpo capazes de produzir prazer e que nas práticas cisheteronormativas ficam excluídas. E, ao fazê-lo, inventam também novos territórios corporais, novos sentidos e prazeres para além de um imaginário já posto, já consolidado.

Diana Torres (2014) afirma que a prática de *fisting*<sup>12</sup> vaginal, quando exercida mais especificamente entre cis lésbicas, tem algo muito importante a nos ensinar: a típica frase cissexista que alega que o que as lésbicas precisam é de um bom pau cai por terra com essa prática. “¿Un pollazo? Aún no he tenido la suerte de encontrarme ninguna polla con un diámetro superior al de un puño. Y de la longitud mejor ni hablar, ¿no?” (TORRES, 2014, p. 48). A autora aponta justamente para a possibilidade de questionamento dos lugares e funções já previstos para cada parte dos nossos corpos em termos de obtenção de prazer. Se o que

---

12 Prática que envolve a inserção da mão ou do antebraço na vagina ou no ânus.

define uma relação entre cis lésbicas, dentro de um imaginário hegemônico, é justamente a ausência de um pênis que funcionaria como elemento penetrador, como sustentar essa perspectiva quando a mão ou o antebraço podem cumprir até muito melhor essa função?

Talvez possamos também pensar a cena entre Desireè e Flávia em termos de aproximação das discussões contemporâneas com relação à pós-pornografia. Bourcier (2014), ao discutir o pornô proposto por Déborah Sundhal, afirma que este é indissociável de uma operação de desidentificação. A aposta e o apelo do pós-pornô, ainda de acordo com Bourcier, está diretamente relacionado a uma desnaturalização do pornô moderno, a uma crítica à divisão radical e heterocentrada entre sexo/gênero e a uma recusa da manutenção de uma cartografia corporal genitalizada e enrigecida:

Da mesma forma que o primeiro ato do feminismo é se desidentificar com «a mulher» e com suas «qualidades», foi preciso se desidentificar da mulher straight e libertar-se do cenário e scripts sexuais e culturais associados ao amor romântico que reconduzem à passividade dessexualizada de uma Penélope. (BOURCIER, 2014, p. 18-19).

Raíssa Éris Grimm Cabral (2015) alega que enquanto a pornografia é uma tecnologia que se pretende como representação pura de uma dada realidade e que, portanto, oculta as relações de poder implicadas no seu processo de produção, a pós-pornografia produz representações da sexualidade de modo a dar visibilidade às relações de poder que as produzem. Para a autora, a pós-pornografia aponta para “um conjunto de estratégias através dos quais emergem relações dissidentes com as tecnologias que constituem nossas experiências de sexualidade” (2015, p. 84). A pesquisadora sugere três movimentos que considera fazerem parte do seu funcionamento:

- Produção de mapeamentos maquínicos da sexualidade: “maquínicos” faz menção a uma recusa da sexualidade enquanto produto natural e aponta para uma concepção de práticas sexuais enquanto processos ativos e abertos que funcionam por meio da produção de uma série de tecnologias;
- Possibilidades de reapropriação dessas tecnologias, em vez de recusa e abolição das mesmas;
- Visibilidade pública dos processos de reapropriação tecnológica.

Se voltarmos para a cena entre Flávia e Desireé podemos considerar que, pelo menos, os dois primeiros movimentos apontados por Grimm estão presentes em algum nível na prática sexual das personagens. Dedos lambuzados, pulso doendo, braço com potência de um membro cavalari socando com a mão fechada:

- Abre as pernas.

Andréa demorou. Berenice empurrou-lhe as pernas, separando-as com os joelhos. Andréa estava vendo o que ela ia fazer. Berenice parecia uma tarada munida com aquele negócio esquisito. Andréa percebia todos os seus movimentos e, embora assustada, seu corpo ardia em febre, aguardando que ela a penetrasse (RIOS, 2005, p. 180).

Se Cassandra foi considerada uma escritora pornográfica, não podemos deixar de situar que as cenas de sexo criadas em muitos de seus livros nos apresentam imagens dissidentes, desfocadas: *fisting* vaginal, esfregação, mulheres desejosas, agressivas na cama, dildos, e muito desejo. Ainda assim, todas essas cenas se sustentam em um cenário que não abre mão do amor romântico como um ideal almejado.

Ao retomarmos as discussões feitas mais acima sobre o conceito de dispositivo amoroso (ZANELLO, 2018) talvez possamos pensar na agressividade presente na cena descrita entre Desireè e Flávia e também entre Andréa e Berenice como um ponto de desestabilização deste dispositivo. Se este se sustenta fundamentalmente na posição de passividade da mulher que espera ser escolhida por um homem, como pensá-lo operando na mão fechada de Flávia que enchia a vagina de Desireè? Ou no comando incentivador da bela e foga Rainha do Carnaval? Ou em Berenice, uma tarada munida de um objeto esquisito?

Se desde a leitura de Zanello (2018) a mulher é aquela subjetivada no dispositivo amoroso, colocada sempre como a responsável pelo cuidado, aquela que nutre afetivamente seu parceiro, que se doa. Se “os homens aprendem a desejar, [e] as mulheres a desejar e erotizar o desejo deles” (ZANELLO, 2018, p. 101), em Cassandra podemos vislumbrar pontos de dissidência, de fuga a essa formatação tão consolidada. Suas obras nos apresentam cenas de mulheres não só protagonizando o próprio desejo, elegendo seus objetos de desejo, produzindo práticas sexuais que fogem do “script”, mas também assumindo a violência como uma forma de erotização, como parte integrante de práticas sexuais consentidas, desejadas pelas pessoas envolvidas nela. Se “às mulheres é permitido e aprovado apenas um tipo de agressividade “feminina”: a autoagressividade, o choro prolongado, a paixão (Belotti, 1983, p. 42)” (ZANELLO, 2018, p. 119) talvez possamos ler as cenas sexuais entre as personagens de Cassandra atravessadas também por uma potência de desestabilização dos modelos já previstos sobre como uma mulher pode/deve ter prazer. De questionamento do próprio conceito de dispositivo amoroso.

É importante frisar que práticas sexuais que envolvem, dentre outras coisas, agressividade, dominação ou força, não incorrem necessariamente em práticas violentas se

por violência entendemos uma relação que pressupõe uma forma de submissão pessoal ou política (HALPERIN, 2000). Se pensarmos nos contextos das práticas sadomasoquistas, o que se caracteriza como dominação é justamente uma estratégia para produzir prazer:

Dessa maneira, o jogo do S/M é muito interessante porque, enquanto relação estratégica, é sempre fluida. Há papéis, é claro, mas qualquer um sabe bem que esses papéis podem ser invertidos. Às vezes, quando o jogo começa, um é o mestre e, no fim, este que é escravo pode tornar-se mestre. Ou mesmo quando os papéis são estáveis, os protagonistas sabem muito bem que isso se trata de um jogo: ou as regras são transgredidas ou há um acordo, explícito ou tácito, que definem certas fronteiras. Este jogo é muito interessante enquanto fonte de prazer físico. Mas eu não diria que ele reproduz, no interior de uma relação erótica, a estrutura de uma relação de poder. É uma encenação de estruturas do poder em um jogo estratégico, capaz de procurar um prazer sexual ou físico. (FOUCAULT, 2004, p. 271).

Nesse sentido, as diferenças de poder nas relações sadomasoquistas não deixam de existir e de produzir efeitos, no entanto, estão subordinadas a um propósito estratégico de produção de prazer (HALPERIN, 2000). Para além disso, são negociadas e acordadas entre as pessoas envolvidas. É bastante perceptível que nas duas cenas evocadas acima nas obras de Cassandra todas as mulheres envolvidas estavam tendo prazer e desejando aquelas práticas tal como estavam acontecendo.

A agressividade, a força e também as violências que circunscrevem as práticas sexuais nessas obras podem também ter a ver com aspectos que estão para além de modelos de lesbianidades mais ou menos legítimos, de práticas que pudessem tornar o amor entre mulheres mais ou menos aceito. O estupro, o desejo de ser dominada, violada, está quase sempre presente nas cenas de sexo. Assim é descrita a primeira vez que no romance “As traças” Andréa e Rosana, amiga que era apaixonada por ela, transam:

Rosana ofegava. Suas mãos pousaram nos ombros de Andréa, desceram, deslizaram e, atrevidas pegaram os seios de Andréa, que estremeceu e tentou empurrá-la, mas tão fracamente que Rosana tomou aquilo apenas como relutância e bolinou-a, beijando-a no pescoço, enfiando-se nela com fúria. Andréa traía-se, queria empurrá-la, mas não tinha forças, o corpo sentia prazer com a coxa de Rosana fazendo pressão em seu sexo, e estremeceu quando ela enfiou a mão por baixo de sua saia e, puxando o elástico da calcinha, enfiou o dedo, descobrindo que estava molhada (RIOS, 2005, p. 96).

Mais adiante, na primeira vez que Andréa entra no carro de sua professora, Berenice, por quem estava apaixonada, acompanhamos os primeiros contatos físicos entre as duas:

Berenice espichou a perna de um jeito que as duas se roçassem, e, ao contacto da perna dela contra a sua, Andréa sentiu um tremor forte e começou a transpirar. Berenice olhou-a de lado, mas de muito perto; seus olhos pareciam ameaçadores, como o olhar de um tarado premeditando um estupro.

A língua dela surgiu por entre os lábios e umedeceu a polpa avermelhada, que notou ter mais vida que as de uma jovem da sua idade (RIOS, 2005, p. 173).

Podemos perceber que o estupro está sempre rondando as performances, os desejos de ao menos uma das mulheres. Ou está presente nas cenas de alguma maneira, seja pela explicitação da recusa, da hesitação de Andréa, seja pelo desejo explícito de violá-la em Berenice:

Sussurravam, trocavam beijos, as mãos de Berenice ora descendo, ora subindo, afagando-lhe os seios, provocando-lhe arrepios.  
 - Mesmo que eu a machuque, que você deixe de ser virgem?  
 - Isso é possível?  
 - Se me ama, é.  
 - Então faça. Faça tudo. Eu quero.  
 - Pede ( RIOS, 2005, p. 178).

Na passagem acima podemos perceber uma vinculação da perda da virgindade com uma prática dolorosa e também com uma prova de amor. Berenice alega que, ainda que fossem duas mulheres, se Andréa a amasse de verdade ela poderia penetrá-la (usando um dildo), mesmo que a machucasse, e Andréa deixaria de ser virgem. Ainda que seja possível fazer uma leitura desde um modelo cisheteronormativo e patriarcal atravessando essas práticas sexuais, não deixa de ser relevante prestarmos atenção nesta estratégia discursiva. Sylvia Molloy, ao fazer uma análise do livro “la condesa sangrienta” afirma que: “el hecho de que haya que imaginar la sexualidad en su ‘máxima violencia’ para lograr la ruptura, la manifestación de la lesbiana, revela, proporcionalmente la violencia con que ha sido reprimida”. (1999, p. 139). Em um contexto em que aquilo que é possível ser pensado e dito está enredado em uma narrativa heterossexual e sexista, as personagens encontram-se em boa medida, como conclui Laura Arnés (2017), sem um paradigma a sua disposição.

As narrativas heterossexuais sexistas aludidas pela autora não deixam de estar enredadas também pela monogamia enquanto uma instituição. É importante pontuar, como assevera Raíssa Éris Grimm (2021), que a monogamia é um regime político que se reforça e se atualiza por meio de discursos, instituições e códigos culturais que autorizam o direito de uma pessoa de legislar sobre o corpo da outra. Para além disso, a monogamia está diretamente relacionada à noção de propriedade, favoreceu historicamente que a circulação de posses se desse entre filhos “legítimos” e influenciou a noção de parentesco normativa, a partir da qual contam como parentes apenas determinadas pessoas (NUÑEZ, 2020a, 2020b).

A monogamia exerce um papel fundamental na manutenção de uma relação de exclusividade e de posse entre casais. Algumas das cenas criadas por Cassandra mais explicitamente violentas entre casais, estão atravessadas pelo desejo de posse de uma pessoa sobre outra:

Inadvertidamente, Berenice empurrou-a, sua expressão estava carregada. Perguntou, temendo a resposta:

- Que foi?

Simultaneamente, uma bofetada coloriu o rosto de Andréa.

- Por quê?

- Você saiu do apartamento de Moacir. Esteve com ele. Eu sei.

- Que pensa que sou?

Andréa negou, disse mil coisas, e se perguntou interiormente o que era, o que a fazia agir de maneira imprevista, a ponto de se entregar a um sujeito como Moacir (RIOS, 2005, p. 259).

O ciúme, o desejo de possuir, de ser a primeira e única na vida de outra mulher aparece ao longo da obra “As traças” como marcadores que afirmam o apaixonamento, como formas de averiguar se uma paixão é sincera o suficiente:

Berenice tentou penetrá-la, acercou-se, forçou devagar, sentiu a impossibilidade de prosseguir, ficou nervosa, começou a suar. Era preciso fazer. Tinha de fazer? Por que não? Amava-a, a queria, não iria deixá-la para ninguém, nem para outra mulher, quanto mais para um homem. [...] Andréa sentiu uma dorzinha aguda, gemeu, tentou livrar-se, Berenice prendeu-a, atirou-se espicaçada pela demora, querendo possuí-la, ansiosa por feri-la de uma vez, alucinada por ouvi-la gemer mais e estorcer-se, presa em seus braços, sob sua pressão (RIOS, 2005, p. 181).

- Você me pertence. Com você, só poderia ser assim, uma loucura, tudo. Não deixar nada para ninguém.

Berenice olhou para o lençol manchado de sangue.

- Se eu pudesse, penduraria o lençol na janela do meu apartamento para que todos vissem que desvirginei você.

Ficaram abraçadas em silêncio por algum tempo. (RIOS, 2005, p. 182-183).

Berenice quis saber minuciosamente. Andréa respondia e corava. Berenice ora a apertava, ora a empurrava; tornava a abraçá-la. O ciúme a endoidecia. Estava realmente apaixonada por Andréa. (RIOS, 2005, p. 186).

É importante situar que as narrativas hegemônicas, das quais nunca nos livramos de uma vez para sempre, construídas sob o julgo da cisheteronormatividade estão alicerçadas também na vinculação da feminilidade com a violação, com o desejo de ser violada como uma marca do feminino. Essa característica me parece bastante presente nas obras em questão e extrapolam os limites da sexualidade simplesmente, fazendo alusão justamente a essa marca do feminino, da feminilidade, dentro dos discursos hegemônicos acerca do que é ser uma mulher.

No livro “Uma mulher diferente” acompanhamos a investigação feita por Grandão acerca do assassinato de Ana Maria e ficamos sabendo que a moça teve relacionamentos significativos com alguns homens. Ao longo de sua investigação, Grandão entra em contato com esses homens e ouve suas narrativas acerca de como se envolveram com Ana Maria, como foram enganados por ela, acreditando que a moça era “uma mulher de verdade”, e como ela acabava sempre decepcionada com o passar do tempo quando descobriam seu segredo e, ainda assim, não a castigavam por isso. Ana Maria aparece ao longo do romance como alguém que procurava um “homem de verdade”, que fosse mesmo “macho”, que fosse “só para mulheres”:

-Você é limpo... tem cheiro bom... é todo um macho... um verdadeiro macho... os homens que frequentam a buate estão acostumados a tudo... a tudo! [...] -Você é um verdadeiro homem... tem cheiro de macho... forte... um homem para mulheres... só para mulheres (RIOS, 1968, p. 92).

Pelos relatos dos homens com quem ela esteve e que foram interrogados por Grandão ficamos sabendo que os momentos em que Ana Maria sentia mais prazer enquanto mulher, os momentos em que se sentia mais reconhecida nesse lugar, era quando os homens com quem saía descobriam que ela tinha um pênis e reagiam agressivamente a isso:

Ela contava com deleite como namorara um estivador no cáis e como apanhara quando o homem descobrira que fora enganado. Aquele era homem de verdade, porque não a quis. Ela sofria com aquilo mas sentia prazer no próprio sofrimento e dizia empolgada – “Fui amada por um homem de verdade”! (RIOS, 1968, p. 144).

Assim Grandão conclui o caso, quando descobre o verdadeiro assassino de Ana Maria:

[...] “Ana Maria encontrou o que procurava. Um homem macho não por ostentação, selvagem, primitivo, mas reacionariamente humano! Um homem capaz de emocionalmente ser levado a um gesto violento, resultando o imprevisto trágico, por causa de um engano desses! (RIOS, 1968, Pág. 181).

Trago esses excertos do livro para pensar sobre a vinculação que se faz do feminino, do ser mulher, com um desejo por ser violentada, maltratada. Ana Maria, como explica Amara Moira (2020), é uma mulher trans que gosta de homens e que, ao mesmo tempo, sente que se um homem a aceita tal como ela é, ele só pode ser homossexual. Deseja seduzi-los sem que eles saibam que ela tem um pênis e espera por uma reação brutal destes ao descobrir. É por meio dessa reação brutal, como pontua Amara Moira, que ela se sente reconhecida enquanto mulher. Se um homem, ao descobrir seu segredo, ainda assim desejasse manter aquela relação, para ela isso significaria não estar com um homem de verdade.

A violência que aparece como constitutiva da própria feminilidade de Ana Maria, tendo em vista sua necessidade de ser violentada, maltratada para se reconhecer enquanto mulher, pode ser entendida como uma expressão extrema da violência constitutiva da própria feminilidade dentro da maquinaria acionada por Cassandra nessas obras. Sendo uma mulher trans e estando situada em um limite, talvez, mais extremo da inteligibilidade de seu corpo, essa violência aparece com mais força no desenrolar de sua história. No entanto, quando retomamos a violência que também parece ser constitutiva do próprio desejo das personagens cis lésbicas dos outros dois romances, podemos entendê-la como parte operante daquilo que constitui a noção de feminilidade nas obras. Ser mulher parece estar vinculado, em alguma medida, à (ao desejo de) violação desses corpos.

É preciso levar em consideração, no entanto, que essa violência constitutiva do feminino pressupõe também uma passividade, uma submissão ao olhar masculino. Quando se traz ao centro da cena uma relação amorosa ou sexual entre duas mulheres essa passividade acaba sendo questionada, ainda que em alguma medida. Laura Arnés (2016) chama a atenção para o excedente que há nas vozes lésbicas se comparado com o que se entende por “voz feminina”. Seguindo as reflexões da pesquisadora, podemos dizer que as vozes lésbicas interpelam muito mais profundamente a matriz heterossexual enquanto modelo que inscreve as diferenças de gênero e as possibilidades de circuitos erótico-afetivos em todas as esferas.

Nesse sentido, se tomarmos como ponto de comparação as narrativas heterossexuais nas quais a mulher se constrói e é apresentada desde o lugar de objeto de desejo e do olhar masculino, nas obras “Eu sou uma Lésbica” e “As traças” é o olhar das próprias mulheres que dá origem ao sujeito que narra sua própria história. Entre o cruzamento das trocas de olhares entre mulheres emerge o desejo, quer seja sexual, apaixonado ou violento (ARNÉS, 2016) que atribui sentido e materialidade ao corpo lésbico:

Se eu cortasse os cabelos, mamãe teria um choque, e papai talvez até chorasse de desgosto pois já andava implicando pelo fato de eu só querer usar as camisas de Renato, isso porque Núcia dissera que eu ficava muito bem de camisa, melhor do que com os meus vestidos. Vestidos não eram para mim. E comecei a só andar de calça comprida, camisa, jaquetas, sapatos de solões bem esporte, camisetas, sentindo-me cada vez mais liberta das apreensões e do medo de que os outros descobrissem o que eu era. Mas não era influência de Núcia; eu apenas estava me encontrando melhor dentro da minha indumentária referida (RIOS, 2006, p. 65).

Estas vozes historicamente silenciadas e excluídas, ocultadas, começam a fazer da literatura seu corpo porque a voz reconduz sempre ao corpo/letra mas no momento mesmo em

que o fala também o desarticula (ARNÉS, 2016) Busca a lei, mas no momento em que a alcança, burla-a. A questão, como pontua Laura Arnés (2016), gira em torno de percebermos os contatos, os roçamentos entre poder, erotismo e usos de liguagem. Quais narrativas se criam ou se sustentam desde pontos cegos dos discursos hegemônicos?

Pode ser importante pensarmos em termos dos efeitos de deslocamentos possíveis a partir destas configurações. Mas é preciso situar também que, ainda que haja alguns pontos cegos e linhas de fuga desde um discurso hegemônico, isso não significa que estas narrativas deixem definitivamente de se apoiar em lugares comuns. Uma das questões que podem surgir quando se trata de analisar obras literárias gira em torno da intencionalidade da própria obra, ou de quem a escreveu. Não deixa de ser relevante prestar atenção à insistência de Cassandra em afirmar um afastamento do que produzia em suas obras com relação à sua própria vida. Em sua autobiografia Cassandra afirma: “sou mesmo um blefe, um desperdício, antítese de tudo o que escrevi ou escrevo, posso até afirmar que sou assexuada de alma e corpo. E basta! O resto é ficção! (RIOS, 2000, p. 24)”. Mais adiante, na mesma obra: “Quantas vezes me deu vontade de gritar em um megafone: - Pelo amor de Deus, gente! Eu não tenho nada a ver com as histórias do meu livro, eu só os escrevo! Invento!” (RIOS, 2000, p. 101). Em *Censura: minha luta, meu amor*, a autora também escreve, em terceira pessoa, sobre essa problemática:

Cassandra faz inimigos mas não é inimiga de ninguém. Também não aproveita a vida para escrever pois não teria fôlego para viver tantos personagens quanto fôlego tem para criá-los, nem tempo lhe sobraria para escrever se tivesse vivido tudo que escreveu. Sua vida é escrever, prefere a ficção, estuda e se esconde e se vê e se encontra às vezes em cada página, mas nunca estará visível para você no lugar certo (RIOS, 1977, p. 28).

Katerina Blasques Kaspar (2020), ao discutir os conceitos de autoficção e de performance, adentra as nuances que muitas vezes compõe a relação entre vida e obra de uma autora. “Sem saber se aquela que está diante de nós é a escritora, figura pública, ou uma personagem de si mesma, percebemos que talvez fazer essa separação entre ficção e realidade seja o que menos importa. Ao mesmo tempo, observar essa tensão é o que mais interessa” (KASPAR, 2020, p. 18).

Cassandra evitava falar de sua vida pessoal nas entrevistas que concedia e sempre frisava a importância de separar suas personagens de sua própria pessoa. Ainda assim, não passa despercebido o fato de uma escritora marcada como lésbica publicar um livro com o título “Eu sou uma lésbica”. Escritora que há décadas antes do lançamento desse livro vivia às voltas com a censura, com a difamação e com a (não) revelação de sua própria sexualidade.

Como Amara Moira pontuou durante a banca de qualificação desse trabalho, não se pode deixar de notar a ambiguidade que se produz desde o título em questão. A quem remete o “eu” de “Eu sou uma lésbica”? Quais os efeitos da circulação de um livro com tal título assinado por uma escritora acusada de não se preocupar em levantar as causas dos “desvios sexuais”?

Ao mesmo tempo em que nega que suas obras literárias sejam inspiradas em suas próprias experiências, Cassandra lança um livro com título citado acima. Escreve uma obra que tem como objetivo falar de suas experiências com a censura e com as perseguições, mas a escreve em terceira pessoa. Cria uma personagem de si mesma. Patrícia Colmenero (2016), ao discorrer sobre os gêneros de autobiografia e ficção, afirma que o que os diferencia é a existência de um pacto ficcional ou referencial que direciona a um modo ou outro de ler o texto. No entanto, como pontua a autora, as possibilidades de escrita de si também podem se dar por meio de híbridos dos dois gêneros: a autoficção. Serge Doubrovsky (1988 *apud* COLMENERO, 2016) propõe a noção de pensamento performático como produção de uma ficção de si. Desde essa perspectiva, elementos ficcionais se fundem a elementos autobiográficos:

Seu objetivo não é copiar um modelo, seguir uma representação, se submeter a costumes, a expectativas e formatos sociais. O artista é o criador da verdade, o grande falsário em oposição ao homem da verdade, das representações (família, traumas edipianos, etc.). O artista criador que compreende que ‘a verdade não tem que ser alcançada, encontrada nem reproduzida, ela deve ser criada’ (DELEUZE, 2007, p. 178). Uma ótica da diferença, da transformação (COLMENERO, 2016, p. 206).

Apesar de os romances analisados nesta tese não conterem nenhuma alusão a elementos autobiográficos, parece-me interessante pontuar este aspecto na medida em que Cassandra é também uma personagem criada performaticamente por Odette Rios. A escritora demarcava, em muitos momentos, características bastante diferentes a cada um destes nomes. “Uma era a mulher tímida outra a escritora audaciosa. Mas não pensem que se tratasse de dupla personalidade, pois no que sou uma não sou sem a outra (RIOS, 2000, p. 111).

Performance pode ser considerado um termo polissêmico (COLMENERO, 2016). A autora pontua que, desde a antropologia ou os estudos feministas, o termo aparece vinculado a uma encenação social ou a uma interpretação de papéis; desde filósofos como Nietzsche e Espinosa a vida passa a ser compreendida como performática em si mesma, sempre em desconstrução; desde as artes visuais a performance estaria presente nos gestos no corpo mesmo da performer. A autora também relembra o uso do conceito em Judith Butler (2003)

para fazer alusão a construção social dos gêneros por meio de uma repetição estilizada dos atos.

Para Alex Beigui (2011) a performance tem a ver com uma revisão da divisão corpo/mente com o objetivo de problematizar lugares já determinados. “‘Escrever’ como verbo performativo, laboratório, a partir do qual o desejo de alguém se faz carne, chama para si uma escuta, torna presentes personagens – simulacros – figuras – personas, enfim, revela e oculta um projeto existencial” (BEIGUI, 2011, p. 31). Personas, figuras, simulacros que produzem, dão corpo a um projeto existencial que, por sua vez, tem sempre um destino previsto, desejado. A quem se endereçavam os textos de Casandra?

Elizabeth Ellsworth (2001) afirma que o conceito de modos de endereçamento surge a partir das teorias do cinema e se referia, inicialmente, a algo que estaria presente no texto do filme e que agiria sobre espectadores imaginados ou reais. Posteriormente, o conceito passa a ser compreendido como um fenômeno que acontece não simplesmente como algo que se encontra dentro do filme, mas sim em algum lugar entre o social e o individual. Um outro ponto elucidado pela autora com relação a este conceito tem a ver com a “posição-de-sujeito” pressuposta em um filme. “Existe uma ‘posição’ no interior das relações e dos interesses de poder, no interior das construções de gênero e de raça, no interior do saber, para a qual a história e o prazer visual do filme estão dirigidos (ELLSWORTH, 2001, p. 15).

No entanto, como pontua Ellsworth (2001), as posições sociais nunca constituem uma posição única, fixa ou unificada. Ainda que um determinado filme seja direcionado a garotos brancos norte-americanos de classe média, ser um garoto branco norte-americano de classe média deixa muito a dizer sobre essa experiência:

O espectador ou a espectadora nunca é, apenas ou totalmente, quem o filme pensa que ele ou ela é. A maneira como vivemos a experiência do modo de endereçamento de um filme depende da distância entre, de um lado, quem o filme pensa que somos e, de outro, quem nós pensamos que somos, isto é, depende do quanto o filme “erra” seu alvo (ELLSWORTH, 2001, p. 20).

A questão é que não existe um modo único ou unificado de endereçamento de um filme ou texto. Como conclui Ellsworth (2001), independente de quanto um filme tente construir um modo de endereçamento imutável e coerente em termos de gênero, raça, sexualidade a partir do qual o filme deve ser lido, as pessoas que o assistirem sempre o lerão por meio de direções que extrapolam o endereçamento inicial, “‘respondendo’ aos filmes a partir de lugares que são diferentes daqueles a partir dos quais o filme fala ao espectador” (2001, p. 31).

Em perspectiva semelhante, Gloria Anzaldúa (2009) afirma que a interação entre escritora e leitora tem a ver com a percepção de que a escrita é uma atividade colaborativa. “É um ato informado e sustentado pelos livros que a/o autor/a lê, as pessoas com quem interage, e os séculos de história cultural que fervem sob a pele dela (ANZALDÚA, 2009, p. 5-6). Nesse sentido, a relação entre os modos de endereçamento pressupostos e a forma como as pessoas recebem e leem estes conteúdos não se traduzem em uma relação linear ou causal simplesmente (ELLSWORTH 2001).

Quero dizer, ao trazer para o texto estas discussões, que também as obras de Cassandra, e sua persona, extrapolam os limites estipulados pela autora com relação aos possíveis efeitos desejados, aos modos de endereçamento previstos. Bagunçam os modelos representativos que ela mesma cria e abrem um campo de possibilidades de leitura tão amplo quanto são as conexões possíveis. Por não existir um alinhamento perfeito entre endereçamento e resposta o endereçamento de um texto é sempre “um evento poderoso, mas paradoxal, cujo poder advém precisamente da diferença entre endereçamento e resposta (ELLSWORTH, 2001, p. 42).

A escrita, como pontua Beigui (2011) expõe e problematiza dicotomias normativas, é lugar de reconhecimento, mas também de desconfiança com relação a um pensamento totalizador. Ainda que seja possível identificar modelos de lesbianidades que são investidos de maior legitimidade, boa parte dos romances de Cassandra não deixa de inserir também imagens de lesbianidades rechaçadas, ridicularizadas no próprio desenvolvimento da trama. Todos estes corpos presentes nos romances nos ajudam a perceber que:

qualquer discurso que se pretende hegemônico está coexistindo, constantemente, com resistências. Ao não sucumbir às reprovações e ao se afirmarem andróginas, bofes, dentre outras denominações, esses sujeitos estão reivindicando para si o direito de defender uma postura diferente daquela considerada ideal e, portanto, uma subjetividade de resistência (MESSEDER, PEREIRA, 2013, p. 08).

As autoras defendem a perspectiva de que a proliferação de subjetividades criadas por Cassandra Rios em seus romances têm a ver com as narrativas funcionarem desde uma espécie de simulacro, a partir de onde uma série de discursos divergentes sobre as lesbianidades são apresentadas. A falha que implica a sexualidade dissidente, desde a perspectiva da norma, registra-se também a nível dos corpos. Interrompe uma ordem normativa e produz outras formas possíveis que não só coloca em questão, como pontua Laura Arnés (2016), que a categoria mesma de humano é sustentada pela

heteronormatividade, mas também desarma narrativas sobre as quais se ancoram a noção de “comum”, de “comunidade”.

### **Para seguir adiante**

Halberstam (2000) afirma que se tornou uma convenção recuperar as primeiras narrativas gays e lésbicas como aquelas que foram “escondidas da história” cabendo à pessoa pesquisadora escavar do arquivo reprimido os apagamentos e distorções homofóbicas para encontrar uma verdade escondida. No entanto, como pontua o autor, ao recuperar histórias que foram invisibilizadas, muitas vezes enterramos outras no processo. Tomando como ponto de problematização as discussões sobre homossexualidade e fascismo, Halberstam (2000) afirma que, tendo em vista tanto o papel ambíguo e complicado da homossexualidade no fascismo quanto as projeções homofóbicas que se criavam sobre essa relação, a questão da colaboração de gays com o regime foi deixada de lado em prol da discussão sobre a perseguição destes pelo regime.

Parece-me que a discussão levantada por Halberstam toca no cerne de uma problemática que atravessa as pesquisas sobre dissidências das mais diversas: a dificuldade que temos em muitos momentos de apresentar uma obra, uma autora, uma personagem como resultado de processos mais complexos do que simplesmente o de alguém que questionou ou subverteu regimes normativos. Estamos sempre às voltas com o receio de, ao fazer aparecer na trajetória dessas pessoas ou nas suas produções processos que se sustentam também na reprodução de lógicas normativas, endossar violências e apagamentos que queremos questionar promovidos contra elas ou contra suas obras. No entanto, parece-me que abrir mão da complexidade de uma vida em prol de fazê-la caber em um modelo exemplar de resistência, de subversão é, na verdade, contribuir para sua desumanização.

A produção dessa pesquisa teve como questão geradora a pergunta acerca de quais são as configurações de lesbianidades (im)possíveis e seus efeitos em termos de produção e de inteligibilidade de corpos lésbicos nos nossos contextos. As entradas para traçar esse trajeto eram múltiplas. Fazer aparecer alguns dos limites e enquadramentos dados aos corpos lésbicos nas obras de Cassandra Rios foi uma das que priorizamos. Para dar início a essa empreitada procurei apresentar um pouco da trajetória da escritora e os embates que se relacionam à sua figura, à lesbianidade tanto como objeto de sua produção literária quanto como experiência vivida.

Para fazer essa discussão foi importante problematizar as perseguições às suas obras e a sua pessoa e relacioná-las à dimensão transgressora de uma literatura produzida desde um lugar de dissidência sexual. Perseguições que, como procurei elucidar, não ocorreram vinculadas apenas ao contexto da ditadura militar. Para além disso, pareceu-me necessário também pensar a literatura como um lugar potente de criação de outros mundos (LEVY, 2011), de produção de um lugar minoritário que tem a ver com desterritorializar a língua, com conectar o individual e o político (DELEUZE, GUATTARI, 2003). Estar situado em um lugar “minoritário” pode significar uma potencialidade de fissurar o que os autores chamam de língua maior. Entendemos as obras de Cassandra, desde essa perspectiva, também como uma literatura menor, desestabilizadoras dos cânones literários.

A pergunta inicial da pesquisa abriu um campo de problematizações que culminou em novos questionamentos. Tomar como objeto de análise as configurações de lesbianidades produzidas nas obras de Cassandra Rios significou promover um esforço teórico para fazer aparecer os domínios de inteligibilidade criados pela autora. Esse movimento fez-me colocar em questão os regimes de produção da escrita científica. Quais são os domínios de inteligibilidade produzidos pelo próprio dispositivo acadêmico? Poderiam as lesbianidades funcionar como um lugar de questionamento desse dispositivo? Que tipo de escrita nos é compreensível e quais modos de escrever são considerados ininteligíveis ou pouco acadêmicos? Seria possível romper com modos de inteligibilidade já postos sem violentar a própria compreensão, sem atentar contra os modos estabelecidos que marcam o que é a normalidade? (flores, 2014).

val flores (2014) nos leva a considerar a possibilidade de que esse imperativo quase tirânico de produzir um entendimento (um tipo específico de entendimento) acaba por pressupor a extinção de todo e qualquer deslocamento, de toda curiosidade. Nessa pretensão de nos fazer compreender a partir de nossas produções quantas vezes acabamos por falar uma língua “que castiga cualquier excepción o desvío que no consienta el estándar de lo mayoritario, llámese clase, racismo, heteronormatividad, binarismo de género, estándar corporal?” (flores, 2014, p. 15). Para a autora, a dificuldade de compreensão tantas vezes reclamada pode não estar no objeto em si, mas sim nos regimes de leitura vigentes que demandam a produção de sentidos aptos para um consumo imediato e sem contrariedades.

Partindo desses questionamentos, procurei problematizar a noção de autoria, que quase sempre é pensada desde uma perspectiva individualizada a qual pressupõe a existência de um

sujeito que produz desde um processo criativo puramente individual. Perspectiva que atualiza e vincula violências epistemológicas e hierarquias de poder. Apostando nas lesbianidades como um lugar dissidente possível de desordenamento tanto dos dispositivos de gênero e de sexualidade quanto do dispositivo acadêmico objetivei produzir um diálogo crítico entre as maquinarias que produzem os regimes de inteligibilidade das normas raciais, sexuais e de gênero nos nossos contextos e as que sustentam os regimes de escrita científica.

Foi necessário também me demorar um pouco mais na explicitação de conceitos que considere fundamentais para a sustentação da pesquisa: relações de forças, dispositivo e maquinarias. Falar das tecnologias que produzem e sustentam as maquinarias de sexualidade e de gênero é também questionar as maquinarias metodológicas e epistemológicas que fundamentam a produção de conhecimento científico. Foi importante demarcar que compreendo esses regimes de poder como tecnologias em funcionamento e atualização constantes, e não como estruturas já consolidadas que simplesmente se mantêm existindo.

A partir da compreensão de que os regimes políticos que organizam o campo social produzem efeitos também nas políticas de escrita, defendi a perspectiva de que uma metodologia é sempre uma ficção (ROJAS, 2008). Acompanhada de Jota Mombaça (2014) e Halberstam (2008) nas suas críticas à lealdade aos métodos acadêmicos já consagrados e na busca por inventar novos caminhos, elegi dois acontecimentos vividos no âmbito dos espaços formais da academia: uma aula dentro de uma disciplina da pós-graduação e uma troca de ideias durante um evento acadêmico. Procurei, a partir deles, tensionar as configurações hegemônicas nas políticas de escrita vigentes partindo do pressuposto de que escrevemos sempre desde um lugar próprio de enunciação e tendo como ponto de partida também as lesbianidades como um lugar possível de questionamento das normas que nos subjetivam.

O critério de normalidade (que opera o tempo todo demarcando quem conta como sujeito e quem conta como objeto, quais práticas são legítimas, saudáveis, produtivas, e quais são depravadas, promíscuas, perigosas) coloca em funcionamento também a legitimidade das epistemologias e metodologias científicas. A monstruosidade que marca corpos dissidentes ao modelo branco cisheteromascuino marca também as pesquisas que rompem com as normas que delimitam as fronteiras da normalidade acadêmica. Pesquisas que apostam que os caminhos metodológicos não passam de ficções, ou fricções, ou ainda freakções (OLIVEIRA; BLEINROTH; SILVA, 2021).

Partindo dessas problematizações, intentei dar corpo e consistência ao questionamento sobre o que podem dizer as dissidências sexuais aos saberes produzidos pela psicologia. Elegi o conceito de dispositivo amoroso, de Valeska Zanello (2018), para promover um diálogo crítico. Ao longo deste capítulo procurei situar as lesbianidades como um lugar possível desde onde questionar o dispositivo de gênero, que sustenta o que a autora chama de dispositivo amoroso. A proposta não foi afirmar que as lesbianidades destituem completamente o dispositivo de gênero mas que, ao exceder os seus limites, apresentam uma potência de produzir alguns deslocamentos. Se o poder é formativo e é também exercício, é por meio desses excessos, desses deslocamentos que é possível criar outras configurações.

Procurei apontar as lesbianidades como um dos vetores de produção de novas configurações e expressões de gênero, tendo em vista sua potência em destituir o peso do olhar masculino do centro da vida das mulheres. Sugeri que essa potência pode produzir efeitos também na própria construção sobre o que é e como deve ser uma mulher. Partindo do pressuposto de que a categoria de humanidade é tanto generificada quanto racializada (ARNÉS, 2016; LUGONES, 2014), apoiei-me no conceito de subjetividade ativa (LUGONES, 2014) para complexificar um pouco mais o processo de subjetivação de pessoas situadas em grupos minoritários. Posiciono-me a partir da perspectiva de que é mais interessante enfatizarmos a dimensão relacional das normas que nos subjetivam do que pensá-las como estruturas totalitárias que produzem sempre os mesmos efeitos. Indagar-nos acerca dos fundamentos que sustentam nossas práticas é um movimento que deve ser constante e necessário para o enfrentamento das violências que se perpetuam ainda hoje por meio da psicologia como ciência e como profissão.

O relacionamento amoroso, o apaixonamento e o desejo sexual é algo que atravessa as três obras de Cassandra Rios. Procurei demonstrar que a naturalização das identidades, principalmente da identidade lésbica, é uma das estratégias endossadas nos livros para explicar as lesbianidades. Evocar a naturalidade das identidades dissidentes não foi simplesmente uma estratégia de uso pessoal de Cassandra. Foi uma estratégia potente para fazer frente a patologização das homossexualidades e à LGBTfobia de modo geral. As lesbianidades foram, e continuam sendo, associadas ao monstruoso, à enfermidade e à aberração (ARNÉS, 2016).

Para além disso, a homossexualidade só deixou de ser considerada um transtorno psiquiátrico em 1973 pela Associação Americana de Psiquiatria e em 1990 pela Organização

Mundial da Saúde. Nesse sentido, acionar o pressuposto da naturalidade da identidade lésbica significou, nos contextos nos quais as obras de Cassandra foram publicadas, fazer frente aos discursos patologizantes e criminalizantes da época. Também produzia como efeito o questionamento da vinculação automática da feminilidade com a reprodução e a filiação.

No entanto, a naturalização das identidades pode ter como resultado a delimitação de fronteiras rígidas que estabelecem quem está dentro e está fora. As personagens de Cassandra que se autoproclamavam lésbicas verdadeiras o faziam acionando critérios que extrapolavam os limites da própria sexualidade. Sentir-se lésbica desde o nascimento, não querer “imitar os homens”, o “nível”, a “classe” são elementos acionados por Flávia e por Andréa em vários momentos ao longo dos dois romances para justificar a genuinidade dos seus desejos e comportamentos. Justificativas que se ancoram em critérios de raça, classe, expressão de gênero.

Enquanto a masculinidade feminina aparece nos romances quase sempre como algo a ser rechaçado, a feminilidade também pode ser suspeita. A categoria de lesbianidade genuína em Cassandra advoga por uma certa androginia. Procurei elucidar que as violências que lésbicas masculinizadas sofrem se relacionam, muitas vezes, com questões que extrapolam a orientação do desejo. As experiências de lésbicas cis masculinas não são as mesmas das lésbicas cis femininas. São experiências desde a cisgeneridade que diferem entre si, o que aponta para a imbricação na produção dos eixos de poder que nos subjetivam.

Argumentei que as narrativas hegemônicas construídas por meio da cisheteronormatividade se sustentam também na vinculação da feminilidade com a violação. Em vários momentos das obras de Cassandra Rios analisadas nesta tese essa característica esteve bastante presente. Foi importante situá-la como efeito de uma maquinaria que extrapola os limites da sexualidade simplesmente, vinculando-se de modo mais geral àquilo que se compreende como sendo do âmbito da feminilidade. Não se pode deixar de considerar, no entanto, que essa violência constitutiva do que se considera feminino pressupõe um lugar de objeto, de submissão ao olhar masculino. As relações amorosas e sexuais das personagens criadas por Cassandra embaralham esses lugares e criam deslocamentos que fissuram os modelos de feminilidade vigentes. Por meio dos ideais de beleza, de comportamento, dos critérios acionados pelas personagens para (des)legitimar determinadas experiências, podemos vislumbrar a relação entre os eixos de poder operando na produção de uma

“lesbianidade genuína” e os deslocamentos com relação aos modelos hegemônicos até então acerca de como deve ser, desejar e se expressar uma mulher

Cassandra cria uma maquinaria singular que, ainda assim, não deixa de se apoiar em normas sociais que sustentam valores hegemônicos nos contextos em que a obra foi escrita. Fazer aparecer uma imagem, dar corpo a uma personagem, é já criar alguns limites, impor um traçado e um caminho possível e impossível específico. Toda representação implica em algum grau de homogeneização e entrar na H/história (ARNÉS, 2016) é aceitar, em boa medida, narrativas que domesticam as incoerências tanto afetivas como conceituais. Aposto, seguindo a deixa de Halberstam, em “um modelo de história queer que é menos comprometido em encontrar modelos heroicos do passado e mais resignado com as narrativas contraditórias e cúmplices que, no passado, assim como no presente, conectam sexualidade à política (2000, p. 151).

Interessou-me pensar em um modo de fazer pesquisa que desse conta de lidar com as incongruências, com os desvios, com o fracasso. Não enquanto um afeto triste, um impedimento, mas do fracasso enquanto via de criação (MOMBAÇA, 2017), enquanto uma possibilidade de ruptura com a narrativa do sucesso ou do heroísmo. Uma metodologia que nos permita experimentar e correr riscos, assumir contradições e refazer caminhos.

Talvez possamos, inclusive, apostar no erro enquanto uma possibilidade de produzir outras práticas. Halberstam (2014) alega que o fracasso pode ser caracterizado enquanto um discurso antinacionalista. Para o autor, os modos pelos quais pessoas queer intencional e frequentemente quase escolhem fracassar em vez de serem bem-sucedidas nos termos colocados pela sociedade – futuro reprodutivo, ser uma pessoa produtiva, fazer dinheiro – pode ser compreendido enquanto uma escolha política, uma performance de dissidência e recusa.

A questão não é criar uma idealização do fracasso, mas sim reconhecer que os termos “sucesso” e “fracasso” estão impregnados de propósitos políticos. Bensusan (2012) e a erótica do terror... “A porno-errorista também é terrorista, toca o terror do erro: e se eu não for hetero, cotidiano, fútil e tributável? E se eu não for o contrário de tudo isso, o contrário de qualquer coisa?” (p. 01). O desejo, como nos diz Hilan Bensusan (2012) tem algo a ver com a errância, com o errôneo. O autor conclama o que chama de errorismo como a arte daquilo que está fora da casinha, fora do programa. “O desejo persegue o erro. O movimento errorista internacional

abençoa os que preferem errar a se afeiçoar ao seu quadrado. O movimento errorista internacional conclama a que se persiga o erro” (BENSUSAN, 2012, p. 01).

Procurei elucidar alguns processos de normalização e naturalização que sustentam a obra “Eu sou uma lésbica”, “As traças” e “Uma mulher diferente” e como eles se produzem atravessados também por deslocamentos e rupturas de lugares de hegemonia. Aposto na potência que uma mirada lesbiana pode implicar não somente como um ponto de ruptura em sistemas de representação mas, também, com relação a como essa percepção diferencial pode modelar formas de visibilidade (ARNÉS, 2016). Ainda assim, é preciso que estejamos atentas para as formas como um determinado marcador se interconecta com outros e quais os efeitos possíveis, tanto de manutenção de estruturas já consolidadas quanto de questionamento destas, a partir desses atravessamentos singulares.

Tornar-se lésbica, como pontua Elizabeth Grosz (1995) não é meramente uma questão de ser lésbica, de identificar-se com o que se reconhece como lésbica, com uma posição ou identidade. A questão não é se eu sou, ou se alguém é, lésbica, mas ao invés disso, em quais modos de ligações lésbicas, em quais lesbomáquinas nós investimos nossos corpos, nossas energias? Em quais modos de sexualidade nós investimos, com quais outros corpos, para produzir quais efeitos? (GROSZ, 1995). Encerro esta tese com mais perguntas do que respostas. Parece-me imprescindível que comecemos a nos perguntar, e a dar lugar, não apenas às imundícies e monstros produzidos socialmente, mas também àquilo que em nós mesmas não damos conta de fazer passar, que negamos em nossos corpos e que, inevitavelmente, inscreve-se em nossos textos e práticas.

### Referências Bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo?** Ilha de Santa Catarina, 2005.
- AFONSO-ROCHA, Ricardo. **Bichas também sangram**. Dissertação (dissertação em Letras) – Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus – Bahia, 2020.
- AHMED, Sara. **La política cultural de las emociones**. Traducción de Cecilia Olivares Mansuy. Universidad Nacional Autónoma de México; Programa Universitario de Estudios de Género. México, 2015.
- ANZALDÚA, Glória. Hablar en lenguas – Una carta a escritoras tercermundistas. In: MORAGA, Cherríe; CASTILLO, Ana. **Esta puente mi espalda** – Voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos. São Francisco: Ism Press, 1988.
- ANZALDÚA, Gloria. Queer(izar) a escritora – Loca, escritora y chicana. Trad.: Tatiana Nascimento. In: KEATING, AnaLouise (Ed.). **The Gloria Anzaldúa Reader**. Durham: Duke University Press, 2009. p. 163-175.
- ARNÉS, Laura. **Ficciones lesbianas: literatura y afectos em la literatura argentina**. Buenos Aires: Madresilva, 2016.
- BARSA. In: WIKIPEDIA. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Barσα>. Acesso em: 25/07/2020.
- BEIGUI, Alex. Performances da escrita. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**. Belo Horizonte, vol. 21 n. 1, p. 27-36, jan./abr. 2011.
- BENJAMIN, Harry. **The Transsexual Phenomenon**. New York: Julian Press, 1966.
- BENTO, Berenice. **As tecnologias que fazem os gêneros**. VIII Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Gênero, 2010.
- BENSUSAN, Hilan. **A errância e os incomensuráveis efeminismos: sobre a erogênese esquizotrans**. Disponível em: <http://esquizotrans.wordpress.com/2012/08/27/a-errancia-e-os-incomensuraveis-efeminismos-sobre-a-erogenese-esquizotrans-fala-de-hilan-bensusan-no-tiresias-de-natal-amanha/>. Acesso: 25/08/2018.
- BORRILLO, D. Homofobia: História e crítica de um preconceito. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Ed. Autêntica Belo Horizonte. 2010.
- BOURCIER, Marie-Helène. BILDUNGS-POST-PORN: notas sobre a proveniência do pós-pornô, para um futuro do feminismo da desobediência sexual. Trad: Patrícia Lessa. **Bagoas**. N. 11, 2014. p. 15-37.

BRAZ, Camilo; SOUZA, Érica. **A emergência de homens trans como sujeitos de direito no Brasil contemporâneo—demandas, avanços e retrocessos**. Encontro Anual da ANPOCS. ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, Brasil, 2016.

BRITO, Maria dos Remédios; CHAVES, Silva Nogueira. ...Cartografia... uma política de escrita. **Rev. Polis e Psique**, 2017, p. 167 – 180. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpps/v7n1/n7a10.pdf>. Acesso em: 18/06/2021.

BROZ, Mariana Álvarez. Las paradojas de la (in)visibilidad. Trayectorias de vida de las personas transmasculinas en la Argentina Contemporánea. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 23, n. 47, 2017, p. 22702017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/gN8HKdyNSXr5DZrBmWVtvCb/?lang=es&format=pdf>. Acesso em: 17/09/2021.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo" - P ed. - Buenos Aires – Paidós, 2002.

BUTLER, Judith. **Deshacer el género**. Trad: Patricia Soley-Bettran. Paidós, Barcelona, 2006.

BUTLER, Judith. **O que é a crítica?** Um ensaio sobre a virtude de Foucault. Trad: Gustavo Hessmann Dalaqua. Cadernos de ética e filosofia política, n: 22, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/59447>

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder** – teorias da sujeição. Trad: Rogério Bettoni – 1 Ed – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CANO, Virginia. **Ética Tortillera**. Ensayos en torno al ethôs y la lengua de las amantes: 1ª ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Madreselva, 2015.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COHEN, Jeffrey Jerome. A cultura dos monstros: sete teses. In: Cohen, Jeffrey Jerome. **Pedagogia dos monstros** - os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras / Jeffrey Jerome Cohen; tradução de Tomaz Tadeu da Silva --- Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

COLLING, Leandro. NOGUEIRA, Gilmaro. Relacionados mas diferentes: sobre os conceitos de homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade. In: RODRIGUES, Alexsandro. DALLAPICULA, Catarina. FERREIRA, S. R. **Transposições**: lugares em fronteiras em sexualidade e educação. Dados eletrônicos –Vitória: EDUFES, 2015.

COLMENERO, Patrícia. Escrita-vida: recontar a performance na literatura. **Revista Interfaces**. N° 24, vol. 1, 2016. p. 196-211.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP N.º 18/2002**. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002\\_18.PDF](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF). Acesso em: 14/08/2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP N.º 01 de 22 de março de 1999**. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999\\_1.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf). Acesso em: 14/08/2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP N.º 01 de 29 de janeiro de 2018**. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>. Acesso em: 14/08/2021.

CONSELHO FEDERAL DA PSICOLOGIA **Relações Raciais: Referências Técnicas** para atuação de psicólogas/os. Brasília: CFP, 2017. 147 p.

DAMATTA, Roberto. O Ofício de Etnólogo, ou como Ter "Anthropological Blues". In: **Publicações do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional**, 1974.

DAVIS, Angela. **Are prisons obsolete?** Seven Stories Press, New York, 2003.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad: Heci Regina Candiani. 1 ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs – Capitalismo e esquizofrenia** Vol 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. —Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. Ed. Vega – Passagens. Lisboa, 1996.

DELEUZE, Gilles. A literatura e a vida. In: DELEUZE, G. **Crítica e Clínica**. Trad.: Peter Pál Pelbart – São Paulo, Ed. 34, 1997.

Deleuze, Gilles. (2014). El poder: curso sobre Foucault (Tomo 2). Buenos Aires: Cactus editorial.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kakfa – Por uma literatura menor**. Assírio e Alvim, Lisboa, 2003.

DONINI, Angela. Escritos. In: LESSA, Patrícia; GALINDO, Dolores. **Relações multiespécies em rede: Feminismos, animalismos e veganismos**. Maringá – EDUEM, 2017.

EL FAR, Alessandra. **Os romances que o povo gosta: o universo das narrativas populares de finais do século XIX**. Floema — Ano VII, n. 9, p. 11-31, jul./dez. 2011.

ELLSWORTH, Elizabeth. Modo de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. In: SILVA, Tomas Tadeu da. **Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito**. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.

ESPÓSITO, Yuri Bataglia. Revisão pós-estruturalista da noção de “opressão estrutural”: os dispositivos interseccionais de subjetivação lumpenizante. **Periódicus**, Salvador, n. 14, v. 2, 2020.

ESTEBAN, Mari. Luz. **Crítica del pensamiento amoroso**. Barcelona, Edición Bellaterra. 2011.

FACCO, Lúcia. Protagonistas lésbicas: a escrita de Cassandra Rios sob a censura dos anos de chumbo. **Labrys, estudos feministas, études féministes**. 2004.

FACCHINI, Regina., BARBOSA, R. Dossiê: **Saúde das Mulheres Lésbicas: promoção da equidade e da integralidade**. Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde. 2006.

FAVERO, Sofia. Cisgeneridades precárias: Raça, gênero e sexualidade na contramão da política do relato. **Bagoas**, nº 20, 2019.

FAVERO, Sofia. (Des)epistemologizar a clínica: o reconhecimento de uma ciência guiada pelo pensamento cisgênero. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 05, n. 13, p. 403-418, 2020.

flores, val, “**La lengua bífida de la lesbiana**”. Escritos Heréticos, abril de 2004. Consultado em 10/05/2019, disponible en <http://escritoshereticos.blogspot.com.ar/2009/04/la-lengua-bifida-de-la-lesbiana.html?q=lengua+b%C3%ADfida>.

flores, val. **El armario de la maestra tortillera: Políticas corporales y sexuales en la enseñanza**. 2009. In: <http://escritoshereticos.blogspot.com/2009/07/el-armario-de-la-maestra-tortillera.html>.

flores, val. **Escribir contra sí misma: una micro-tecnología de subjetivación política**. In: Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano / coordinado por Yuderkys Espinosa Miñoso. - 1a ed. - Buenos Aires: En la Frontera, 2010.

flores, val. Escrituras cuir. El texto bastardo. In: FLORES, V. **Interrucciones**. Ensayos de poética activista. Neuquén: Editora Independiente. 2013.

flores, val, **La intimidad del procedimiento. Escritura, lesbiana, sur como prácticas de sí**. La Plata: Pixel editora, Serie Popova, 2017, 10.

flores, val. **Desmontar la lengua del mandato, criar la lengua del desacato**. Edición del Colectivo Utópico de Disidencia Sexual (CUDS). Santiago de Chile, 2014.

flores, val. Febriles alquimias del cuerpo. Una poética excrementicia. **Pléyade** n. 22, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Edições Loyola, São Paulo, 1996a

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. Él sujeto y el poder. In: Dreyfus, Hubert L; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: más allá del estructuralismo y la hermenéutica**. 1º Ed. Buenos Aires: Edición Nueva Visión, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade**. Verve, 5, 2004, p. 260-277,

GAUTHIER, Jaques. O que é pesquisar – Entre Deleuze-Guattari e o candomblé, pensando mito, ciência, arte e culturas de resistência. **Educação & Sociedade**, nº 69, 1999.

GONELLA, Carolina Castellanos. Cassandra Rios e a lésbica genuína em Eu sou uma lésbica (1980). **Journal of Lusophone Studies**, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura Brasileira**. IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 1980. Disponível em: <https://circuito.ubueditora.com.br/racismo-e-sexismo/>

GORJON, Melina Garcia; MEZZARI, Danielly Christina de Souza; BASOLI, Laura Pampana. Ensaio de lugares de escuta: diálogos entre a psicologia e o conceito de lugar de fala. **Quaderns de Psicologia**, Vol. 21, No 1, 2019.

GRIM, Raíssa. Eris. **Abrindo os códigos do tesão: encantamentos de resistência entre o transfeminismo pós-pornográfico**. Tese (Doutorado em Psicologia). Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 111f., 2015.

GRIM, Raíssa Éris. Monogamia é um regime político: e isso vai além da experiência individual do seu relacionamento. 19/08/2021. Instagram: raissa.lesbikaos.psi. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CSwiP3XLh6a/>. Acesso em: 14/09/2021.

GROSZ, Elizabeth. **Space, time and perversion** – Essays on the politics of bodies. New York, Routledge, 1995.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do desejo**. 4 Ed. Editora Vozes, Petrópolis, 1996.

HALBERSTAM, Judith. **Masculinidad femenina**. Trad. Javier Sáez. Editorial egales. Barcelona. 2008.

HALBERSTAM, Jack. **Jack Halberstam on Queer Failure**, Silly Archives and the Wild. 2014. Disponível em: <https://youtu.be/iKDEil7m1j8>. Acesso em: 26/08/2018.

HALPERIN, David. La política queer de Michel Foucault. In: \_\_\_\_\_. **San Foucault. Para una hagiografía gay**. Córdoba-Argentina: Ediciones Liberales, 2000, p. 35-145.

HORDECTE, Israel. Vontade de verdade como exercício de poder: entre Nietzsche e Foucault. **Kínesis**, Vol. XII, nº 33, 2020, p.109-123.

HUR, Domenico Uhng. **Psicologia, política e esquizoanálise** – 2ª ed. – Campinas, SP: Alínea, 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária**. In: ABEH. Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero. Salvador, 2012.

Kaspar, Katerina Blasques. Quando não escrevemos, escrevemos: a performance na escrita de si. **Opiniões**, (16) p. 17-40. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/opiniaes/article/view/165634>.

KASTRUP, Virgínia. **Invenção de si e do mundo**: Uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

KASTRUP, Virgínia.; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 25 – n. 2, p. 263-280, Maio/Ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/nBpkNsJc6DrmsTtMxfRCZWK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18/06/2021.

LAURETIS, Teresa de. “A Tecnologia do Gênero” in: HOLLANDA, Heloisa Buarque: **Tendências e Impasses – o feminismo como crítica da cultura**, Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LAURETIS, Teresa de. **Diferencias**. Etapas de un camino a través del feminismo. San Cristóbal, Madrid: Horas, 2000.

LEVY, Tatiana Salem. **A experiência do fora**: Blanchot, Foucault e Deleuze. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LIRA, Ramayana. Meta(na)morfoses lésbicas em Cassandra Rios. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril/2013.

LISPECTOR, Clarice. **A via crucis do corpo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Ano 9. 2001. p. 541-553.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, 2014, p. 935-952. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>

LUZ, Rafael Reis da.; GONÇALVES, Hebe Signorini. Violência doméstica entre casais homossexuais: a violência invisível. **Bagoas**, n. 11, 2014. p. 19-99. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/6544> Acesso em: 28/08/2021.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; OLIVEIRA, Ana Karina de Carvalho; MORICEAU, Jean-Luc. A política da escrita e a performatividade da palavra do homem ordinário no método da igualdade de Jacques Rancière. **Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação** Vol. 6, nº 12, 2018. Disponível em: <https://docplayer.com.br/156409805-A-politica-da-escrita-e-a-performatividade-da-palavra-do-homem-ordinario-no-metodo-da-igualdade-de-jacques-ranciere-1.html>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Atenção Integral à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais**. Secretaria de Política para as Mulheres. Brasília – DF, 2014.

MOLLOY, Sylvia. De safo a baffo: diversiones de lo sexual en Alejandra Pizarnik. Estudios. **Revista de Investigaciones Literarias y Culturales**. Año 7, N° 13. Cracas, ene-jun, 1999, p. 133-140.

MOMBAÇA, Jota. Rastros de uma Submetodologia Indisciplinada. **Concinnitas**, ano 17, volume 01, número 28, 2016.

MOMBAÇA, Jota. Notas estratégicas quanto aos usos políticos do conceito de lugar de fala. Buala, 19/07/2017. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/corpo/notas-estrategicas-quanto-aos-usos-politicos-do-conceito-de-lugar-de-fala>. Acesso em: 14/01/2021.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. Coord. Djamila Ribeiro. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NASSAR, Raduan. *Lavoura Arcaica*. 3º Ed. Companhia das Letras: \_\_\_\_

NERY, João W. **Viagem Solitária** – Memórias de um transexual trinta anos depois. São Paulo: Leya, 2011.

NESTLE, Joan. Them fem question. In: Vance, S. Carole. **Pleasure and danger: exploring female sexuality**. Routledge & Kegan Paul, 1984.

NOCHLIN, Linda. **Por que não houve grandes artistas mulheres?** Trad: Júlia Vacaro. Edições Aurora, São Paulo, 2016.

NUÑEZ, Geni. Liberdade para todas as tetas. In: TAKAZAKI, Silmara.; TAVARES, Jéssica.; NUÑEZ, Geni. **Não monogamia LGBT+**. Rio de Janeiro: Ape'ku, 2020a.

NUÑEZ, Geni. Desmentindo falácias contra a não monogamia. In: TAKAZAKI, Silmara.; TAVARES, Jéssica.; NUÑEZ, Geni. **Não monogamia LGBT+**. Rio de Janeiro: Ape'ku, 2020b.

NUÑEZ, Geni. **Monogamia e machismo**: uma aliança história de exploração e morte das mulheres. 05 de jan. de 2020. Instagram: @genipapos. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CJr2yROnMxi/> Acesso em: 02/08/2021.

OLIVEIRA, Érika Cecília Soares, BLEINROTH, Maria Laura Medeiros, SILVA, Yasmin Maciane. Desobediências epistêmicas e pesquisas monstruosas em psicologia social. In: CRUZ, Lilian Rodrigues, HILLESHEIM, Betina, EICHHERR, Letícia Maísa. **Interrogações às políticas públicas**: sobre travessias e tessituras do pesquisar. Florianópolis/SC: ABRAPSO Editora, 2021.

PAOLIELLO, Gilda. A despatologização da homossexualidade. In: QUINET, Antonio; JORGE, Marco Antonio Coutinho. **As homossexualidades na psicanálise** – na história de sua patologização. São Paulo: Segmento Farma, 2013.

PEREIRA, Mário Eduardo Costa. Griesinger e as bases da “Primeira psiquiatria biológica”. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, Vol.10, no.4, São Paulo, 2007.

PEREIRA, Ana. Gabriela.; GARCÍA, Paulo. César. **Cassandra Rios e as reversões do desejo**. XIII Encontro da ABRALIC Internacionalização do Regional. Campina Grane, 2012.

PEREIRA, Ana. Gabriela. P.; MESSEDER, Suely. Aldir. **Narrativas subversivas: imagens de uma política da subjetividade na literatura de Cassandra Rios**. In: III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades. Salvador-BA, 2013. Disponível em: <http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2013/06/Narrativas-subversivas-imagens-de-uma-pol%C3%ADtica-da-subjetividade-na-literatura-de-Cassandra-Rios.docx>

PLATERO, Raquel. **La masculinidad de las biomujeres**: marimachos, chicanos, camioneras y otras disidentes. Jornadas Estatales Feministas de Granada. Mesa Redonda: Cuerpos, - sexualidades y políticas feministas. 06 de Diciembre de 2009.

POLESSO, Natália Borges. Geografias lésbicas: literatura e gênero. **Criação e Crítica**. n. 20, 2018.

PRECIADO, Beatriz. Devenir bollo-lobo o como hacerse um cuerpo queer a partir de El pensamiento heterossexual. In: CORDOBA, David; SÁEZ, Javier; VIDARTE, Paco. **Teoria queer**. Políticas Bolleras, maricas, trans, mestizas. Barcelona: Ed. Eagles, 2005.

PRECIADO. B. Entrevista A Jesús Carrilo. **Cadernos Pagu**, n.28, janeiro/julho de 2007. Campinas – SP. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/86VcBmHL3WDKz6NPFtt4k6K/?lang=es>.

PRECIADO, Beatriz. **Quem defende a criança queer?** Trad: Fernanda Ferreira Marcondes Nogueira. Janguada, Viçosa – MG, 2013, p. 96-99. Disponível em: <https://www.revistajangada.ufv.br/Jangada/article/view/17/2>.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto Contrassexual**. Políticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições. 2014.

PRECIADO, Beatriz. **Beatriz Preciado y Marianne Ponsford**. Hay festival 2014. 02/02/2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4o13sesqsJo&t=884s>. 2014b.

PRECIADO, Paul B. **Un apartamento en Urano**. Crónicas del cruce. Barcelona: Editorial Anagrama, 2019.

QUINALHA, Rena Honório. **Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, 2017.

REALIDADE. “**Cassandra Rios**”, n. 48, 1970, p. 116.

RIOS, Cassandra. **Censura: minha luta, meu amor**. Editora Gama, 1977.

RIOS, Cassandra. **MezzAmaro** – Flores e Cassis. Editora Pétalas, 2000.

RIOS, Cassandra. A perseguida. **Revista TPM**. São Paulo: Trip Propaganda e Editora, n.3, jul.2001. p.2-11. Entrevista concedida a Fernando Luna.

RIOS, Cassandra. **As traças**. Org: Rick Santos – São Paulo: Brasiliense, 2005.

RIOS, Cassandra. **Eu sou uma lésbica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2006.

RIOS, Cassandra. **Uma Mulher Diferente**. Rio de Janeiro: Editora Mundo Musical LTDA, 1975.

RODOVALHO, Amara Moira. **Literatura em Close – A hora e a vez das LGBTIA+**. b\_arco (Curso online) – 15 a 18 de junho, 2020.

RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 25(1), 2017, p. 365-373. Disponível em: [https://www.scielo.br/pdf/ref/v25n1/pt\\_1806-9584-ref-25-01-00365.pdf](https://www.scielo.br/pdf/ref/v25n1/pt_1806-9584-ref-25-01-00365.pdf)

ROJAS, Lucía Egaña. **Metodologias Subnormales**. 2008. Disponível em: [http://www.bibliotecafragmentada.org/wpcontent/uploads/2012/12/EGANA\\_Lucia\\_Metodologias-subnormales.pdf](http://www.bibliotecafragmentada.org/wpcontent/uploads/2012/12/EGANA_Lucia_Metodologias-subnormales.pdf).

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental: Transformações contemporâneas do desejo**. 2º reimpressão. Porto Alegre: Sulina, Editora da UFRGS, 2011.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição**. Notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 Editora, 2018.

SANTOS, Claudiana. Gois. Sapatão é revolução: censura, erotismo e pornografia na obra de Cassandra Rios. **Periódicus** n. 7, v. 1 maio-out. 2017 p. 263-279.

SAUNDERS, Tanya. L. Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis libertária. **Periódicus**, Salvador, n. 7, v. 1, 2017, p. 102-116. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/22275/0>

SCHERMA, Camila Caracelli. **As Ciências Humanas como um lugar de escuta, de diálogo, de encontro de vozes**. Em II Encontro de Estudos Bakhtinianos. São Carlos, São Paulo, 2013, p. 54-57. Disponível em: <https://2eeba.files.wordpress.com/2013/09/as-cic2acncias-humanas-como-um-lugar-de-escuta-de-dic3adlogo-de-encontro-de-vozes-camila-carecelli-scherma.pdf>.

SCOTT, Joan. Experiência. **Editora Mulheres**, Santa Catarina, 1999, p. 21-55.

SEDGWICK, Eve. Epistemologia do armário. **Cadernos pagu** (28), 2007. p. 19-54.

SILVA, Tomaz Tadeu. Monstros, ciborgues e clones: os fantasmas da Pedagogia Crítica. In: Cohen, Jeffrey Jerome. **Pedagogia dos monstros** - os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras / Jeffrey Jerome Cohen; tradução de Tomaz Tadeu da Silva --- Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SOUZA, Ramayana Lira; BRANDÃO, Alessandra S. Inventário de uma infância sapatão em um mundo de imagens. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura** (REBEH) Vol. 03, N. 09, 2020.

TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva. Apontamentos para uma Psicologia contra-homofóbica. In: Conselho Federal de Psicologia. (Org.). **Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos**. 1ed; Brasília: CFP, 2011, v.1, p. 49-66.

TORRES, Diana J. **Pornoterrorismo**. Tafalla: Editorial Txalaparta sl. 2011.

TORRES, Diana J. **Vomitorium**. Tezcatl impresores, Ciudad de México, 2017.

TREVISAN, João Silvério Trevisan. **Devassos no paraíso** – A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 8 ed. - Rio de Janeiro: Record, 2011.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: **Individualismo e cultura**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 244p., 2015.

VIEIRA, Kyara. Maria. Almeida. **“Onde estão as respostas para as minhas perguntas?”**: Cassandra Rios – a construção do nome e a vida escrita enquanto tragédia de

folhetim (1955-2001). 2014, 235 f. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife-PE, 2014.

VIEIRA, Pedro de Castro Amaral. **Meninas más, mulheres nuas: Adelaide Carraro e Cassandra Rios no panorama literário brasileiro**. 2010. 159 f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, Rio de Janeiro, 2010.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu* (5) 1995: pp. 07-41.

ZANELO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos** – Cultura e processos de subjetivação. 1º ed. Curitiba: Appris, 2018.

ZIMMERMAN, Bonnie. Lesians like this and that. In: MUN, Sally Rowena. **New Lesbian Criticism: Literary and Cultural Readings**. Prentice-Hall, 1992.